



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos
Deputados

ação parlamentar

O ESPORTE EM FOCO



Comissão de Turismo e Desporto

..... Brasília | 2010

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa
2010

Presidente

Michel Temer

1º Vice-Presidente

Marco Maia

2º Vice-Presidente

Antonio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário

Rafael Guerra

2º Secretário

Inocência Oliveira

3º Secretário

Odair Cunha

4º Secretário

Nelson Marquzelli

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Marcelo Ortiz

2º Suplente

Giovanni Queiroz

3º Suplente

Leandro Sampaio

4º Suplente

Manoel Junior

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos
Deputados

Comissão de Turismo e Desporto

O ESPORTE EM FOCO

Audiências públicas realizadas pela Comissão de Turismo e Desporto para debater matérias pertinentes à área esportiva

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2010

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Silvio Avelino da Silva

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretor José Oliveira Anunciação

Projeto gráfico Racsow

Diagramação e capa Valter Luís

Fotos Akimi Watanabe/CTD

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE
Ação parlamentar
n. 398

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Turismo e Desporto.

O esporte em foco. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
138 p. – (Série ação parlamentar ; n. 398).

ISBN 978-85-736-5724-1

Audiências públicas realizadas pela Comissão de Turismo e Desporto para debater matérias pertinentes à área esportiva.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Turismo e Desporto. 2. Esporte, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 796(81)

ISBN 978-85-736-5724-1 (brochura)

ISBN 978-85-736-5725-8 (e-book)

Sumário

Comissão de Turismo e Desporto – 2009 – 53ª Legislatura	5
Quadro Técnico da Comissão de Turismo e Desporto – 2009	7
Apresentação	9
Audiência Pública sobre a autorização para as emissoras educativas transmitirem eventos esportivos – Projeto de Lei nº 1.878/03	11
Audiência Pública sobre os jogos escolares e universitários	57
Audiência Pública para o balanço da loteria denominada Timemania	101
Siglário.....	137

Comissão de Turismo e Desporto – 2009 – 53ª Legislatura

Mesa da Comissão

Presidente	Afonso Hamm	PP (RS)
1º Vice-Presidente	Marcelo Teixeira	PR (CE)
2º Vice-Presidente	Eugênio Rabelo	PP (CE)
3º Vice-Presidente	Otávio Leite	PSDB (RJ)

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Titulares




Afonso Hamm	PP (RS)
Arnon Bezerra	PTB (CE)
Carlos Eduardo Cadoca	PSC (PE)
Deley	PSC (RJ)
Edinho Bez	PMDB (SC)
Eliene Lima	PP (MT)
Eugênio Rabelo	PP (CE)
Fernando Lopes	PMDB (RJ)
Jackson Barreto	PMDB (SE)
Jilmar Tatto	PT (SP)
José Airton Cirilo	PT (CE)
Lupércio Ramos	PMDB (AM)
Marcelo Teixeira	PR (CE)

Suplentes

Alex Canziani	PTB (PR)
Cida Diogo	PT (RJ)
Fátima Pelaes	PMDB (AP)
Gilmar Machado	PT (MG)
Hermes Parcianello	PMDB (PR)
João Pizzolatti	PP (SC)

Joaquim Beltrão	PMDB (AL)
José Rocha	PR (BA)
Vicentinho	PT (SP)
PSDB/DEM/PPS	
Titulares	
Carlos Brandão	PSDB (MA)
Jerônimo Reis	DEM (SE)
Otávio Leite	PSDB (RJ)
Suplentes	
Albano Franco	PSDB (SE)
Fábio Souto	DEM (BA)
Fernando de Fabinho	DEM (BA)
Marcos Montes	DEM (MG)
Moreira Mendes	PPS (RO)
Sílvio Torres	PSDB (SP)
Thelma de Oliveira	PSDB (MT)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Titulares	
Fábio Faria	PMN (RN)
Lídice da Mata	PSB (BA)
Valadares Filho	PSB (SE)
Suplentes	
Ademir Camilo	PDT (MG)
Laurez Moreira	PSB (TO)
Manuela D'Ávila	PCdoB

Quadro Técnico da Comissão de Turismo e Desporto – 2009

	Secretário da Comissão	James Lewis Gorman Júnior
	Local	Anexo II, Ala A, Sala 5, Térreo
	Telefones	3216-6931/6832/6833
	Fax	3216-6835
	Corpo Técnico	Akimi Watanabe
		Ana Katia Martins Bertholdo
		Claudia Neiva
		Cristina Lourenço de Vasconcelos
		Eliana Navarro Garcia
		Inaldo Barbosa Marinho Júnior
		Odúlia Capelo Barroso
		Wilma Rizzo

Apresentação

Com o intuito de instruir matérias em tramitação ou de debater o andamento de ações que estejam previstas em leis já promulgadas, a Comissão de Turismo e Desporto realiza rotineiramente audiências públicas visando submeter as matérias à crítica de especialistas e recolher as impressões e contribuições da sociedade civil em geral.

Esta publicação reúne três importantes debates da área esportiva – parte integrante essencial da ação legislativa deste Órgão Técnico. Foram editadas em conjunto as notas taquigráficas das Audiências Públicas convocadas para tratar do Projeto de Lei nº 1878/03, dos jogos universitários e escolares e dos resultados, para o futebol brasileiro, da loteria denominada Timemania, todas elas realizadas durante a profícua gestão de meu antecessor o Deputado Albano Franco.

Requerida pelo relator, Deputado Gilmar Machado, a reunião sobre a transmissão de jogos esportivos por emissoras educativas estatais, tratada pelo Projeto de Lei nº 1.878/03, identificou os problemas e as contradições que dificultam o entendimento da matéria. Realizada no dia 19 de novembro, dela participaram Tereza Cruvinel, Presidenta da Empresa Brasil de Comunicação; Carlos Wagner La Bella, Diretor de Prestação de Serviços da TV Cultura; Marcelo Pinto, Diretor de Esportes da Rede Globo e Eduardo Zebini, Diretor de Esportes da Rede Record.

A audiência sobre jogos escolares e universitários, realizado no dia 27 de novembro, reuniu autoridades e gestores públicos de

diversas áreas para tratar da organização das competições, agora renovadas pelo aporte financeiro advindo da aprovação da Lei Agnelo/Piva. Estavam presentes na Mesa os senhores Rogério Romero, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer; Luciano Atayde Costa Cabral, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário; Carlos Sérgio Rufino, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Educacional; Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB); Edgar Hubner, Gerente de Eventos do COB; e João Ghizoni, Representante do Ministério do Esporte.

O balanço da loteria Timemania reuniu convidados e parlamentares envolvidos nesse debate desde a feitura da lei, como o Deputado Silvio Torres e o atual vice-presidente de fundos de Governo e Loterias da CEF, Wellington Moreira Franco, na época em que era parlamentar e que relatou o projeto de lei, atualmente gerencia essa loteria na Caixa Econômica.

Fiel a essa tradição de trabalho e seriedade, de que essa publicação é testemunha, nossa Presidência atuará sempre no sentido de consolidar a boa prática democrática deste colegiado: ser um plenário aberto aos debates e pronto para encaminhar as reivindicações do setor esportivo brasileiro.

Brasília, maio de 2009

*Deputado Afonso Hamm
Presidente da Comissão de Turismo e Desporto*

Audiência Pública sobre a autorização para as emissoras educativas transmitirem eventos esportivos – Projeto de Lei nº 1.878/03



Marcelo Pinto, Teresa Cruvinel, Deputado Albano Franco, Carlos Wagner La Bella, Eduardo Zebini e o Deputado Gilmar Machado

Audiência Pública para debater o projeto de lei que autoriza às emissoras educativas estatais transmitirem, sem custos, eventos esportivos de interesse nacional.

Convidados:

Tereza Cruvinel – Presidenta da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

Carlos Wagner La Bella – Diretor de Prestação de Serviços da TV Cultura.

Marcelo Pinto – Diretor de Esportes da Rede Globo.

Eduardo Zebini – Diretor de Esportes da Rede Record.

O SR. PRESIDENTE – (Deputado Albano Franco) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, declaro aberta a reunião de audiência pública que tem a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 1.878, de 2003, atendendo a Requerimento nº 131, de 2008, do Sr. Deputado Gilmar Machado.

Agradeço inicialmente a todos a presença e convido para compor a Mesa a Dra. Tereza Cruvinel, Presidenta da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; o Dr. Marcelo Pinto, Diretor de Esportes da Rede Globo; o Dr. Eduardo Zebini, Diretor de Esportes da Rede Record; e o Deputado Gilmar Machado, Relator do Projeto de Lei nº 1.878 e autor do requerimento de realização desta reunião.

Informo que a lista de inscrição para o debate encontra-se sobre a mesa. Os Deputados que desejarem interpelar os expositores deverão registrar os seus nomes na referida lista; só poderão abordar o assunto da exposição pelo prazo máximo de 3 minutos, tendo igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. É vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes. Informo ainda que não serão permitidos apartes durante a exposição dos convidados.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – V.Exa. poderia iniciar a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Claro, é o que vamos fazer. Obrigado. Passo a palavra inicialmente à Dra. Tereza Cruvinel. S.Sa. dispõe de 10 minutos.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Boa tarde, Exmo. Sr. Deputado Albano Franco, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Volto a esta Casa sempre com muita emoção. Aqui passei muitos anos da minha vida profissional e onde aprendi muitíssimo. Tal aprendizado tem sido importante e útil na minha função atual de gestora da Empresa Brasil de Comunicação, encarregada de implantar o sistema público de comunicação no Brasil.

Relativamente a esse tema, a esse projeto dos 2 Deputados, sintetizado pelo Deputado Gilmar Machado em seu substitutivo, ressalto que essa proposta foi objeto de emenda do Deputado Silvio Torres, acolhida pelo Deputado Walter Pinheiro, quando Relator da Medida Provisória nº 398, que resultou na Lei nº 11.652, lei esta que criou a Empresa Brasil de Comunicação. A emenda do Deputado Silvio Torres reproduzia basicamente os aspectos, pelo menos essenciais, do substitutivo em discussão neste momento.

Com a aprovação do Substitutivo Walter Pinheiro na íntegra pela Câmara dos Deputados, naquele momento, a emenda do Deputado Silvio Torres acabou aprovada. No Senado Federal, enfrentamos uma situação política muito adversa. O ano parlamentar já tinha virado, o prazo de vigência da medida provisória estava se expirando, e enfrentamos muitas objeções das televisões comerciais e de um forte grupo de Senadores para viabilizar a aprovação da nossa lei. Pessoalmente, participei de um acordo para que aquele artigo fosse vetado, acordo esse que envolveu Senadores, alguns negociadores do mundo da televisão – estão aqui Evandro Guimarães, da TV Globo, e outros protagonistas daquele momento. Aprendi nesta Casa que acordo é acordo, e que acordo político se cumpre. Muito me empenhei para que efetivamente o veto fosse apostado pelo Presidente da República ao sancionar a Lei nº 11.652. Aquele acordo, então, foi cumprido.

Hoje, estamos de volta a outro tema, a uma nova tentativa de transformar em lei uma medida. Nós da EBC acreditamos – e todas as televisões não-comerciais, educativas, universitárias, legislativas, enfim, todas as TVs públicas em geral, assim denominando todas aquelas que têm função social diferenciada da TV comercial – que esse projeto tem aspectos positivos para esse conjunto de televisões no cumprimento de sua função social.

Muitas vezes, no Brasil, é sabido, uma emissora adquire direitos de transmissão de um evento esportivo não tendo, desde o início, a disposição de realizá-la, mas privando sua concorrente de fazê-lo. Outras vezes, isso acontece por diversas razões de sua programação, ela acaba não podendo, por motivos diversos, de ordem interna, operacional, técnica, realizar a transmissão.

O projeto envolve aspectos delicados, como o direito de propriedade. Na época da aprovação da Lei nº 11.652, muito se disse isso aqui. A Comissão de Constituição e Justiça é o lugar apropriado para a discussão da constitucionalidade, e ali haveremos de compatibilizar a questão do direito de propriedade com outros direitos, como, por exemplo, o direito à informação, à comunicação, ao entretenimento, todos direitos do cidadão.

Se uma emissora adquiriu o direito e não vai realizar a transmissão, ficará o cidadão privado da oportunidade de assistir ao evento esportivo? Achamos que não, mas é preciso definir isso com muita clareza, com muito respeito. Há alguns aspectos, como, por exemplo, a definição de quem paga os custos operacionais. Se a TV pública herda o direito de transmissão, ela deve arcar com os custos operacionais em geral. Ela não precisa recomprar o direito de transmissão, porque a emissora privada já dele abdicou. É preciso estabelecer um prazo, definir quantas horas antes ou quantos dias antes a emissora comercial tem para anunciar que não vai realizar o evento. Ela deve informar isso à ANATEL, ao Ministério da Comunicações? Como vai divulgar? Tudo isso precisa ser normatizado. O que acontecerá se ela não realizar a transmissão e não fizer o aviso prévio, não informar à instância definida em lei a receber a comunicação, para que o direito de transmissão seja disponibilizado para as TVs públicas? Como se dará a escolha daquela TV não-comercial que terá o direito de transmissão?

A Empresa Brasil de Comunicação pode ser, digamos, a instância primária da cessão, podendo ela ceder para a outras TVs públicas, educativas, estaduais. Entendemos que ela deve ser, digamos, a receptora original desse direito de retransmissão, podendo repassá-lo para outras emissoras do campo não-comercial.

Esses são os aspectos básicos. Faz-se necessária uma regulamentação, fator positivo para o cidadão brasileiro, para o telespectador, pois que integra um movimento constante de ampliação da oferta de conteúdos, de democratização da nossa política de radiodifusão.

Em outros momentos, este Congresso Nacional foi capaz de encontrar boas soluções. A própria criação da TV pública foi mal

compreendida. Estive aqui em tantos debates, ouvi tantas afirmações, tantas profecias, e hoje vemos que elas não se realizaram. A TV pública não é uma TV chapa-branca, não é governamental, não é uma TV chavista. O Congresso Nacional enfrentou aquela discussão e conseguiu aprovar a nossa lei e, com boas emendas, aperfeiçoou-a. Muitos aspectos da medida provisória foram aqui aperfeiçoados.

Acreditamos que, com experiência e sabedoria, o Congresso Nacional, receptáculo da vontade popular, saberá encontrar uma boa fórmula para que aprovemos uma resolução que respeite o direito de propriedade, mas que, sobretudo, respeite o direito à comunicação do cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Agradeço à Dra. Tereza Cruvinel, que foi mais do que precisa no horário.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Doutora é bondade de V.Exa. Sou jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Agora, vamos passar a palavra ao Sr. Carlos Wagner La Bella. S.Sa. dispõe de 10 minutos.

O SR. CARLOS WAGNER LA BELLA – Serei breve porque não há muito o que dizer depois das palavras da Sra. Tereza Cruvinel, que pode não ser doutora de ofício, mas é doutora das palavras.

Quero cumprimentar e agradecer ao Deputado Albano Franco pelo convite. Cumprimentando S.Exa., louvo todos os Parlamentares presentes. Saúdo também a Sra. Tereza Cruvinel, Presidenta da TV Brasil e da EBC; o Sr. Marcelo Pinto, da Rede Globo, e o companheiro Eduardo Zebini, da Rede Record.

O pensamento da TV Cultura é muito parecido com o da Sra. Tereza Cruvinel. Seremos rápidos porque depois do que S.Sa. disse não há muito a dizer.

Concordamos que deve haver respeito pela propriedade, pelas empresas que adquiriram os direitos de transmissão, mas também concordamos que é preciso ter respeito por aquelas pessoas que não têm acesso a esse tipo de informação. Muitas vezes, essas aquisições são para pay-per-view, para a TV fechada. A TV Cultura, nos seus 40 anos, atende a um público muito específico, das classes C, D e E, que não tem acesso a eventos esportivos. Não

achamos correta a prática de adquirir qualquer tipo de evento, não só esportivo, como qualquer outro, apenas para que a concorrência não o faça. Isso não é correto para com o espectador que precisa dessa informação ou dessa diversão. Muitas vezes, o que o público tem em casa é apenas uma televisão para se divertir.

Concordamos, sim, que os jogos comprados – qualquer partida, qualquer evento esportivo – que não vão ser transmitidos sejam liberados para a TV pública, a fim de que esta cumpra o seu papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado, Dr. Carlos Wagner La Bella.

Desde o início, convidamos o Deputado Gilmar Machado a participar da Mesa Diretora dos trabalhos, não só por V.Exa. ser o Relator do Projeto de Lei nº 1.878, de 2003, como também por ser o autor do Requerimento nº 131, de 2008, que deu origem a esta reunião.

Passamos a palavra agora ao Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a V.Exa. ouvir, primeiro, todos os expositores. Em seguida, ouviríamos o Deputado Gilmar Machado, para apreciação sobre o seu relatório substitutivo e, por fim, daríamos início aos debates. Não sei se V.Exa. concorda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Plenamente, para não sofrer solução de continuidade. Apenas como S.Exa. foi convidado inicialmente por ser autor do requerimento e Relator, não estando presente no momento e tendo em vista realmente o adiantado da hora, nós o convidamos.

Dando continuidade à sessão, passo a palavra ao Sr. Marcelo Pinto.

O SR. MARCELO PINTO – Exmo. Sr Deputado Albano Franco, Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados. Saúdo de modo especial o Deputado Gilmar Machado, que reencontro no plenário desta Comissão, assim como o Deputado Sílvio Torres.

Não é primeira vez que aqui venho a convite desta Comissão. É sempre um prazer ter a oportunidade de trocar idéias sobre projetos que, sem dúvida alguma, são de relevância para o País.

Tentarei ficar restrito aos 10 minutos e começarei por dizer que, na realidade, não sou Diretor de Jornalismo Esportivo da Rede Globo; sou o Diretor encarregado de tratar efetivamente da compra de direitos esportivos e da relação com o mundo do esporte. Faço isso há 15 anos e tenho, portanto, alguma experiência no campo.

Sem embargo do que disseram a querida Sra. Tereza e o Sr. Bella, que me precederam, eu gostaria de fazer uma sucinta exposição, a título de contraponto a alguns dos argumentos apresentados com muita serenidade, ponderação e clareza pela Sra. Tereza.

Em primeiro lugar, preocupa-me um pouco a questão do alcance e da abrangência do decreto. Faz-se importante pensar um pouco, em termos de contextualização, sobre o que se trata a expressão TVs educativas ou TVs públicas.

Trago aqui um dado, que muitas vezes não é lembrado, para dizer que hoje no País temos aproximadamente 193 emissoras geradoras, sem falar das 597 retransmissoras primárias, atingindo, portanto, um total de 790 emissoras em todo o território nacional, que me permito chamar de pseudo-educativas, não todas evidentemente, mas boa parte delas. E por que pseudo-educativas? Porque, na realidade, não produzem uma programação educativa, são emissoras que usam desse canal para fazer proselitismo, o que é vedado pela lei que criou a nossa Empresa Brasil de Comunicação, e também veiculam publicidade comercial, em clara concorrência – sem querer adentrar pelos aspectos legais porque esse não é o fórum apropriado –, em total desacordo com a Lei nº 11.652, de abril de 2008, que criou a nossa Empresa Brasil de Comunicação.

Então, em primeiro lugar, uma palavra de reflexão e de preocupação com esse projeto de lei, na medida em que, em verdade, não estaremos atendendo ao objetivo explanado, com muita propriedade, pela Tereza, de beneficiarmos as TVs educativas. Estaremos beneficiando as TVs que, antes, não cumprem seu papel constitucional de educar, não cumprem seu papel social de educar, muito pelo contrário, servem, como já salientei, para objetivos outros, que não vale a pena mencionar. Quem

tem conhecimento dessas emissoras que estão no ar sabe perfeitamente do que estou falando.

Então, esta é uma primeira preocupação: o alcance e o espectro que esse projeto iria abranger preocupam-nos sobremaneira.

O segundo aspecto é o fato de essas emissoras fazerem venda de projetos comerciais, fazerem veiculação de publicidade, o que evidentemente as estaria colocando em concorrência com as redes privadas. Lembro, por oportuno, o que diz explicitamente o parágrafo único do art. 3º da lei que criou a EBC: “é vedada qualquer forma de proselitismo na programação”, coisa que essas emissoras são useiras e vezeiras em fazer. Lembro ainda, dentro do aspecto legal, que os incisos VI, VII e VIII do art. 11 dessa mesma lei explicitam, de forma clara, como a EBC pode buscar subsídio para o sustento de suas atividades, para custeio de suas atividades:

“Art. 11. Os recursos da EBC serão constituídos da receita proveniente:

(...) –

VI – de apoio cultural de entidades de direito público e de direito privado, sob a forma de patrocínio de programas, eventos e projetos;

VII – de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços;

VIII – de distribuição de publicidade legal – o que é diferente de publicidade comercial – dos órgãos e entidades da administração pública federal, segundo o disposto no § 1º, art. 8º dessa lei.”

Portanto, parece-me absolutamente claro e transparente que apenas à EBC foi concedido esse poder, quando, na realidade, o que se verifica é que há 790 emissoras pelo País afora, ditas educativas, que estão fazendo uso de uma prerrogativa que é das redes privadas: a veiculação de publicidade, e em flagrante desrespeito a essa lei fazem cotidianamente proselitismo. Mas não gostaria de me alongar nesse tema.

Deixo aqui um primeiro contraponto para uma reflexão mais profunda. Será que é exatamente isso que queremos? Será que é exatamente isto que esse projeto visa alcançar: dar isso a emissoras que não cumprem seu papel constitucional e não cumprem seu papel social? Deixo aqui essa primeira ponderação.

Com relação aos demais aspectos do anteprojeto, que, como todo projeto do Deputado Gilmar Machado, é sempre muito ponderado, muito bem pensado, muito bem elaborado, haja vista o esforço que S.Exa. vem empreendendo no Estatuto do Desporto, gostaria brevemente de discorrer sobre a questão dos direitos esportivos no mundo de hoje e sobre como se encontra o jogo de forças entre a televisão e os grandes detentores de eventos esportivos.

Há mais ou menos 10 anos, pouco menos do que isso, tive oportunidade de vir a esta Casa fazer uma apresentação sobre os direitos esportivos, o esporte e a televisão no mundo. Diria que o cenário mudou flagrantemente de lá para cá. Lembro-me bem de que eu começava a exposição dizendo: “O esporte não vive sem televisão, a televisão não vive sem o esporte”. Hoje, eu modificaria um pouco essa frase. A televisão precisa do esporte, seja ela aberta ou fechada. Mas hoje a televisão é muito mais refém dos grandes eventos e dos grandes detentores de eventos do que o contrário, coisa que no passado, talvez, fosse verdade, ou seja, os grandes detentores de eventos eram mais reféns das televisões do mundo todo do que somos hoje.

E por que isso acontece? Porque os grandes detentores de eventos, todos elencados no art. 2º desse projeto, hoje têm um poder absoluto. Eles ditam as regras mediante as quais as televisões competem por conteúdo na aquisição dos direitos esportivos.

Então, de forma muito sucinta, vejamos que tipos de cláusulas estão permanentemente presentes quando consta desses contratos um grande detentor de direitos – Clube dos 13, no Brasil; FIFA, no que diz respeito a futebol; Comitê Olímpico Internacional, no campo das Olimpíadas; ODEPA, no que concerne ao Pan-Americanas; e a Confederação Sul-americana de Futebol, no caso da Copa Libertadores e da Copa Sul-Americana. Que tipo de cláusulas invariavelmente constam desses contratos?

Em primeiro lugar, eles vendem esses contratos com direito de exclusividade, porque, evidentemente, a exclusividade é um atributo de valor, ela aumenta o preço para o vendedor. Segundo, os direitos são vendidos a uma só empresa em cada país para todas as mídias. Então, são vendidas para a mídia de televisão aberta, para a mídia de televisão fechada e para a Internet. Já existe uma obrigatoriedade de exibição nesses contratos. Quando você compra um evento desse tipo – tenho aqui meu amigo e colega, Eduardo Zebini, que poderá confirmar ou não o que estou dizendo –, fica-se obrigado a fazer um número mínimo de transmissões, e um número mínimo de transmissões em televisão aberta, um número mínimo de transmissões em televisão fechada, e assim por diante. Não existe muita flexibilidade do tipo: “Não, eu não vou transmitir todos os jogos da Seleção Brasileira”. Pelo contrário. Você é obrigado, ao comprar esse evento, a transmitir todos os jogos.

Aliás, Tereza, diria que, nos dias de hoje, nenhuma emissora aberta da televisão brasileira compra evento sem exibi-lo. Essa prática de comprar evento para evitar que a concorrência o compre já deixou de existir há mais de 8 anos, porque o custo dos eventos tornou-se tão pesado para as emissoras que elas não podem mais se dar o luxo de praticar esse tipo de atitude comercial, que até condeno e que poderia, do meu ponto de vista, ser considerado anticoncorrencial.

A realidade de hoje é que só se compra o que realmente vai ser exibido, porque os eventos que se tem de comprar são muito caros. O que ocorre é que a força desses grandes vendedores é tão grande que, para se comprar, por exemplo, uma Copa do Mundo, você compra 30 ou 35 outros eventos de nenhum interesse para você e que você tem a obrigação de exibir, porque, como você quer comprar a Copa, eles empurram aquilo que você não compraria se tivesse a opção de fazê-lo. Traçando um breve paralelo, assim ocorre também com os filmes. Quando se compra um pacote de filmes de um grande estúdio internacional, você compra 10 filmes de interesse dentro de um conjunto de 200 filmes, os quais você não irá exibir; você vai exibir 10, os outros não são do seu interesse. Então, diria que já existem cláusulas

de obrigatoriedade de exibição, existem cláusulas comerciais que nos obrigam a exibir. Vejam, o projeto trata desse tema, mas gostaria de comentá-lo debatendo artigo por artigo.

Existe outra questão muito importante, que é a responsabilidade que o comprador original tem ao fazer uma cessão para outra emissora no País. Nós, compradores originais, seja quem for, Record, Bandeirantes, SBT ou Globo, tornamo-nos solidários e principais responsáveis pelos atos praticados pelos cessionários. E mais, hoje não se compra nenhum evento sem se apresentar uma carta de fiança, e existe uma obrigatoriedade de que cessionários também apresentem uma carta de fiança. Como qualquer cessão tem que ser pré-aprovada pelo detentor original do direito, se nós não apresentarmos o contrato de cessão, que tem que ser aprovado por esses órgãos e tem que, obrigatoriamente, ser acompanhado por carta de fiança, a cessão não é autorizada.

Aqui, começamos a encontrar determinadas dificuldades de ordem jurídica. Eu também não vou adentrar a questão da inconstitucionalidade ou não do projeto, por, de certa forma, tratar da propriedade privada, porque também entendo que esse não é o fórum. Certamente a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação vai fazê-la com propriedade. Mas existem determinadas realidades negociáveis, hoje praticadas, que já tornam, de certa forma, extremamente difícil a operacionalidade do que está sendo proposto neste projeto.

Além do mais, eu diria que o § 2º, do art. 1º, quando diz que “os eventos desportivos referidos no caput são aqueles que, por qualquer motivo, não estiverem sendo transmitidos pela emissora de televisão privada detentora do contrato de transmissão em rede de sinal aberto”, não trata essa questão com justiça, nem com realidade. Se é para termos esse texto, ele deverá dizer o seguinte: se o evento não for transmitido pela emissora detentora, ou se não tiver sido sublicenciado para outra rede privada, aí sim, talvez, deva ser cedido para uma emissora que seja efetivamente educativa e pública, e não para essas outras que já mencionei e que não o são. Porque se assim não for, hoje, detentores originais dos direitos no Brasil estarão descumprindo o contrato original. Por exemplo, no contrato da

Copa do Mundo de 2010 e 2014, Deputado Gilmar Machado, Sr. Presidente, demais Deputados presentes, senhoras e senhores, nós temos a seguinte situação: em determinados eventos a Rede Globo é obrigada a sublicenciar o evento a outra rede privada de televisão aberta. Por quê? Porque se quer ter uma maior abrangência, uma maior cobertura do evento.

Então, eu acho que o projeto, nos termos em que ele está apresentado, primeiro, não condiz com a realidade do direito esportivo hoje; segundo, vejo dificuldades enormes para os detentores originais, que hoje – gostaria de enfatizar – apenas compram aqueles eventos que realmente pretendem exibir, para dar cumprimento essa lei, porque estarão, automaticamente, infringindo contratos que já estão assinados e certamente futuros contratos.

Os grandes detentores mundiais de direitos, repito, hoje se tornaram senhores da palavra, senhores da ação, senhores da propriedade comercial. Esses eventos, com comerciais que são obrigados a ser exibidos pelos compradores, são vendidos com uma série de ônus e encargos e com a responsabilidade de responder por todo e qualquer ato praticado pelo sublicenciado, em que este não será penalizado por ele, e, sim, aquele detentor do original.

Sr. Presidente, em sucintas palavras, tentando ficar dentro dos 10 minutos – não sei se os excedi ou não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Já ultrapassou.

O SR. MARCELO PINTO – Agradeço a oportunidade e continuo à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Agradecemos ao Sr. Marcelo Pinto e passamos a palavra ao Sr. Eduardo Zebini, Diretor de Esportes da Rede Record.

O SR. EDUARDO ZEBINI – Boa tarde a todos, Exmo. Sr. Deputado Sílvio Torres, Presidente desta Comissão neste momento, Deputados presentes e participantes desta Mesa, demais pessoas presentes, alguns dos pontos sobre os quais tratarei incidirão exatamente sobre alguns pontos que o Marcelo Pinto colocou de uma forma bem ampla. Vou tentar explicar ou detalhar um pouco mais algumas dessas questões.

Todos os contratos obrigam as redes de televisão no Brasil a severas condutas em relação ao quesito propriedade e garantias sobre as mesmas, principalmente quando falamos dos direitos internacionais. São processos confidenciais que dispõem sobre comercialização e disposição do evento na grade e principalmente no vídeo, e a garantia em relação às interferências técnicas, sempre possíveis.

Em cada evento há um manual de conduta, que tem como base multas pesadíssimas, que são assumidas e que devem ser garantidas pelos detentores dos direitos em todo o território, sobre ocorrências que podem fugir tanto ao controle do detentor quanto de qualquer exibidor que esteja sublicenciado.

Além disso, atualmente, as imagens dos eventos têm um período para utilização, e vencimento das opções a elas relacionadas. Por exemplo, numa copa do mundo tem-se direito a utilizar essa imagem por 6 meses, no ano do contrato. Num evento olímpico, da mesma maneira. A partir de janeiro a Rede Globo não pode usar nenhuma imagem mais de Pequim, sem a autorização exclusiva do Comitê Olímpico Internacional, que não pode autorizar porque já o fez a outra rede, que detém o direito no ciclo seguinte.

Essas garantias são assumidas pela emissora detentora dos direitos, que evidentemente assume também a responsabilidade sobre todo o território e sobre o vazamento no território. Todo o processo de sublicenciamento, que é a única forma que permite a outra rede transmitir um evento, passa obrigatoriamente pelo vendedor do direito. Ou seja, mesmo que a Rede Record queira sublicenciar outra televisão aberta ela não pode fazê-lo sem que o Comitê Olímpico Internacional autorize.

É importante dizer também que há questões técnicas extremamente importantes, que no fundo podem criar uma condição de custo muito maior para o evento. É muito importante, por exemplo, imaginar que quando você traz um sinal de transmissão de um país com a responsabilidade de atender sua rede, você o faz com a redundância que o seu público merece em termos de responsabilidade. Mas quando você faz para sua rede, para seu patrocinador e também para outro canal, é preciso investir muito mais para conquistar.

Independentemente dessas questões, há também o problema das competições, que no âmbito geral relacionam-se com modalidades esportivas que são pouco conhecidos, e às vezes, até por pessoas que estão presentes nesta mesa, e são muito importantes para a formação das equipes de base, e nenhuma TV pública tem demonstrado interesse capaz de transmiti-las, principalmente nos últimos 10 anos.

Eu cito, por exemplo, as Universíades, que acontecem de 2 em 2 anos e são a terceira competição esportiva de maioria importância no mundo. Em breve também haverá no Brasil os Jogos Mundiais Militares, as Olimpíadas do Exército, os Jogos Universitários, as Olimpíadas Escolares, que foram recém-terminadas no Nordeste e nós não pudemos ver nenhuma transmissão desses eventos na rede nacional, em nenhuma TV pública.

É claro que é dever das concessões do Estado, como canais de TV, ajudarem o esporte brasileiro, que é cumprido com o papel da televisão: oferecer visibilidade. A TV no Brasil tem trazido visibilidade para nossas atletas, o que garante o patrocínio das principais instituições que apoiam o esporte. A TV, principalmente a Rede Record, nunca se furtou a mostrar a camisa que dá retorno ao atleta, ou o boné que prestigia quem prestigiou o atleta.

Com o Ministério do Esporte atuante, um conjunto de medidas de apoio, incentivo e visibilidade, em vários canais de esporte, tem condições de fazer com que o esporte se relacione muito mais com a sociedade e de forma melhor e mais efetiva. Porém, qual o papel das redes públicas no trabalho de divulgação dos atletas? Por que competições importantes, do ponto de vista da formação esportiva, não participam da grade dessas emissoras, quando somente elas, distantes da necessidade de faturamento – que paga impostos, garante vagas de emprego –, não se preocupam em apoiar, numa ação conjunta? Por exemplo, o Comitê Olímpico Brasileiro, que, em conjunto com as confederações, pode desenvolver as tarefas e competições de que as TVs públicas precisam para divulgar essas modalidades esportivas.

As modificações propostas vêm na direção contrária da livre iniciativa inscrita no contexto da Constituição Brasileira. Esquecem-se de que a educação esportiva de uma nação não pode ser

feita por meio tão-somente da exposição dos seus melhores resultados, e sim de um trabalho, para o qual convido todos, que deve ser discutido no âmbito nacional da nossa base, realizado com as nossas crianças, que serão nossos atletas do futuro, com o apoio fundamental das TVs públicas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Agradecemos ao Sr. Eduardo Zebini.

Passamos, então, a palavra ao autor do requerimento e do substitutivo, Deputado Gilmar Machado, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, quero, em primeiro lugar, agradecer a esta Comissão a aprovação do requerimento para que pudéssemos estar aqui, na tarde de hoje, fazendo este debate; agradeço também à ex-Presidenta desta Comissão, Deputada Lídice da Mata, que me deu a oportunidade de relatar a matéria, e à Tereza, ao Carlos, ao Marcelo, ao Eduardo, dizendo-lhes que espero que representantes de outras emissoras também possam debater esse tema, que é de interesse geral.

O projeto traz uma questão que nos ajuda a melhorar o nosso trabalho. Eu, particularmente, depois de ter ouvido alguns representantes, acredito que precisamos rever algumas questões, embora, para mim, algumas coisas fiquem mais concretas em função das exposições sobre a TV pública.

O projeto que trata da TV pública brasileira, votado e aprovado, não é Tereza, depois de bons debates, deixou claro que a TV pública tem todas as condições de fazer essa transmissão. Entendo o trabalho do Marcelo. Este é um grande debate, ao qual não cabe a esta Comissão fazer, mas temos que ter o cuidado na hora de abordá-lo. No Brasil, a maior parte das TVs é pública; a TV Cultura é um exemplo. Mas têm sido abertas outras – e aí eu falo que estamos assistindo e tentando ver como resolvemos isso – TVs educativas, as quais, na verdade, não são bem TVs educativas, mas TVs de Prefeituras, que se utilizam do nome de TVs educativas para poder se desenvolver.

Entendo, Marcelo, quando você aborda essa questão. De fato, precisamos encontrar uma forma de tratar a TV pública no Brasil, pois só assim resolveremos, em parte, esse problema.

Outro item sobre o qual temos que falar é sobre os contratos. Os senhores já têm experiência nos contratos. Não podemos interferir em contratos que estão sendo colocados. Se o esporte é algo que pertence ao povo, isto é, se a própria Seleção Brasileira, segundo a Constituição, é um patrimônio do povo brasileiro, evidentemente, esse mesmo povo tem o direito de acompanhar e verificar.

O Deputado Silvio Torres é um dos autores do projeto. Ao analisar o projeto apresentado pelo Deputado Edson Duarte, o qual está sendo relatado por nós, e o projeto apensado do Deputado Silvio Torres, entendemos o espírito. É exatamente isso que tentamos preservar, não só na área do futebol, mas nas outras modalidades, olímpicas e paraolímpicas, que são fundamentais para que a população possa acompanhar.

Conforme salientou o Eduardo, realmente, teremos que abordar o esporte escolar. Segundo a Lei Agnelo/Piva, votada por esta Casa, 10% dos recursos do esporte olímpico, 10% do paraolímpico, 5% do olímpico e 5% do paraolímpico devem ser destinados aos esportes escolar e universitário, os quais financiam, hoje, os Jogos Escolares, os antigos JEBs, e os universitários, cuja fase final vem sendo feita hoje pelo Comitê Olímpico. Mas, realmente, precisamos ver o projeto da transmissão.

O papel da TV pública, não é Tereza, deve ser tratado por nós. Temos que garantir o cumprimento da lei. Já que ela existe, deve ser executada. Inclusive, tivemos que transferir o debate sobre o balanço dos jogos olímpicos para o dia 26.

Mas uma das nossas cobranças será a questão dos jogos escolares e dos jogos universitários, porque precisamos ter a segurança de que eles não apenas serão realizados, mas também serão transmitidos ao conjunto do povo brasileiro. Tendo em vista que isso é importante, vamos ter que tratar disso também. Depois da lembrança do Eduardo, precisamos abrir um artigo para que tratemos dessa matéria e ver como isso poderá ser feito.

Gostaria de que depois fosse melhorado um pouco o texto do substitutivo. Por exemplo, o art. 42, § 2º, que diz respeito ao flagrante de espetáculo. Seria interessante que os senhores – Marcelo, Eduardo, Carlos – mostrassem a sua visão sobre o flagrante

do espetáculo, que faz parte do processo, para a utilização exclusivamente em atos jornalísticos e culturais. E, nas TVs educativas, como se dá, no noticiário jornalístico. O flagrante esportivo, porque isso é importante.

Peço, então, aos senhores que abordem um pouco essa questão, porque eu devo ter passado batido. Isso servirá para os demais eventos que teremos.

A TV pública do Brasil tem uma regra de funcionamento. Para mim, não há dúvida. Na celebração do contrato, assegura-se que ninguém utilizará de forma indevida. Mas a TV pública tem uma forma de funcionar que assegura esse processo.

Peço, então, à Teresa que trabalhe um pouco melhor isso.

Particularmente, penso que a TV pública, ao receber um conteúdo que tem normas para seguir, não terá dificuldades; o problema são as outras que precisamos ver como é que...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pois é, eu vi aqui, inclusive anotei. Essa é uma mudança que temos que fazer, porque, do jeito que está, não sei como iremos fazer com a TV Cultura, que ficará fora desse processo. A TV Cultura é uma TV séria, mas nem todas as TVs no Brasil são sérias – você sabe muito bem que temos essa dificuldade. Mas concordo com você no sentido de que o correto seria trabalharmos isso no substitutivo. Vou preparar uma alteração.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Posso apartear-lo?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – O Presidente é que me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – A senhora terá a oportunidade de responder, tão logo o Deputado Gilmar Machado termine suas palavras.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Então, finalizando minhas palavras, para abrir o debate, porque sei que todo mundo quer participar e, na condição de Relator, tenho mais é que ouvir.

Concordo com a Tereza no sentido de que, ao trazermos para a TV pública do Brasil, resolveremos a maior parte dos problemas ao passo que diminuiremos a preocupação do Marcelo.

O Eduardo trouxe um tema, o qual trata dos jogos universitários escolares, que deve ser melhorado.

Por isso, gostaria de solicitar aos senhores que comentem as propostas que foram apresentadas e os flagrantes de espetáculo. Eu acho que também é importante, para que eu possa depois concluir melhor o trabalho.

Desde já, agradeço a ambos terem aceito o convite e para que nós pudéssemos... Acho que todos nós queremos aqui é fazer o melhor, fazer a melhor legislação para que nós possamos não só cumprir, mas, ao mesmo tempo, assegurar ao povo brasileiro que nós vamos continuar tendo grandes espetáculos, aos quais todos vão poder assistir com tranqüilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Nós agradecemos ao Deputado Gilmar Machado.

Passaríamos agora à lista de inscritos para se manifestarem. O primeiro inscrito é o Deputado Asdrubal Bentes. Como autor, Deputado, eu teria alguma preferência. Mas eu vou dar início à lista com V.Exa., até que o Deputado Albano Franco volte à Mesa e eu possa fazer as minhas observações neste plenário.

Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, caro Relator, Deputado Gilmar Machado, ilustres palestrantes, não pude assistir ao depoimento dos 2 primeiros palestrantes, mas, pelo que eu ouvi do Sr. Marcelo e do Sr. Zebini, creio que nós devemos refletir um pouco mais sobre esse projeto.

Da forma como está, nós vamos entrar na contramão. Creio que precisamos, talvez, quem saiba, criar um grupo de trabalho aqui, nesta Comissão, para, juntamente com a imprensa, representada por televisões, jornais e rádios, fazermos uma ampla discussão e elaborarmos um projeto que corresponda aos anseios da sociedade e à realidade atual.

Começa que o projeto é de 2003 e, para mim, já está totalmente ultrapassado. De lá para cá, veio a TV pública e houve tantos avanços que o projeto não está compatibilizado com a realidade atual.

Fica extremamente desagradável para nós, aqui, aprovarmos um projeto que será criticado lá adiante ou que no plenário possa ser rejeitado.

Eu quero louvar o Deputado Silvio Torres e o Deputado Gilmar Machado pela iniciativa. São desportistas muito conhecidos, gostam do esporte, dedicam-se ao esporte, querem uma legislação boa para o esporte, mas, lamentavelmente, meus companheiros, entre as boas intenções e a realidade, a distância é muito grande. E diz o velho provérbio que de bem-intencionados o inferno está cheio.

Não queremos isso. O que nós queremos realmente é que saia uma legislação boa, perfeita, atual, moderna e que se compatibilize com a realidade do esporte brasileiro.

A sugestão que deixo aqui, e submeto à apreciação dos meus pares, é que possamos constituir um grupo de trabalho para, em conjunto com os órgãos de imprensa, elaborarmos um projeto de lei que corresponda à realidade e aos anseios da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Agradecemos ao Deputado Asdrubal Bentes e gostaríamos de informar a S.Exa. que o projeto de 2003 é o original, do Deputado Edson Duarte. O meu projeto é de 2007 e está, no meu entender, atualizado. Ele foi discutido como uma emenda, quando da MP que criou a TV Brasil. O que nós estamos fazendo aqui hoje é atualizando o próprio debate.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não vamos polemizar, mas nós temos que reconhecer quando aquilo que produzimos não condiz com a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – É uma outra questão.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E, pelo que ouvi dos expositores, há uma divergência muito grande, e é por isso que temos de chegar a um denominador comum, porque, de qualquer forma, quem está aí nessa mesa representa um segmento importante para o esporte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – O.k. Só fui informar a data do projeto.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu quero lhe agradecer pela informação, que eu tinha visto, mas o meu ponto de vista continua o mesmo e minha sugestão também continua de pé, porque precisamos produzir a legislação que o esporte merece e de que precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Com a palavra o Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – Meu caro Presidente Silvio Torres, na medida em que os expositores iam falando, eu conversava aqui com o Deputado Asdrubal Bentes: também sou da mesma linha.

O Dr. Marcelo Pinto tem toda a razão. O Deputado Gilmar Machado bem falou que certamente várias televisões educativas, ou pseudo-educativas, podem modificar toda a tramitação da questão. Também o Deputado Asdrubal Bentes tem razão quanto ao fato de que a matéria carece de um pouco mais de discussão – se o Deputado Gilmar concordar com isso.

É uma matéria muito importante, e nós deveríamos sugerir ao Presidente Albano Franco a criação de um grupo de trabalho, para que a 2, 4, 6 ou 10 mãos discutamos um pouco mais a matéria, que, repito, é muito importante e delicada. Eu diria que é interessante discutirmos um pouco mais o conteúdo, para que saia daqui um produto bem acabado, para que tenhamos condições de sair daqui com um resultado que atenda aos anseios de nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Agradecemos ao Deputado Marcelo Teixeira.

Tem a palavra a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. DEPUTADA LÍDICE DA MATA – Sr. Presidente, eu quero primeiro parabenizar o Deputado Gilmar Machado pela autoria do requerimento que solicitou esta sessão, que se fazia extremamente necessária e que, ao que me parece, segundo disse S.Exa., deverá ser uma referência para que S.Exa. possa absorver este debate em seu Relatório.

Isso não quer dizer, contudo, que estejamos aqui prontos para votar um projeto que sequer o conjunto da Comissão conhece. Por outro lado, não se pode ir para o campo oposto e dizer

que não é possível votar o projeto neste momento por estarmos com uma legislação muito atrasada. Eu quero pedir desculpas aos meus companheiros.

Eu acho que esta discussão rasga o véu de um debate político-ideológico extremamente importante que esta Casa precisa travar. Não estamos aqui discutindo a estatização do esporte brasileiro ou de sua transmissão. O que se discute aqui é a possibilidade que está sendo buscada há muito tempo, e o estatuto do esporte é uma referência para esta discussão.

Ao mesmo tempo, Deputado Silvio Torres, não podemos deixar de enfrentar a discussão da necessária democratização do acesso do povo brasileiro às transmissões esportivas, que não podem ser apenas privilégio das redes concessionárias do Poder Público, que são as redes particulares.

Precisamos estabelecer essa discussão nesta Comissão, na Comissão de Comunicação e na Comissão de Justiça da Casa, levando em conta que há, sim, o desejo por parte de segmentos significativos do povo brasileiro, e não apenas o direito de acesso a essa democratização.

É necessário que as TVs particulares se abram a essa discussão. Não basta que apenas nós, como representantes do povo, sensibilizemo-nos e estejamos abertos para debater os problemas que tem cada contrato comercial em cada uma das TVs. É indispensável que possamos fazer a melhor lei possível, uma lei que não contradiga as necessidades comerciais do desenvolvimento dos negócios privados de cada televisão, garantindo, ao mesmo tempo, um acesso cada vez maior.

É indiscutível que há hoje um problema em relação à Rede Globo de Televisão. Hoje, o povo brasileiro tem que, necessariamente, assistir à transmissão do jogo entre Brasil e Portugal depois das 10h da noite. Essas questões têm de ser tratadas, já que são concessões do Poder Público. O Poder Legislativo, como fiscalizador, como elaborador das leis, tem, sim, que tratar dessas questões de forma cada vez mais transparente, cada vez mais democrática, cumprindo seu papel, que é negociar interesses diversos da população, portanto interesses empresariais e públicos, aqui dentro do Congresso Nacional.

Assim, acho que se trata de uma discussão extremamente necessária e importante, mas, ainda mais importante do que a discussão, é que possamos ter uma idéia, um cronograma de fechamento desse processo. O mais desgastante é entender que toda vez que discutimos essa questão nós a chutamos para as calendas gregas, e ela nunca chega a um desfecho.

Seria importante que o resultado dos trabalhos desta Comissão pudesse significar mudanças no projeto. Eu mesma admito que as TVs educativas, como aqui se viu, não podem ficar numa formatação tão alargada quanto a que está no projeto. Nós podemos modificar, sim; o Relator pode determinar que ela seja só uma transmissão da rede pública. Por que não? Afinal, ela foi criada para isso.

Proselitismo político, todas as redes particulares o fazem, e notem que algumas em tal nível, que às vezes a sociedade precisa intervir, dados os posicionamentos políticos expressos em todos os sentidos, dentro de cada televisão. Na hora em que se constitui uma rede pública, é necessário que essa rede pública possa nortear uma conduta de comportamento. Como em qualquer setor da vida pública, também nos meios de comunicação.

Mais uma vez, meus parabéns à Comissão. Confio muito em que o relatório do Deputado Gilmar Machado possa contemplar todas as questões aqui expostas e em que possamos, em breve, votar nesta Comissão um projeto de lei, um substitutivo mais bem acabado, mais bem elaborado, para finalmente colocarmos para o conjunto da Casa, que essa é a nossa função, e para o conjunto da sociedade brasileira a discussão sobre a democratização do acesso, no Brasil, a toda e qualquer transmissão de eventos ou espetáculos esportivos, ainda quando não cheguem a ser tão

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Agradecemos à Deputada Lídice da Mata.

Passo a palavra ao Deputado Eugênio Rabelo.

O SR. DEPUTADO EUGÊNIO RABELO – Sr. Presidente, ouvi atentamente à explanação dos 2 palestrantes. Realmente o Deputado Gilmar Machado precisa de um tempo maior para adequar todos os contratemplos.

O art. 2º, mais precisamente em seu § 3º, diz ser vedada à emissora de TV educativa pública estatal vender, negociar, autORIZAR, contratar, veicular publicidade com empresa público-privada durante a transmissão dos eventos. Indago: e elas cumprem?

Concordo com o Deputado Asdrubal Bentes quanto a que ainda não estamos completamente preparados no que diz respeito a essa matéria. Creio que meu amigo Deputado Gilmar Machado deve ouvir mais palestrantes, pois o assunto é muito polêmico, muito sério.

Concordo também com nossa colega Lídice da Mata sobre que o povo deseja ter livre acesso à transmissão de eventos esportivos e sobre que há a possibilidade de as TVs públicas fazerem essa transmissão. Agora, precisamos realmente saber que a Rede Globo e a TV Record passam por processos difíceis para transmitirem um evento mundial.

Se o Deputado Gilmar Machado acatar as sugestões do Marcelo Pinto e do Eduardo Zebini e votá-las em breve daremos uma satisfação à sociedade brasileira com um projeto que realmente atenderá as suas necessidades. E não se deve limitar somente às televisões privadas. Agora, abrir para a televisão pública, que não terá nenhuma responsabilidade de cumprir o que está determinado no projeto de lei aqui citado, eu não concordo. Espero que possamos fazer melhor adequação, votar a matéria para atender as empresas estatais que vêm trabalhando arduamente na transmissão de campeonatos internacionais de futebol, de jogos pan-americanos, e realmente estão cumprindo as exigências – e nós ficamos satisfeitos na hora da transmissão.

Tenho muito receio quando vejo TVs educativas como a da minha cidade, Aracati, terra de Canoa Quebrada, que não tem respeito algum, faz comerciais esculhambando políticos, denegrindo a imagem do cidadão e não faz a mínima questão de desempenhar o seu fundamental papel: o de educar. Quem a está punindo? Como está sendo conduzida essa história?

Sr. Relator, a minha preocupação é a seguinte: se se abrir a transmissão para a TV pública, como ficará a situação das redes privadas?

Espero que V.Exa. tome nota dessa minha indagação e dê atenção aos palestrantes que vieram fazer as suas explicações para não darmos um passo errado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Deputado Eugênio Rabelo, primeiro eu peço desculpa por ter trocado o nome de V.Exa. Mas quero dizer que o Cônego Eugênio Leite é uma pessoa ilustre em São Paulo, até empresta seu nome a uma rua. Então não houve nenhum demérito a V.Exa.

Informo que está havendo votação nominal. Peço aos Deputados que queiram votar para ir um a um, a fim de não interrompermos o seguimento da audiência pública.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA – Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, senhores palestrantes, caro Deputado Gilmar Machado, Relator desse projeto.

Acho que V.Exa., Deputado Silvio Torres, confundiu Eugênio Rabelo com Otávio Leite, também colega nesta Comissão.

Quero parabenizar o Deputado Gilmar Machado por se preocupar em iniciar debate sobre esse projeto altamente polêmico que intervém na atividade já existente nos acordos contratuais, na atividade empresarial das transmissões, e nada mais justo do que ouvir todos os segmentos envolvidos.

V.Exa. deu um passo importante ao iniciar esse debate. Acredito mesmo que esse projeto carece de maior amadurecimento para que possa ser votado na Comissão e seguir sua tramitação normal.

As posições aqui colocadas pelos colegas devem ser levadas em consideração para que tenhamos um projeto que represente, vamos dizer assim, todos esses segmentos, sem que haja prejuízo de um ou de outro.

Nós sabemos o que representa hoje essa atividade empresarial. Há contratos de longo prazo firmados entre as empresas de televisão, os transmissores, e os detentores dos eventos. Também haverá a oportunidade de concorrência da TV pública com essas empresas e de intervenção no mercado privado, que hoje segue a sua própria regulação.

Portanto, é importante o amadurecimento dessa discussão. E considero hoje o início desse amadurecimento para chegarmos a um texto como um todo palatável que será votado nesta Comissão e também no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Agrademos ao Deputado José Rocha.

O Deputado Edinho Bez não está inscrito. Nesse caso...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Aproveito esta oportunidade para parabenizar a todos, agradecendo-lhes a presença, e para lembrar que está havendo votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Eu já prestei essa informação. Gostaria, então, que os Parlamentares fossem votar um a um. Acho que o Deputado Asdrubal Bentes já foi. O Deputado Marcelo Teixeira ainda não. Eu gostaria de não interromper a nossa audiência. Já são 16h32min. Começamos atrasados. Podemos agüentar mais um pouco, até porque uma segunda votação nominal justificará a nossa ausência.

Como o Deputado Albano Franco não retornou, vou fazer as minhas formulações aqui mesmo da Presidência, já que, pela inscrição, é a minha vez.

Eu quero começar lembrando que esta audiência pública, requerida pelo Deputado Gilmar Machado e aprovada, tem exatamente o objetivo de jogar mais luz sobre essa discussão, que não pretende ser terminativa. Nós não estamos aqui para votar após o final desta audiência pública. Com ela, estamos colhendo mais subsídios para que o próprio Relator possa, como S.Exa. mesmo já manifestou, aperfeiçoar o projeto de lei, dando talvez maior amplitude aos seus objetivos.

Quero também agradecer aos convidados a presença. Acho de extrema importância eles estarem presentes nesta primeira audiência pública. Não sei se teremos que realizar mais algumas, Deputado Gilmar Machado. Se for necessário, até poderemos fazê-lo, mas esta reunião reabre o debate, uma vez que o assunto já foi abordado durante a tramitação da MP que criou a TV Brasil, a Empresa Brasil de Comunicação.

Tratamos hoje aqui do mérito, estamos discutindo o mérito. Como já foi lembrado, questões que podem até ser alvo de

dúvidas constitucionais serão tratadas quando o projeto de lei for para a CCJ, que é onde se discute o assunto. Nós estamos aqui no intuito de dar prosseguimento ao projeto, que vai tramitar por algumas Comissões.

Nesse sentido, lembro que o projeto tem o objetivo de permitir a imensas camadas da população brasileira o acesso aos eventos esportivos que tenham como protagonistas as seleções brasileiras, as representações brasileiras, as equipes e os atletas. Por isso há o interesse direto da população. Nós não estamos tratando dos jogos do Corinthians, do São Paulo, de campeonatos que seguem as regras institucionais das entidades que cuidam disso. Nós estamos tratando das seleções brasileiras, das pessoas e das equipes que representam o Brasil, que representam a nossa bandeira.

Não me parece justo as pessoas que não têm como pagar TV a cabo – praticamente 90% da população brasileira – e não têm acesso a outras mídias fiquem distantes dessas disputas. Já está comprovado historicamente que as pessoas se estimulam e se motivam pelos exemplos. Os exemplos de superação dos atletas brasileiros de uma forma geral têm sido o combustível para transformar esse imenso potencial do País em atletas que passam a ser referência, estimulam as pessoas a superar as imensas barreiras sociais.

Quero citar um exemplo do quanto é importante a exibição de jogos paraolímpicos, seja nos Jogos Pan-Americanos, seja nas Olimpíadas. Com todo o respeito pela emissora que detinha o monopólio dessa exibição, nos Jogos Pan-Americanos, os jogos paraolímpicos foram assistidos apenas por quem tinha TV a cabo. Não foram transmitidos em sinal de TV aberta, a não ser pela Empresa Brasil de Comunicação. Quantos milhares de pessoas se miraram no exemplo de superação dessa gente que tem deficiência e conseguiu superar? Da mesma forma é nas Olimpíadas. Só esse fato já justificaria ser feito algo diferentemente da forma como ocorre hoje.

Não acho que o projeto e o relatório do Deputado Gilmar Machado têm a receita pronta. As objeções aqui apresentadas, todas elas bastante justificadas, tanto pelo representante da TV Globo quanto pelo representante da Rede Record, tratam de assuntos

que podem perfeitamente ser superados na hora de regulamentar o projeto de lei.

Quero pedir vênia ao Marcelo Pinto e dizer que existem problemas com as TVs educativas, mas isso não justifica negarmos o mérito da proposta. Esses problemas existem talvez porque haja outras deficiências do aparato governamental. Como existem problemas com as TVs educativas, também existem problemas com as rádios comunitárias, que não têm respeitado a legislação que as regula.

Acho que poderemos fazer um esforço conjunto entre aqueles que têm seus direitos prejudicados para melhorar a fiscalização. Não poderíamos inviabilizar esse projeto por conta dessas e de outras questões aqui apresentadas. Creio que tivemos um grande debate quando da criação da Empresa Brasil de Comunicação no País. No fundo, o debate tratou da democratização e até que ponto essa democratização dos meios de comunicação atende aos interesses da sociedade brasileira. Creio que isso já está superado. A EBC foi aprovada depois de intenso debate. A Empresa Brasil de Comunicação é uma realidade que tem compromissos, já gerou compromissos com a sociedade brasileira. Cabe a nós Parlamentares fiscalizar se ela está cumprindo os seus objetivos, se está tendo dificuldades para cumprir seus objetivos, quais são essas dificuldades e não negar esses objetivos por conta de problemas que de resto são comuns a todas as instituições brasileiras.

Acho que algumas questões específicas sobre as dúvidas e os problemas que poderiam ocorrer no caso de democratização, de cessão dos direitos às TVs públicas, especialmente à TV Brasil.

A minha convicção é que a TV Brasil, uma instituição de governo, hoje tem tanta credibilidade quanto qualquer outra instituição governamental para cumprir as obrigações que a ela forem repassadas. Nós não devemos duvidar dessa condição. Se alguma coisa há que ser aperfeiçoada, e certamente haverá, esse aperfeiçoamento pode ocorrer no decorrer deste debate. São pontos perfeitamente superáveis. Não queremos aqui quebrar direitos já constituídos. Os contratos já existentes terão, obviamente, de ser respeitados. Temos de tratar de alguma coisa para o futuro e fazer com que esse futuro ofereça à sociedade brasileira maiores

alternativas, para que ela possa se beneficiar dos bens públicos que são a informação e a comunicação, direitos fundamentais.

Respeito o ponto de vista dos Deputados Marcelo Teixeira e Asdrubal Bentes, mas acho apenas que um grupo de trabalho não será mais eficiente do que a própria Comissão, que já é bastante limitada. Nós poderíamos dar ao Deputado Gilmar Machado mais um crédito de confiança, para que ele possa elaborar um relatório melhor possível, para levarmos à frente o projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, talvez V.Exa. não me tenha entendido. A democracia é boa por isto: da divergência partimos para a convergência.

Eu quis mostrar, numa estranheza maior, que, normalmente, quando um projeto deste já está com o relatório e até com o substitutivo, ele vai à votação. Eu creio que, antes do relatório e do substitutivo, deveria ter havido essas audiências, para uma discussão mais profunda, mais ampla. Todos nós concordamos com o mérito, mas o processo está errado e, na essência, também não é o que estamos precisando. Daí porque precisamos de mais discussão, de discussão mais aprofundada.

O que nós queremos é uma legislação boa, moderna, ágil e, volto a dizer, que satisfaça os interesses do esporte nacional. Nós todos queremos isso. Não queremos desfazer nem do projeto nem do substitutivo, tampouco das pessoas que apresentaram o projeto e das que o relataram. Pelo contrário: queremos colaborar, contribuir para o aprimoramento do projeto, a fim de que se transforme em uma lei à altura do esporte nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Obrigado, Deputado Asdrubal Bentes.

Com a palavra o Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – Eu vou exatamente na mesma linha do Deputado Asdrubal Bentes: não vai para as

calendas, não. O assunto é importante e tem de ser discutido – V.Exa. sabe quantas audiências já houve aqui sobre a questão do visto, matéria que também estamos discutindo –, em um grupo de trabalho ou na própria Comissão – em um grupo podem caber 10, 20. O assunto é importante e merece um pouco mais de amadurecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Não sei se o Deputado Albano Franco gostaria de reassumir a Presidência, porque passaremos às considerações dos nossos convidados e, posteriormente, o Deputado Gilmar Machado encerrará nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Com a palavra a jornalista Tereza Cruvinel.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Obrigada, Presidente Albano Franco.

É preciosismo, Deputado Silvio Torres, mas gosto de dizer que a TV Brasil não é uma tevê governamental.

Apreciei que V.Exa. tenha dito que ela tem tanta credibilidade quanto as outras. Temos trabalhado muito para isto, preservando a independência e a pluralidade da TV pública: nós queremos que ela seja identificada como TV pública.

Ontem ainda reuniu-se o seu conselho curador, composto por representantes dos mais diversos segmentos da sociedade. Às vezes ele é muito severo, mas ontem estava muito generoso, achou que nosso trabalho está indo muito bem. Mas há dias em que ele é severo.

Uma outra consideração que gostaria de fazer, Deputado Gilmar Machado: qualquer que seja a evolução – os companheiros das TVs comerciais fizeram observações muito pertinentes que precisam ser consideradas –, a EBC deve ser o ente público diretamente beneficiário de qualquer fórmula que venhamos a encontrar. Mas que ela possa retransmitir, suponhamos, um evento que interesse exclusivamente ao Estado de São Paulo. Como trabalhamos em parceria com a TV Cultura de São Paulo e tantas outras frentes, vamos passar para ela esse evento, até porque a EBC e a TV Cultura de São Paulo são grandes parceiras.

Nós queremos que aquilo que seja público na comunicação efetivamente seja separado dos desvios que estejam acontecendo.

Há Deputados aqui que integram a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Desejamos que a Câmara dos Deputados enfrente as distorções nas concessões de algumas televisões pseudo-educativas, como disse Marcelo Pinto.

Nós, da EBC, defendemos que todas as concessões sejam revertidas à rede pública de televisão. É isso mesmo. A fórmula, nesse caso, é esta: a EBC, e ela identifica as TVs públicas, se for o caso de ela repassar.

A TV Brasil foi a única emissora aberta que retransmitiu as Paraolimpíadas, porque as Paraolimpíadas não estavam em disputa comercial.

Como disseram os representantes da Rede Record, Eduardo Zebini, e da Rede Globo, Marcelo Pinto, o Congresso precisa cuidar também desses excessos de comercialização do esporte, que criam dificuldades para as TVs comerciais também.

Alguma regulamentação tem de haver, Marcelo. Se vocês são obrigados a comprar pacote com coisas que não vão exibir, é preciso ter alguma regulamentação. Eu acho que as TVs comerciais não precisam ficar à mercê dessa situação. Você disse: “Nós somos obrigados a fazer tantas concessões a esses vendedores de pacotes esportivos”. Esta Comissão precisa verificar bem o que é isso.

Eu não conheço o assunto com a propriedade que vocês dois conhecem, mas se está havendo exorbitância ao impor – a televisão comercial também tem função social, é concessão do Estado e, conforme o art. 222, está sujeita a uma série de condicionamentos –, se a indústria do esporte está impondo condições que ofendem a própria natureza social da televisão em geral, pública ou não pública, é preciso analisar.

Está claro que o projeto, ao contrário do que disse um dos 2 Deputados – não sei se foi o Deputado Asdrubal Bentes –, não fere acordos atuais. É claro que os acordos já assinados não podem ser objeto de qualquer modificação nesse sentido.

Quero deixar claro que a TV pública – digo TV pública enquanto natureza –, seja a TV Cultura de São Paulo, seja a TV Brasil ou as TVs legislativas, TV Câmara e TV Senado, não tem a menor condição de, nesse jogo pesado que os 2 representantes de televisões comerciais apontaram, adquirir direito de transmis-

são nenhum. E mais ainda: às vezes vamos ao Ministério do Esporte buscar o direito de transmissão de um esporte alternativo, periférico ou coisa assim, que ainda não virou moda, e alguém já foi lá e registrou. Aconteceu recentemente com um esporte – eu estou tentando reverter e não vou citar qual; uma dessas coisas nascentes. Então, é difícil para a TV pública.

Não adianta dizer que os jogos do Exército ou outros são coisas que podemos fazer, nós também queremos fazer aquilo que interessa ao grande público. É claro que a TV pública precisa encontrar nichos de esporte que sejam complementares ao que faz a TV comercial. É ideal que encontremos o papel da TV pública no esporte – acho que dos jogos universitários gostaríamos muito –, mas o ente público, no caso, o Ministério do Esporte, é que tem de estruturar essas competições, porque não nos cabe estruturar essas ligas universitárias para que o esporte universitário se afirme enquanto tal.

A televisão pública pode ajudar nessa estruturação à medida que ela entre com o compromisso de transmitir, mas a obrigação de estruturar não é nossa. Fala-se assim: “Por que vocês não transmitem isso, aquilo e aquilo?” É que aquilo...

O esporte da várzea, quem organiza? Não é nosso papel organizar o esporte da várzea, entende? Há outros entes envolvidos.

Eu queria fazer esses comentários e dizer que também aprendi. Foi muito bom estar aqui.

Da parte da EBC, nos dispomos a continuar esse debate e voltar aqui para encontrar, como disse desde o início, fórmulas que combinem todos esses elementos aqui colocados, encontrar uma solução que seja de interesse público, que, respeitando o direito de propriedade etc., também permita que a televisão pública cumpra sua função social na área do esporte. Esta Casa sempre encontrou boas soluções e há de encontrar uma fórmula.

O Deputado Gilmar Mendes – alguém já o chamou de Gilmar Mendes? –, digo, o Deputado Gilmar Machado, sem dúvida, com esta e outras audiências – nós conhecemos sua trajetória, é uma pessoa superaberta –, vai absorver alguns desses elementos e continuaremos a discutir. O importante é encontrarmos uma boa solução, e estou convencida de que vamos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Desejo lamentar a minha ausência durante alguns minutos. Tivemos reunião no Supremo Tribunal Federal, à qual não poderíamos faltar.

Agradeço ao Deputado Silvio Torres por ter exercido a presidência, sempre com a mesma eficiência e presteza. Muito obrigado, Deputado Silvio Torres.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – É por isso que estamos falando em Gilmar Mendes, V.Exa. está vindo de lá, não é Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Quero dizer, Deputado Gilmar Machado, que foi da maior importância o requerimento de V.Exa. Estão sendo proveitosos para a Casa os esclarecimentos de todos os que aqui se pronunciam, da EBC, da Cultura, da Globo, da Record. É isso que esta Casa quer ouvir, quer escutar para, através dessas informações e desses esclarecimentos, tomar as posições, defendendo e resguardando a sociedade.

Também somos daqueles que entendem que acordo e contrato são para serem respeitados e para serem cumpridos. Também entendemos esse posicionamento das empresas, das emissoras.

Todos nós nesta Casa temos um grande respeito pela jornalista, pela cidadã Tereza Cruvinel, tendo em vista a sua história e a sua vida, sempre em contato com a classe política, com o mesmo equilíbrio e respeito que a Tereza teve a vida toda.

Quero realmente dizer que a Dra. Tereza na presidência da Empresa Brasil de Comunicação é a certeza da responsabilidade. É claro que ela defende os interesses da EBC, mas é possível compatibilizar os interesses da EBC com os interesses das empresas de canal aberto da rede privada. Também é importante ressaltar o entendimento necessário.

O Relator Gilmar Machado vai ter novos elementos, porque através do debate é que vamos encontrar o denominador comum, o consenso tão necessário – não é isso, Deputada Lídice?

Todos ficaram felizes, Tereza, com a exposição de cada um, de *per se*.

Também quero dizer, com satisfação, que a nossa TV Aperipê está sendo beneficiada da Empresa Brasil de Comunicação.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – A primeira associada TV Brasil é a TV Aperipê.

Estamos indo muito bem na construção da rede pública, Deputado Albano Franco, com 24 televisões públicas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Está vendo como acompanhamos o trabalho da Empresa Brasil de Comunicações no meu Estado?

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Sergipe foi o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado.

Vamos dar continuidade, ouvindo o Dr. Carlos Wagner La Bella, que vai responder e encerrar.

O SR. CARLOS WAGNER LA BELLA – Eu acho que o Deputado Silvio Torres foi na essência: o que nós estamos discutindo aqui realmente é o mérito. Evidentemente, todo mundo aqui defende os seus interesses. A gente defende o interesse não comercial do processo, e algumas colocações que são pertinentes, que são importantes não podem desviar-se do foco: o mérito do que se está discutindo.

Eu gostaria de reforçar o que disse a Tereza sobre as TV Educativas – pseudo-educativas – levantadas pelo companheiro da Rede Globo. Isso é uma coisa que também nos incomoda profundamente, e estão acontecendo ações para que isso seja revertido. A gente está fazendo esse movimento. A própria EBC está fazendo esse movimento. Estamos discutindo isso, estamos falando sobre isso, então, o assunto é sério.

Esse é um assunto do qual não se pode desviar, é o mérito, e há muita discussão a fazer. Nós temos que ouvir. Evidentemente, sabemos da voracidade desses contratos. Eles são leoninos, sabemos disso. Por isso, os departamentos são cada vez mais especializados.

Ouvimos com clareza como procede a Globo e a Record. Nós realmente não temos condições de competir nesse caso, mas podemos prestar também um serviço de divulgação ao público que é fiel à TV pública de um modo geral.

Eu queria fazer uma colocação ao Deputado que acabou de sair – não me lembro o nome dele, chamou-me a atenção o fato de ser

ele da terra de Canoa Quebrada –, que disse o seguinte: “Não pode comercializar; não pode fazer citações comerciais”, que citou esses itens como dos mais importantes a serem discutidos, porque há que saber como fazer que a imprensa pública cumpra isso. Se é lei, cumpra-se. Se não for cumprida, existem formas para discutir isso. O que não se pode é, com essas pequenas coisas, sair do foco, que é o mérito.

Nós não nos negamos a discutir. Vamos discutir, sim. Somos parceiros da Rede Globo em várias coisas, somos parceiros da Rede Record em várias coisas, somos parceiros da EBC em muitos projetos, e gostaríamos de continuar a ser parceiros nessa discussão salutar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Obrigado, Dr. Carlos La Bella. Foi muito importante o seu pronunciamento, o seu esclarecimento e também essa finalização. O senhor realmente demonstra a importância desse entendimento e a necessidade de uma legislação em comunicação, visando à sociedade brasileira.

Passo palavra ao Dr. Marcelo Pinto.

O SR. MARCELO PINTO – Muito obrigado, Presidente. Farei pequenas observações. Acho que tudo o que foi dito é bastante suficiente para o esclarecimento do debate, mas há alguns pontos que gostaria de sublinhar.

Tenho certeza de que o Deputado Gilmar Machado, com a larga experiência parlamentar que tem e com a sua abertura democrática ao debate, terá capacidade de apreender todos os pontos que foram ressaltados, e discutiremos, oportunamente, como acomodar algumas situações.

Eu também não tenho nenhuma objeção pessoal ao mérito do projeto, mas lembraria o seguinte: como bem observou a Deputada Lídice da Mata, as ditas emissoras de televisão aberta privadas são concessionárias de um poder público. Em assim sendo, elas também têm um dever social, têm uma missão social a cumprir.

Da parte da TV Globo, tenho muito orgulho em dizer que cumprimos muitos dos itens constitucionais – senão todos – que

dizem respeito ao papel social que uma empresa concessionária de serviço de televisão aberta tem que cumprir. Entretanto, lembro ao Deputado Gilmar Machado que esse aspecto do sublicenciamento entre as redes privadas também atende ao mérito do projeto, que é levar o evento ao povo brasileiro. Não há necessariamente que haver um repasse, através de um sublicenciamento compulsório de um direito de exibição, à empresa pública de televisão, para que o público brasileiro tenha acesso ao evento. Basta, se bem entendi o mérito do projeto, que o evento seja levado ao público. E não interessa que ele seja levado...

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Basta ele ter sinal aberto.

O SR. MARCELO PINTO – Sim, sinal aberto. Então, se vai ser exibido pelo SBT, pela Record, pela Bandeirantes, tanto faz. Se não for exibido por nenhuma rede aberta, como foi o caso do PAN, das Paraolimpíadas, aí sim, entendo, concordo plenamente, que deva ser levado. Não tenho nenhuma objeção. Minha preocupação é a de adequar a realidade do mundo do Direito Esportivo ao mérito do projeto. E aí cabe a observação da Tereza quando ela diz: “Ah, Sílvio, vocês estão sofrendo abusos ou pressões”, eu lamento informar, Tereza, que infelizmente esses abusos e essas pressões são extraterritoriais. Partem de entidades hoje poderosíssimas, entidades que se sobrepõem inclusive a direitos panregionais, por exemplo, o Mercado Comum Europeu. Existe uma comunidade européia.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Mas internamente... Nós podemos ter problemas de relação interna, não é?

O SR. MARCELO PINTO – Não. Não cabe, Tereza. Desculpe-me.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Exclui a interna?

O SR. MARCELO PINTO – Eu diria o seguinte: não cabe. E aí como ninguém é perfeito na vida, eu sou advogado de formação. Vejo hoje, assisto, acompanho, presencio, compareço fisicamente a debates entre a comunidade européia e o Comitê Olímpico Internacional, e é ele que sai ganhando. Como o COI é uma entidade privada, ele pode dizer: “Eu tenho o direito de bem fazer o que eu quiser com o meu produto, até porque eu banco a produção do meu produto”. O mesmo acontece com a UEFA,

que congrega todos os países europeus no futebol, com a FIFA, e assim por diante.

Não vejo distante o dia em que esses eventos virão às televisões do mundo inteiro para alugar espaço nas nossas grades de programação para exibir os seus produtos. Não vejo distante esse dia. A força desses eventos mundiais é tão grande e tão aglutinadora em termos de audiência, que, às vezes, me parece, que eles têm um poder quase supranacional. É triste confessar isso, mas é a realidade.

Minhas preocupações dizem respeito a isso, Deputado Gilmar Machado. Percebo que V.Exa. apreendeu o espírito das preocupações tanto externadas pelo meu prezado Eduardo Zebini, quanto por mim. Faremos sim um debate muito frutífero e proveitoso ao longo dos próximos meses, porque eu entendo também que o projeto tem que ser votado. Não sou contra a votação. Repito: a minha preocupação é apenas de salvaguarda da liberdade contratual e do repasse do cumprimento das obrigações contratuais, apenas e tão-somente.

Faço sua observação, Deputado Gilmar Machado, e me refiro aqui também a V.Exas. Deputados Silvio Torres, Albano Franco e Lídice da Mata, que nos acompanhou em outra audiência pública a qual tive o prazer de comparecer, em relação também à percepção dos custos. Tereza, há muitos eventos comprados no pacote, que, por vezes, deixamos de transmitir porque temos de arcar com os custos da geração, inclusive do sinal, não só do custo do satélite. Ou seja, a gente tem que produzir efetivamente os eventos. Cito o exemplo das Olimpíadas Universitárias como evento já estruturado. Elas acontecem de uma forma regular, mas existe um problema de geração de sinal, de custo, etc. e tal.

Esse detalhe, a assunção desses custos, tem de ser discutido e deve ficar bem claro. Quer dizer, se houver o repasse e o evento tiver de ser gerado, quem for transmitir que gere o produto.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Claro, esse produto tem que ser...

O SR. MARCELO PINTO – Foi o que você disse, e eu concordo plenamente. Eu estou só lembrando aqui esse ponto.

Por fim, Deputado Silvio Torres, quero apenas dizer o seguinte: tanto no Pan-Americano quanto nas Olimpíadas, a Globo não teve direitos exclusivos de transmissão. No Pan-America-

no, várias redes de TV aberta tiveram o direito de transmissão, a saber: Record, Bandeirantes e a Globo, como mencionei. Nas Olimpíadas, tanto a Bandeirantes quanto a Record, TVs abertas, transmitiram o evento.

Eu entendo, compactuo e concordo com a sua preocupação de que muitos eventos hoje estão adstritos a redes fechadas. Traço aqui também outro depoimento para este Plenário: infelizmente, nota-se em todo o mundo um poder cada vez mais crescente das redes fechadas vis-à-vis as redes abertas, porque elas têm, na captura de públicos cativos e de alto poder aquisitivo, a capacidade de acumular recursos e comprar eventos em caráter de exclusividade e privá-los da exibição em rede pública.

Acho até que poderíamos, outro dia, debater esse tema aqui. Cito como exemplo muitas companhias telefônicas mundiais que têm uma capacidade fantástica de movimentar dinheiro mensal e anualmente; ou seja, elas têm, no chamado jargão contábil, poder de geração de caixa. Refiro-me à Telefonica Espanha, que hoje compra eventos latino-americanos sem que eles sequer sejam oferecidos no Brasil. Com essa capacidade de caixa, hoje elas têm empresas de televisão fechada – e não estou me referindo apenas ao Brasil não, mas ao mundo todo, incluindo o Brasil –, Internet, mas os direitos não chegam sequer a serem oferecidos às empresas brasileiras, porque elas compram tudo com abrangência latino-americana.

Esse talvez não seja o objetivo desse anteprojeto, mas é importante trazer o tema para conhecimento desta Comissão, que, a meu ver, tem demonstrado alto espírito público e prestado relevantes serviços ao País.

Muito obrigado a todos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, quero pedir ao Marcelo que comente a questão do flagrante, exatamente o art. 42, só para eu ter uma posição... Desculpe-me, Marcelo, mas isso é importante para mim.

O SR. MARCELO PINTO – Eu me esqueci e peço desculpas, Deputado. Entendo que deveríamos aproveitar o ensejo, apesar de eu notar aqui – não é? – um movimento paralelo. O Deputado José Rocha é Relator de um projeto que, ao que parece, também

trata de modificações na Lei Pelé. Não sei se essa questão seria debatida lá e aqui ou somente aqui, não sei o que vai acontecer primeiro. Temos, sim, um comentário a fazer.

Diria o seguinte: há necessidade de regulamentar melhor o art. 42, não com o objetivo de cercear o acesso às imagens para fins jornalísticos, com o que sou integralmente a favor. O único problema é que certos detentores de direitos, como, por exemplo, clubes de futebol, têm perdido oportunidades comerciais. Por quê? Porque têm ocorrido abusos por parte de redes privadas de televisão, e não públicas, tanto abertas quanto fechadas, que se apropriam de imagens, produzem programas com essas imagens e os exploram comercialmente. Cito, por exemplo, o caso de várias empresas de Internet do País que captam imagens de jogos de futebol e outros eventos – não só de futebol, de vôlei, etc. e tal –, com certo valor comercial, e não se limitam a exibí-los como matéria jornalística, apesar de todos sabemos que a matéria jornalística tem duração limitada no tempo, não é, Tereza? A matéria jornalística tem valor hoje, quando muito amanhã. Daqui a 2, 3, 4 dias surge um novo evento que irá merecer atenção do ponto de vista jornalístico.

Entretanto, existem portais de Internet no Brasil que captam essas imagens, armazenam tais imagens em seus computadores e as vendem com download a vários consumidores. Esses sites têm, inclusive, patrocínios. Você entra no site, onde há patrocinadores, e encontra a seguinte mensagem: “Pague tanto e baixe os gols da rodada” ou “Baixe os melhores eventos”. É um flagrante desrespeito aos detentores de direito que se vêem privados, por exemplo, de venderem um produto muito valioso na Europa, na Ásia, na América do Norte, o chamado resumo da rodada, os *highlights* da rodada, que nada interferiria no acesso jornalístico. O acesso jornalístico seria permitido.

Agora, compactos de 10 minutos da rodada, compactos de 20 minutos, ou permitir que um portal de Internet venda para qualquer um de nós, se quisermos baixar os jogos para guardá-los em nossos computadores, até para depois repassá-los, parece-me que isso merece não apenas atenção, mas talvez seja necessário pensar, se for o caso, uma modificação no art. 42, Deputado Gilmar Machado.

Trata-se da mercantilização de um acesso absolutamente legal e necessário: o acesso não só para fins jornalístico, mas também para fins educativos, o que é contemplado pelo artigo original, ainda da Lei Zico, posteriormente denominado de Lei Pelé, que um dia acabará sendo chamada de Lei Gilmar Machado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Dr. Marcelo Pinto, ouvimos com atenção a sua explanação inicial e suas considerações mostrando como se confundem hoje os interesses do público esportivo e os das empresas que transmitem eventos esportivos. Hoje, realmente, um é dependente do outro, e isso é reconhecido por toda a sociedade, pelos atletas e dirigentes esportivos.

A colaboração do Dr. Marcelo foi muito importante. Serve como contribuição não só ao trabalho do Relator, Deputado Gilmar Machado, homem muito dedicado ao esporte, mas também a toda a Comissão.

Ficam, portanto, os nossos sinceros agradecimentos pela sua colaboração, Dr. Marcelo Pinto.

Passamos agora a palavra ao Dr. Eduardo Zebini.

O SR. EDUARDO ZEBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou abordar algumas questões a partir do exposto aqui, tentando mostrar o lado de quem milita no esporte há 40 dos 50 anos de vida que tenho. Comecei como esportista e sei que o esportista mais precisa é exposição. Quando tem exposição, consegue mostrar suas marcas, consegue mostrar sua qualidade. E serão essas qualidades que o ajudarão no desenvolvimento da sua carreira esportiva. Do ponto de vista do esportista, estar nas redes de televisão é muito importante, mas há uma discussão também importante a se fazer: qual a abrangência desse esportista nas redes de televisão, se mostrarmos 5 minutos, 10 minutos, 15 minutos, 20 minutos.

Digo isso pelo seguinte: uma emissora de televisão pode exibir um evento ao vivo, ou pode preterir a sua exibição, porque está transmitindo outro evento, como a Seleção brasileira na Olimpíada, por exemplo. Entretanto, ela pode fazê-lo em tape, pode fazê-lo a seguir, pode fazê-lo com a mesma propriedade no momento que se segue, inclusive fazendo a chamada para isso.

Outro aspecto citado aqui e que também me deixa bastante preocupado é a salvaguarda e as obrigações contratuais. Disse bem o Marcelo, e aí estamos de acordo, sobre as questões técnicas operacionais. Realmente, elas não são tão simples. Por exemplo, quando ele se referiu à carta de fiança, explicou que, se houver qualquer irregularidade, a emissora detentora do direito assume um compromisso de vários milhões de dólares cada vez que isso aconteça. E vazamento de sinal num país com uma fronteira como a nossa é algo bastante complicado, é algo que temos de estudar muito bem para poder atender.

Ainda assim, em relação aos esportes e ao desenvolvimento das modalidades, é muito importante que as TVs públicas tenham nos seus departamentos de esportes pessoas ligadas ao Ministério do Esporte, acompanhando tudo o que existe sobre a possibilidade de divulgação das práticas desportivas e das competições existentes. Isso é muito importante.

Eu me coloco à disposição para ajudar naquilo que for necessário. Deixo o meu cartão e o meu telefone à disposição das nossas TVs públicas para ajudar e informar à medida que houver qualquer tipo de necessidade, de como fazer para que seja possível a transmissão desse ou daquele outro evento, desta ou daquela outra modalidade, inclusive colocando à disposição um mapa com todas as 27 modalidades olímpicas e com todas as competições em torno delas, o que é explorado comercialmente e o que não é explorado comercialmente, mas que também precisa de visibilidade. Estaremos fazendo assim, conjuntamente, TV comercial e TV pública. Estaremos cumprindo o papel da concessão, o de divulgar o máximo possível o esporte.

Por fim, em relação aos flagrantes, acho importante o seguinte: quando se fala de flagrante, fala-se também de programação jornalística. Se usarmos essas imagens nos programas jornalísticos, resolve-se o problema. Se usarmos essas imagens em produtos não jornalísticos, em produtos exclusivamente enciclopédicos, como qualquer elemento de consulta, pode dar errado. Precisariamos, por exemplo, garantir que todas as emissoras de televisão tivessem no mínimo 3 minutos de um evento e que isso fosse colocado no ar de forma jornalística. Todos nós aqui

sabemos, há legislação sobre isso, o que é uma forma jornalística. Isso já deixa a situação resolvida e bem clara.

O nosso problema está numa competição importante, como a Libertadores da América. Não podemos entrar no estádio e temos de nos contentar com 1 minuto, 1 minuto e meio, 2 minutos de imagens, ou somente os gols, que nos são cedidas quando é do interesse da emissora detentora dos direitos.

Na verdade, é essa a discussão que está por trás; não é o tempo, nem a duração, mas como o acesso é franqueado.

Espero que esta Casa aprecie o projeto o mais rapidamente possível, seja nesta Comissão, seja na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Para terminar, quero agradecer a todos a oportunidade. O que estamos fazendo nada mais é do que tentar expor cada vez mais a condição dos nossos atletas, para que eles consigam apoio comercial e, com isso, melhores resultados, que reflitam evidentemente um país com grande potencial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Meu caro Dr. Eduardo Zebini, muito obrigado pela sua presença, pelos seus esclarecimentos e por algumas observações técnicas sobre o que existe hoje nas transmissões esportivas.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Sr. Presidente, antes do Deputado Gilmar Machado, poderia fazer apenas uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – A jornalista Tereza Cruvinel me pediu a licença e a compreensão, uma vez que S.Sa. tem que pegar um avião. Se todos estiverem de acordo, S.Sa. está liberada, lamentavelmente.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Era exatamente para a Dona Tereza que gostaria de fazer uma rapidíssima pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Se for em 30 segundos, pode ser, Silvio.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Foi uma frustração o fato de a emenda de minha autoria, que trata exatamente desse assunto, ter sido aprovada na Câmara, no Senado e depois ter sido objeto de negociação para veto pelo Poder Executivo. Conversei

com o Ministro Franklin Martins. S.Exa. confirmou que esse acordo tinha sido...

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Foi público.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – ... por intermédio de V.Sa., mas as razões do veto acabaram sendo expostas de uma maneira por V.Sa., que disse que esse veto foi devido a pressões de Senadores e das tevês comerciais e, ao mesmo tempo, as razões oficiais do veto assinado pelo Presidente dizem respeito a um problema técnico, que eu quero tomar a liberdade de rapidamente ler, entre aspas: “A redação aprovada para o referido dispositivo gera incertezas quanto à definição do que seja a representação oficial do Brasil, sobre quem o representa de fato e em quais ocasiões. Tais imprecisões aportam insegurança à norma e, assim, não contribuem para a consecução da missão dos objetivos institucionais da empresa Brasil de Comunicação.”

São bem pouco precisas e menos ainda objetivas.

Quero levantar somente duas questões sobre isso. A primeira é que a redação dada já no substitutivo do Deputado Gilmar Machado elimina qualquer dúvida sobre esse veto. A segunda é se, isso feito, estaremos correndo o risco de discutir esse projeto, debatendo publicamente e, de repente, o Presidente vetá-lo outra vez.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Deputado, não há nenhuma diferença entre o que expliquei. Os argumentos que os Senadores levantavam naquela Casa diziam respeito exatamente a imprecisões. Muitos diziam que eram a favor, mas se tivesse definido quem ia pagar a conta do satélite, como seriam os acordos de sublicenciamento. Em suma, muitos Senadores – e isso foi verbalizado especialmente pelo Senador Francisco Dornelles – usaram esses argumentos. Não se trata apenas de ser contra. Os argumentos levantados foram exatamente esses, usados certamente, e depois, pela área jurídica do Governo, que deve ter providenciado a sustentação do veto com base nisso. As alegações dos Senadores foram exatamente essas, mas sabemos que as tevês comerciais naquele momento também estavam contra.

Se o partido de V.Exa. tivesse participado da votação da MP 398, do Senado Federal, poderíamos ter construído uma emenda mais

aperfeiçoada naquele momento. Mas o seu partido, por exemplo, se retirou do plenário.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Não se trata de questão partidária. Estamos apenas discutindo...

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Não, digo assim, foi uma oportunidade naquele momento... Se houvesse, por exemplo, convergência em relação à TV pública, como estamos tendo neste momento sobre uma boa fórmula para o esporte, talvez tivéssemos encontrado naquele momento uma boa saída, uma boa redação. No entanto, a TV pública foi transformada em luta política, quando, na verdade, é uma questão democrática.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Mas a minha pergunta é um pouco mais simples. Gostaria de saber se o Governo, hoje, sanado esse problema de que resultou em veto, estaria a favor do projeto.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Eu acredito que, se ele chegar bem ao Senado, não ouviremos de novo os mesmos argumentos que os Senadores levantaram. E esses argumentos jurídicos não serão novamente levantados.

Eu, por exemplo, sou a favor do projeto. E por que cheguei aqui dizendo “desde que haja definições precisas”? Para que isso não se repita no Senado, em alguma outra instância ou aqui no Plenário da Câmara mesmo. Por isso acho que importante que ele saia daqui o mais próximo possível da perfeição jurídica e técnica, para que não tropeçemos ao chegar ao Senado, ao Plenário da Câmara ou à CCJ.

Por isso eu acho que o Deputado Gilmar Machado tem a responsabilidade de produzir o melhor substitutivo possível, para que não incorramos de novo em tais situações.

Mas acho que é uma contribuição de V.Exa. e do outro autor, o Deputado Edson Duarte, que há anos militam nessa questão.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Sr. Presidente...

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Deputado, V.Exa. me permite? Quero pedir desculpas aos companheiros da Mesa...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Não passa de 30 segundos. É para colaborar. Sei que V.Sa. tem que viajar.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – É comigo mesma. Então, vamos lá.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Quero aproveitar a oportunidade e fazer apenas uma observação, porque teremos outra oportunidade.

Até anotei aqui: “Se a Internet armazena dados em seus computadores, também os jornais vêm-se utilizando dessas matérias para complementar os seus artigos”.

Era apenas essa observação, porque há muitos jornais se utilizando da Internet também.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – É verdade. Mas a Internet é uma coisa que é difícil o Congresso regulamentar. Em lugar nenhum no mundo vamos conseguir essa regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Está entendido.

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Então, quero me desculpar com os senhores da Mesa, com quem eu muito aprendi, mas tenho que pegar um avião – a trabalho. Muito obrigada. Foi ótimo estar aqui. Aprendi muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Boa viagem!

A SRA. TEREZA CRUVINEL – Obrigada, Presidente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Com a palavra o nosso Relator e autor do requerimento, Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente. Eu só quero agradecer as contribuições.

Acho que o que o Deputado Marcelo Teixeira coloca com relação ao flagrante nós vamos ter que tratar aqui. É parte do projeto, Deputado Marcelo, e nós não temos como fugir. O Sr. Eduardo Zebini colocou uma questão que acho que é o que V.Exa. tem dito: naquilo que é jornalístico, não há problema; o problema é o extrajornalístico. Então, precisamos achar uma redação em que consigamos ajustar esse problema.

Com relação à TV pública – falei com a Sra. Tereza aqui –, vamos incluir os Jogos Escolares e Universitários, que já acontecem todo ano e são promovidos pelo Ministério do Esporte, com recursos da Lei Agnelo/Piva, com verba pública. Vários atletas que disputam os jogos universitários estão disputando as olimpíadas.

Vejam bem, a TV pública pode transmitir as olimpíadas universitárias colocando em rede todas as universidades. Quase todas as universidades brasileiras têm tevê, que são ligadas à Empresa Brasil de Comunicação. Quer dizer, perdendo uma grande oportunidade. Acho que, inclusive, a audiência de hoje nos ajuda a organizar melhor essa questão de dar publicidade maior a esse processo.

Mas eu quero encerrar agradecendo as contribuições. Espero apresentar uma nova versão do substitutivo – e me comprometo a encaminhá-la a V.Exas. –, para que depois possamos ter um tempo para dialogar e, em seguida, colocarmos a proposta em votação. Quem quiser, depois, pode apresentar voto em separado. Mais uma vez, Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a possibilidade de realizarmos esta audiência, que foi importante, pois nos deu a oportunidade de aprofundarmos o debate sobre tão importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado pela sua contribuição. Parabéns pela colaboração e pela iniciativa desta audiência pública, que tanto vai contribuir para, realmente, chegarmos a um denominador comum, no interesse e na defesa da sociedade, sobre o PL nº 1.878/2003.

Ao encerrar esta reunião, quero agradecer a todos os convidados que atenderam com presteza ao convite desta Comissão e pelos esclarecimentos aqui prestados, que serão de grande importância para as nossas atividades.

Agradeço às Sras. e Srs. Deputados e aos demais presentes, que contribuíram para o êxito desta reunião.

Antes de encerrar os trabalhos, comunico às Sras. e Srs. Parlamentares que esta Comissão realizará o X CBRATUR, dia 25, terça-feira, a partir das 9 horas, no Auditório Nereu Ramos. Todos sabem que o X CBRATUR dará prioridade ao esporte.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Sr. Presidente, poderia fazer um rápido comentário sobre o CBRATUR?

Li na imprensa que V.Exa. recebeu ontem a visita do Presidente da CBF, que se havia comprometido a vir e que não virá mais. Gostaria de saber de V.Exa. se isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – É verdade. S.Sa. trouxe cópia de um ofício da Confederação Sul-Americana

de Futebol, que marcou reunião dias 25 e 26, em Assunção. Então, o Presidente veio aqui dizer da impossibilidade de seu comparecimento. Também o Dr. João Havelange, por se encontrar no exterior, não estará presente no dia 25, o que nós vamos lamentar. S.Sas. vão mandar alguém representando a CBF.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Então V.Exa. não vai ter o privilégio de receber o Presidente Ricardo Teixeira no seu mandato aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – É verdade, mas tivemos sorte. Convidamos o Presidente Ricardo Teixeira para aquela reunião importante em Aracaju, dia 1º, e foi confirmada sua presença. Esperamos que S.Sa. vá pelo menos à reunião em Aracaju.

Essa é mais uma razão para V.Exa. comparecer à reunião e debatermos o esporte com o Dr. Ricardo Teixeira.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Ou podemos transferir o Congresso Nacional para lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – É. A colaboração paulista em Aracaju será sempre bem-vinda; para valorizar o Nordeste, não é Deputada Lídice da Mata?

Está encerrada a presente reunião.

Audiência Pública sobre os jogos escolares e universitários



Carlos Sérgio Rufino, Rogério Romero, João Ghizoni, Deputado Albano Franco, James Lewis, Carlos Artur Nuzman e Luciano Athayde Costa Cabral

Debate sobre os recursos, o financiamento e a organização dos jogos escolares e universitários.

Convidados:

Rogério Romero – Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer.

Luciano Athayde Costa Cabral – Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

Carlos Sérgio Rufino – Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Educacional – CBDE.

Carlos Arthur Nuzman – Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB.

Edgar Hubner – Gerente de Eventos do COB.

João Ghizoni – Representante do Ministério do Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Turismo e Desporto, que tem por finalidade debater sobre os jogos escolares e universitários brasileiros, atendendo ao Requerimento nº 129/08, de autoria do Deputado Gilmar Machado.

Inicialmente, gostaria de agradecer a presença a todos.

Convido para compor a Mesa os senhores: Rogério Romero, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais do Esporte e Lazer; Luciano Atayde Costa Cabral, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU; Carlos Sérgio Rufino, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Educacional; Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; Armênio Bello Schmidt, Diretor de Educação para a Diversidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD; e João Ghizoni, Assessor Especial do Ministro do Esporte, que muito tem contribuído com nossa Comissão.

Informo aos Srs. Deputados que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. Aqueles que desejarem interpelar os expositores deverão registrar seu nome e só poderão abordar o assunto da exposição pelo prazo máximo de 3 minutos. Informo ainda que não haverá apartes durante a exposição dos convidados.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Deputado Gilmar Machado, autor do requerimento, para suas devidas considerações.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero agradecer a V.Exa. a oportunidade de realizarmos este ciclo de debates a fim de avaliar não só o desempenho do Brasil nos Jogos Olímpicos, mas, acima de tudo, começar a discutir algo importante: os jogos escolares e os jogos universitários.

A Lei Agnelo/Piva destina um percentual aos jogos escolares e aos jogos universitários, tanto para a parte olímpica quanto para a paraolímpica. Precisamos saber como esse processo está sendo desenvolvido. Já sabemos que melhoraram as realizações dos eventos, mas ainda temos uma caminhada para ser feita.

Entendemos que o esporte escolar não é uma atividade muito... O Comitê Olímpico entra e participa em virtude do recurso

alocado, mas não é sua função principal esse trabalho, e sim dos Ministérios do Esporte e da Educação, que têm ação nessa área. Queremos inclusive discutir como o MEC entra nesse processo do esporte escolar.

Este é um debate que queremos fazer: como está a situação dos profissionais em educação física? Temos notícias de quase todo o País... Aqui está nosso Secretário de Estado, que vai poder também nos dizer sobre isso.

Em Minas, por exemplo, temos problemas. A quantidade das aulas de educação física ministradas tem diminuído na rede pública, principalmente no ensino médio. Assim diminui também a prática de esportes na escola. Como vamos mudar isso? E essa não é uma realidade só de Minas, mas do Brasil todo.

Os Secretários de Estado e de Município reclamam que têm que cuidar das etapas iniciais, nas quais existem mais atletas e custos. Como fica isso na fase final? Como esse processo se dá? Como está nas universidades? Como está o esporte universitário com relação às competições? Como é que se faz essa integração? Para as universidades também são destinados recursos da assistência estudantil para serem utilizados. Como isso está?

Este é nosso objetivo com este seminário: debruçarmo-nos sobre o assunto.

Além disso, também acompanhamos a parte orçamentária. Votamos aqui o Timemania, que não está dando o retorno em recursos que imaginávamos, mas está rendendo; e parte desse dinheiro teria que ir para as Secretarias Estaduais. A lei é muito clara: do dinheiro que vai para o Ministério do Esporte parte tem que ser repassada para as Secretarias Estaduais. Logicamente, os Secretários Estaduais depois fariam uma política no Estado.

Quero saber como está esse processo. Não estamos aqui discutindo novos recursos; estamos discutindo se o que já temos pode ser otimizado e se realmente isso está acontecendo. Esse é o nosso objetivo hoje, porque parte dos recursos da Timemania são para estimularmos os esportes nos Estados e também nos Municípios. Por isso destinamos um percentual maior. Naquele debate, o Ministério dos Esportes foi muito gentil, ao ceder parte do que ficaria com o Ministério dos Esportes para repassar aos

Estados e Municípios. Como está esse processo? Qual será a política que ali vai ser desenvolvida? Vão construir novas quadras? Vão preparar novos atletas? Vão contratar novos profissionais de educação física? Para trabalharem de que forma? No desporto escolar ou na atividade educação física nas aulas de educação física do Estado?

O Comitê Olímpico tem hoje uma política correta e acertada na questão dos recursos que lá chegam para movimentar as confederações, as federações e as atividades de clube. Agora, a atividade do Estado tem que estar voltada para o escolar universitário.

Este é o debate que queríamos aqui realizar.

Desde já agradeço a presença de todos que aceitaram o nosso convite para que pudéssemos realizar este trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado, Deputado Gilmar Machado, pelas suas considerações e importantes observações acerca do debate que vamos ter daqui a alguns instantes.

Com a palavra o Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY – Sr. Presidente, quero corroborar o que disse o Deputado Gilmar Machado, inicialmente parabenizando a todos por esta brilhante iniciativa. Destaco que o Nuzman e todos os outros nossos amigos mais uma vez têm sido muito gentis com esta Comissão.

Ontem, em uma apresentação realizada nesta Comissão, eu dizia que realmente temos de juntar todos esses atores para encontrarmos o caminho, porque muitas vezes a grande cobrança fica lá onde há uma exposição maior, no caso, o Comitê Olímpico Brasileiro. Ontem, eu conversava com o Marcos Vinícius, que foi muito feliz quando falou acerca do que se investe aqui e do que se investe em outros países. Acho legítimo e democrático que as pessoas questionem. Esta Casa tem mesmo essa missão do questionamento, principalmente quando se diz respeito a recurso público. Mas também não é justo querermos jogar toda a conta em cima do Comitê Olímpico. Então temos que discutir. Agora há pouco, no plenário, fizemos uma pequena intervenção.

Aqui está presente o Sr. João Ghizoni, com o qual aproveito para solidarizar-me, já que o seu Estado, Santa Catarina, está

passando por uma dificuldade muito grande, e nós do esporte temos que ficar atentos para ver como podemos ajudar.

Quero dizer ao Deputado Gilmar Machado que estou vendo todos esses grandes atores, mas que também gostaria muito de ver alguém do Ministério da Educação. Tenho ouvido muito falar do PAC da Educação. Então, Sr. Presidente, acho importante trazer até aqui alguém do Ministério da Educação, para que todos entendamos que é lá que começa tudo, e que precisamos incluir no PAC da Educação o esporte como prioridade, para realmente chegarmos na ponta e nos tornarmos a tal potência olímpica que estamos buscando há muito tempo.

No mais é dizer que estou feliz. Não sei se vou poder acompanhar toda a reunião, devido a outros compromissos, mas também quero juntar-me ao esforço e agradecer, mais uma vez, a presença de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado, Deputado Deley, que falou da importância desta nossa reunião, tendo em vista, principalmente, o que o Deputado Gilmar dizia acerca dos jogos escolares, dos jogos universitários. Tudo isso é da maior importância. É claro que temos que cobrar também uma posição nítida e objetiva do Ministério da Educação.

Dando continuidade a nossa reunião, concedo a palavra ao Dr. Rogério Romero, que disporá de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO EUGÊNIO RABELO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EUGÊNIO RABELO – Quero parabenizar nosso companheiro pelo requerimento e também a todos que participaram. Até conversei com S.Exa. a respeito disto, de que terei de me ausentar para fazer um exame. Mas, como ainda tenho 20 minutos, voltei para ouvir o início das explanações. Trata-se de tema muito importante. Há tantas pessoas realmente envolvidas com o esporte!

Parabenizo meu colega do Ceará, o Carlos Sérgio Rufino, e também o Carlos Nuzman, que tem grande preocupação com o esporte olímpico. Já tivemos oportunidade de viajar juntos para

o México, quando fomos pegar a tocha olímpica. Lembro aquele evento brilhante no Maracanã. Nunca vou me esquecer na minha vida de um evento tão importante! Isso envolve o potencial do Brasil na área de esporte.

Quero também, João Ghizoni, Assessor Especial do Ministro do Esporte, referir-me à lei aprovada, à Lei de Incentivo ao Esporte. Essa é uma lei importante; é preciso que ela seja cumprida em todo o Brasil, para que se dê ênfase aos jogos estudantis. Há como arrecadar recursos para preparar os jovens no País. Nós temos condições para isso. Acho que o Brasil é muito grande. Precisamos dar mais ênfase ao esporte.

Eu, particularmente, há quase 2 anos estou nesta Casa; em duas oportunidades encaminhei emendas sobre o assunto: uma em torno de 10 milhões e outra em torno de 7 milhões e 800 mil reais. Ano passado, 88% das minhas emendas foram direcionadas ao esporte. Este ano, mais de 70%. Quem tem geralmente alguns compromissos assumidos com seu Município, com o Estado, não há como colocar 100%, mas a minha vontade, no contexto geral, era de colocar 100% para o esporte. Já conseguimos viabilizar 44 infraestruturas esportivas – eu estou até grato e feliz porque essa é a área em que atuo, de que gosto. Só o Deputado Eugênio Rabelo, com as emendas individuais que tem, conseguiu viabilizar muita coisa. Foram construções de quadras esportivas, ginásio coberto, estádio de futebol e outras obras de infraestrutura esportiva.

É uma pequena contribuição, mas se boa parte dos Parlamentares se dispuser a isso... Mas acho que não há mais tempo de colocar isso nas emendas. Deley é esportista, foi atleta e sabe da preocupação e da importância do esporte no contexto geral brasileiro. Se começamos a investir no esporte, estaremos também investindo na segurança pública, na saúde e na educação. Para mim, o esporte é tudo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Nós entendemos realmente o motivo da sua ausência.

Vamos dar continuidade aos trabalhos, agora ouvindo o nosso Secretário Rogério Romero.

O SR. ROGÉRIO ROMERO – Sr. Presidente Albano Franco, agradeço pelo convite feito ao Fórum de Secretários de Esporte, para debater sobre esse tema que já vem sendo pauta de inúmeras reuniões nossas. Desde 2004/2005 estamos discutindo essa questão, especialmente quanto a financiamento. Mas não apenas essa. Também a concepção das olimpíadas escolares e das olimpíadas universitárias.

Então, nesse contexto, isso foi enviado ao Ministério – e por que ao Ministério? Porque entendemos que o Ministério, ele, como parceiro do Comitê Olímpico Brasileiro, também deve ser parte ativa dessa articulação da concepção e também do financiamento desse importante evento esportivo. Porque, como todos nós sabemos, é dali que podem sair pleitos para a bolsa-atleta. Com recursos públicos, tudo isso é financiado pela Lei Agnelo/Piva.

Então, entendemos que a prioridade tem que ser a participação do atleta, do aluno. Sem ele, não existem os jogos. Partindo-se dessa premissa, a de que o atleta tem que estar lá, tudo mais tem que ser adicional. Sem o atleta, não existem jogos. E, hoje, com as dificuldades econômicas, de repente estamos partindo para um modelo cada vez mais seletivo, sim. A etapa nacional não pode ser aberta a todos; ela tem que ser seletiva, até por restrições orçamentárias, restrições até de acomodação da cidade-sede. Mas, ao mesmo tempo, ela tem que permitir o acesso de todos os Estados. Isso num momento em que, segundo levantamento do próprio Comitê Olímpico Brasileiro, os Estados gastam, em suas etapas municipais e regionais, cerca de 40 milhões de reais. E vemos por imposição da lei que o Comitê Olímpico Brasileiro destina para as duas etapas das olimpíadas escolares cerca de 8 milhões de reais, enquanto que para as olimpíadas universitárias, cerca de 4 milhões de reais. Então, entendemos que, sim, o Ministério e o Comitê Olímpico Brasileiro tem que ter a responsabilidade de fazer com que as equipes estejam nas cidades-sedes. Esse ônus foi colocado para os Estados, que não concordam.

Então abrimos aqui um espaço para discussão, para que essa questão fundamental da presença dos atletas seja resolvida de uma vez por todas, porque é um assunto, como já disse, que vem se arrastando há muito tempo. Desde 2005, tanto o Ministério como o

Comitê Olímpico Brasileiro sabem da posição do Fórum. Isso está até em ata do Fórum e do Conselho Nacional do Esporte. Aliás, em 2005, o Presidente Nuzman mesmo relatou que esse era um ponto importante, um ponto nevrálgico, vamos dizer assim, a questão do transporte; e disse até que isso poderia entrar em discussão no próximo triênio 2006/2007/2008, o que acabou não sendo feito.

Ou seja, nós acabamos um ciclo olímpico, e agora não queremos deixar mais. Então não temos mais desculpas, vamos dizer assim. Para o próximo ciclo olímpico, o Fórum já investe essa quantia apenas nos jogos. Nós entendemos que os jogos, as olimpíadas escolares, não se resumem ao evento em si. Pelo menos lá em Minas Gerais – e o Deputado Gilmar Machado pode confirmar isso –, nós investimos em várias frentes. Uma, com grande dificuldade, é essa questão dos profissionais de Educação Física, do professor de Educação Física, a fim de fazer uma valorização. Nós fizemos a primeira capacitação em 12, 13 anos. Teve gente chorando. Então esse é um profissional que realmente não é muito bem reconhecido dentro da escola. E também fornecemos material esportivo, mesmo com as restrições orçamentárias; então, vimos procurando investir também em equipamento esportivo.

Minas Gerais, já sabendo desse planejamento do COB, também tem no seu planejamento a disposição de financiar as equipes plenamente, conforme foi dito pelo Comitê Olímpico Brasileiro. Eu já disse isso a eles, já disse isso ao Ministério. Então não é um problema de Minas Gerais. Eu estou aqui representando o Fórum de Secretários de Esporte. Esse talvez seja um problema do Amapá, do Acre, do Amazonas, que têm muita dificuldade, e, às vezes, o pai não vai deixar o filho viajar 5 dias de ônibus para participar de uma competição. É esse o apelo que nós estamos fazendo aqui.

Voltando à solicitação ao Ministério, nós pedimos coisas que vão desde essa complexa, do transporte, até outras muito simples, como passar a coordenação dos jogos para a Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Por quê? Hoje ela está no esporte de alto rendimento. Não é em detrimento das pessoas que estão lá, não; mesmo porque o Djan Madruga, ex-nadador olímpico, também é colega, e eu não poderia falar. Ele está fazendo um grande trabalho à frente da Secretaria Nacional de Esportes de

Alto Rendimento. Mas entendemos que a olimpíada escolar começa lá na etapa municipal e que nessa etapa municipal ela é muito mais educacional do que seletiva. Por quê? Porque ela é aberta para todos.

Então realmente a mudança vem mais em cima disso. Se hoje aqui parabenizamos o Deputado Albano Franco pelo convite a um representante do Ministério da Educação, nós sentimos falta – eu disse isso lá em Poços de Caldas – de um representante da Educação. É escola, são estudantes. Eles estão sendo alijados, os processos estão hoje... Se reclamamos porque a educação física não é reconhecida, mas, ao mesmo tempo, não existe um representante da Educação aqui hoje, a dificuldade de diálogo então existe. Portanto, temos que realmente vencer essas barreiras.

Quanto às garantias, a partir de 2009.. Quer dizer, isso aqui são sugestões para início de estudos e discussões. Colocamos o Fórum junto com o COB, com as Organizações Globo, com o Ministério dos Esportes, para discutir essas sugestões aqui apresentadas. Pelo menos, garantir, a partir de 2009, do custeio pelo Comitê Olímpico Brasileiro e/ou pelo Ministério dos Esportes, 100% dos gastos com transporte interestadual das delegações, sendo asseguradas passagens aéreas com distância acima de 1 mil quilômetros. Então, não vai todo mundo de primeira classe; mas acima de 1 mil quilômetros entendemos que os atletas a merecem.

Outra garantia: a de permanência das equipes sem custo nas sedes, considerando-se a disponibilidade de transporte. Ou seja, não dá para prever quando as equipes vão perder. Então, se for passagem aérea, pode-se pagar até multas. Enfim, essa é uma questão técnica.

Permanência da representação por escola. Hoje já é feito assim. Então, achamos que esse é um modelo adequado.

Encontro com a participação de técnicos vinculados a Secretarias Estaduais de Esporte e à Secretaria Nacional de Esporte Educacional para reavaliação do regulamento das olimpíadas escolares. Parece que isso já vai haver, segundo o Edgar, num encontro em 16 de dezembro com representantes estaduais – é para que eles façam o processo desse aprimoramento necessário e sempre bem-vindo. Em Minas temos um seminário de avaliação, onde os representantes municipais e das secretarias

regionais de ensino se manifestam. Então, há sempre um aprimoramento do regulamento.

Revisão do Plano de Comunicação e Marketing das Olimpíadas Escolares, para que contemple também os interesses de Estados e das escolas, que é onde se inicia tudo.

Então, sucintamente, utilizei 9 minutos e 10 segundos. Estou à disposição para tirar qualquer dúvida. Espero que, de maneira clara, tenhamos colocado algumas demandas que partem, não de Minas Gerais, reiterando aqui, mas das Secretarias Estaduais de Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Quero agradecer ao Dr. Rogério Romero, Presidente do Fórum dos Secretários de Esportes, que, com sua habilidade e competência, sintetizou o quadro relativo a essa parte de estudantes, da parte escolar. É fundamental esse entrosamento, essa integração, inclusive quanto à aplicação dos recursos.

Obrigado pelos esclarecimentos.

Passo a palavra agora ao Sr. Luciano Athayde Costa Cabral, que dispõe de 10 minutos.

O SR. LUCIANO ATHAYDE COSTA CABRAL – Bom dia a todos.

Deputado Albano Franco, através de sua pessoa, gostaria de saudar os presentes e agradecer pelo convite não só do senhor, mas de todos os seus colegas, para que a gente possa discutir aqui o esporte universitário e o esporte escolar em nosso País.

A solicitação, como o Rogério falou, é dos Secretários; mais uma demanda com relação ao desporto escolar. Mas esta é uma boa oportunidade também para falarmos de esporte universitário. Desde a época em que fui atleta, acompanho o Deputado Gilmar Machado falando do esporte universitário, acompanho a nossa realidade e a gente sempre vive na expectativa de ter dias melhores.

Só para esclarecer perante os presentes, a CBDU, que é a Confederação Brasileira de Desporto Universitário, é uma entidade fundada em 1939. Então, vamos completar 70 anos no ano que vem com uma história muito grande no cenário esportivo nacional, não só na questão do esporte universitário, mas contribuindo com o esporte brasileiro nesses aspectos. Passamos por

momentos de glória e de dificuldades, e hoje estamos tentando reerguer o esporte universitário por diversos caminhos.

Um dos pontos que ajudou bastante foi a Lei Agnelo/Piva, que estabeleceu esse percentual de 5% para o esporte universitário. Passou-se a ter um recurso destinado ao esporte universitário. A lei não clareou bastante como seria a aplicação desse recurso nem quem seria o detentor do recurso, mas apenas que ele seria destinado ao esporte universitário. Na dúvida e na discussão da utilização desse recurso, foi feita uma parceria da CBDU com o Comitê Olímpico Brasileiro e o Ministério do Esporte para que a gente aplicasse o recurso nos jogos universitários, passando a alterar o nome de Jogos Universitário Brasileiros, JUBs, para ser Olimpíadas Universitárias JUBs, mantendo a tradição JUBs, porque, no futuro, se o acordo vier a ser desfeito, a propriedade JUBs permanece na CBDU; a olimpíada é propriedade do Comitê Olímpico Brasileiro, e cada parte fica com a posse de suas propriedades.

Naquela época, 2005, já faz 4 anos, a gente firmou acordo e executou a primeira edição das Olimpíadas Universitárias – JUBs nesse formato. Eu queria destacar que o JUBs por si já vinha com 56 edições, e a gente conta mais 4 edições das olimpíadas. A gente tinha um montante que estava de posse do Comitê Olímpico Brasileiro, que não estava sendo utilizado, justamente pela dúvida de como aplicar esses recursos. Havia um saldo depositado e tínhamos a receita, que é o que é arrecadado da Loteria – um percentual de 5%. Então ficou estabelecida com o Comitê Olímpico Brasileiro a utilização de parte desses recursos nas Olimpíadas Universitárias na fase nacional. Outra parte ficou para a parte administrativa da CBDU, para que possa administrar a CBDU, que tem sede aqui em Brasília – eu gostaria de convidar os Deputados e os colegas para nos visitar na Quadra 905 Norte –, e outro percentual foi para a CBDU, no sentido de que ela participe dos eventos do calendário Internacional. Então, nós não conseguimos arrecadar 4 milhões. A arrecadação gira em torno de 3 milhões e 600, e ela vai oscilando. Mas, com o saldo que havia, completamos 4 milhões de reais em valores. Então, são aplicados aproximadamente 60% na fase final, o que contempla todas as despesas menos transporte e deslocamento – e isso

dá em torno de 2 milhões e 200 ou 2 milhões e 400; e 10% são aplicados na parte administrativa da CBDU e 30% nos eventos. São 32 campeonatos mundiais nos anos pares, e nos anos híbridos a gente tem as Universíades, que são jogos mundiais universitários, considerados um dos maiores eventos esportivos do mundo. Hoje a Federação Internacional reúne 174 países. Então ele tem um tamanho bastante considerável. Temos participado nos últimos anos com uma delegação de aproximadamente 180 atletas. Assim, estamos gastando esses recursos nesse formato.

E essa parceria tem avançado. No primeiro momento, o Comitê Olímpico executava todo o pagamento e a aplicação do recurso. Na medida em que passaram os anos, nós fomos estabelecendo um lastro de aproximação maior e clareando mais as ações de cada um. E a CBDU tem feito o pagamento das duas principais despesas que são a hospedagem e a alimentação na etapa nacional. A etapa estadual fica realmente por conta das federações universitárias. E é interessante clarear isso porque há o sistema federativo, a federação internacional, a federação pan-americana; aliás, tem a federação sul-americana, a confederação brasileira e as 27 federações, que funcionam plenamente. É claro que a federação do Acre tem as suas dificuldades, que são diferentes das da federação do Paraná, que tem o apoio da Paraná Esportes, que está aqui presente. É claro que temos realidades diferentes, mas são realidades distintas presentes nos diversos cenários no nosso País, e não só no esporte. As 27 confederações funcionam, fazem os seus jogos e existe o sistema federativo.

Nós procuramos algumas questões levantadas pelo Gilmar Machado. Procuramos dar atenção, como professor de Educação Física que sou, em todos os eventos da CBDU. A gente exige que o técnico seja professor de Educação Física, assim como os que estão na nossa área de atuação, que apresentem a carteira do CREF, que sejam credenciados, senão eles não participam. Sentimos dificuldades pela ausência do MEC nesse contexto porque as universidades públicas, principalmente, têm bastante dificuldade de participar em qualquer esfera, inclusive a estadual. E também falo com conhecimento porque fui professor por 8 anos, na Universidade Federal de meu Estado. E nós chegamos a

passar 1 semestre sem natação porque não tem cloro para manter a piscina funcionando. Então é um problema maior que foge a nossa competência, mas é um problema que precisa ser discutido. E o MEC deve ter um papel importante nessa discussão.

Com relação à Timemania, o Deputado Gilmar Machado falou algo – e foi interessante levantar este ponto porque há um percentual para o esporte universitário e a CBDU não tem conhecimento sobre para onde esse dinheiro está indo. Eu sei que vai para as 27 Secretarias de Estado, mas eu não sei da sua aplicação. Nós não temos esse conhecimento; nunca foi discutida conosco a aplicação desses recursos. Seria interessante discutir isso. Quanto ao percentual do Comitê Paraolímpico também a gente não tem acesso; não utilizamos esse recurso, ele não passa pelo CBDU. E esse recurso não tem relação nenhuma com os recursos do Comitê Olímpico, embora 5% do montante vá para eles.

Nós temos diversas outras ações afora as Olimpíadas Universitárias, o próprio calendário da CBDU, e tudo isso necessita de mais recursos, de mais apoio e mais discussão. Quanto à lei de incentivo – e o Ghizoni está aqui presente –, a gente tem uma expectativa de que ela possa custear outras ações da CBDU.

Volto a falar dos 32 mundiais. Os senhores devem ter essa noção de a gente sair com uma delegação de futsal para jogar na Eslovênia; no mesmo mês tem handebol masculino na Itália, e eis que a gente não tem recursos suficientes. Claro, essa parte que vem desses 30% é insuficiente para manter tudo isso. Temos que priorizar, num cenário de 32 mundiais, aqueles de que a gente tem condições de participar. Você consegue eleger 5, 4, 6 competições e tem que selecionar alguém. Pois bem. Dentro desse cenário, a gente precisava estabelecer um foco. Ao falar de esporte universitário as pessoas associam ao fato de que tudo que é desporto educacional é de participação. Não vejo nesse sentido. Quando o Rogério falou que a etapa estadual é de desporto de participação, é de participação porque, somando-se as etapas estaduais com a etapa nacional, a gente consegue reunir aproximadamente 80 mil universitários só nas Olimpíadas Universitárias, sem contar os outros eventos da CBDU.

Temos um calendário bastante recheado. No próximo mês temos competição nacional de voleibol, de futsal, de karatê, de xadrez. Quer dizer, são várias competições durante o ano, e a gente consegue atingir 100 mil universitários. Mas como o recurso tem um valor fixo, a gente precisa estabelecer um foco, e o nosso foco acaba sendo o sistema federativo: fazer as competições nacionais, selecionar as seleções brasileiras e participar das competições internacionais. Não tem outro formato. Para que a gente possa avançar em um outro cenário precisaríamos fazer uma outra discussão, o que envolveria também outros participantes.

A gente tem obtido apoio muito forte por parte do Ministério do Esporte, que vem suplementando todas essas outras ações; porque os recursos da lei são insuficientes e aí a gente fica sempre na dependência e contando com o apoio do Ministério do Esporte, que, felizmente, tem atendido os nossos pleitos. A gente faz uma estimativa de despesas no começo do ano com eles, a gente mostra o que pretende durante o ano, e aí vamos gastando, fazendo planos de trabalho, projetos, mas já tendo acesso a esses recursos.

Deputado, é mais menos nesse formato que tem funcionado o esporte universitário brasileiro. Agora, é claro que a gente está falando aqui de um universo de aproximadamente 4 mil instituições de ensino superior e mais de 4 milhões de universitários no Brasil. Então, a gente faz, realmente, muito pouco dentro do que pode ser feito, e existem diversas outras ações de que a gente não participa porque não temos condições de abraçar. Então, acabamos escolhendo um nicho, que é esse federativo, e atuamos nesse sentido porque não temos competência nem condições para atuar, abraçar todo o cenário. Mas são 4 milhões de jovens em nosso País, universitários – porque a gente não considera atletas, mas universitários – que têm potencial para desenvolver o esporte e, quem sabe, aí no meio tem um ou outro que pode chegar a ser um atleta de alto rendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Obrigado, Dr. Luciano, que teve a oportunidade de abordar a questão dos jogos universitários, da participação do esporte universitário, inclusive a sua vida e a sua história nessa área. Parabéns!

Aliás, temos uma preocupação hoje com a área do ensino da Educação Física, em todos os níveis.

É importante destacar e ressaltar que quando valorizamos esse segmento, Deputado Gilmar Machado, é porque através dos jovens, tanto sejam estudantes do ensino médio como universitários, surgem os novos valores do esporte. Muitas vezes eles surgem através desses estudantes. Então, incentivando e valorizando estamos realmente ajudando o esporte no Brasil.

Agora passamos a palavra ao Dr. Carlos Sérgio Rufino.

Antes, registro com satisfação a presença do nosso Secretário de Esporte de Alagoas, Roberto Mendes, e da Sra. Andréa Rossi, que representa o Sr. Ricardo Gomide, Secretário de Esporte do Paraná.

O SR. CARLOS SÉRGIO RUFINO – Bom dia Sr. Presidente da Comissão, Deputado Albano Franco, em nome de quem saúdo toda a Mesa. Parabênzo a Comissão por esta iniciativa e agradeço pelo convite para que a gente possa discutir e debater o desporto nacional, principalmente o escolar e o universitário.

A CBDE – Confederação Brasileira do Desporto Escolar agradece por esta iniciativa e, principalmente, parabeniza a iniciativa deste Parlamento, porque desde a aprovação da Lei Agnelo/Piva o desporto escolar tem melhorado de qualidade. É claro que hoje ainda há muitas nuances, muita necessidade de adaptação. Por isso estamos aqui hoje neste plenário. Como participante do desporto escolar desde atleta, participante de desporto universitário, diretor de escola, hoje na Confederação, nesses 4 anos digo que temos tido uma grata satisfação de ver o desenvolvimento do desporto escolar.

Temos dificuldades, e dificuldades grandes, não somente com o foco que se colocou aqui, de participação nacional, dos Estados, dos Municípios, mas também grandes dificuldades de participação internacional.

A CBDE é uma entidade filiada à ISF (Federação Internacional de Esporte Escolar), que tem sua sede na Bélgica e mais de 130 países filiados. O Brasil, de 4 anos para cá, tem participado, dentro das suas possibilidades, de forma satisfatória. Estamos sempre entre os 10 países do mundo.

Na verdade, muita coisa já foi feita, como eu disse antes, mas há uma necessidade grande, porque os atores, como o Deputado Deley colocou, precisam estar inseridos em todo o processo; e é preciso que sejam rediscutidos os formatos de participação e a corresponsabilidade de todos os entes envolvidos: o Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico, o Fórum de Secretários, as escolas, a confederação, as federações filiadas à CBDE. A CBDE é uma entidade relativamente nova, com 8 anos de existência; e estamos hoje regularizados em 24 Estados do País. Então, hoje precisamos rediscutir essa condição de participação, não somente como os Estados vão fazer, mas como vão chegar às etapas nacionais; e qual a contrapartida da fase municipal ou estadual. Ou seja, quem paga a conta?

A Confederação Brasileira do Desporto Escolar, dentro das suas possibilidades... Aqui a gente agradece de público, Ghizoni, o apoio do Ministério do Esporte, que tem sido decisivo, dentro das suas possibilidades. Somos gratos por apoiar essas delegações do Brasil, da CBDE. Vejam como têm sido os sul-americanos. Fomos campeões no último campeonato, agora no Chile, com mais da metade das medalhas, em primeiro lugar, ou seja, mais do que o segundo colocado, que foi a Venezuela e, depois, a Colômbia. Então, neste ano, no dia 1º, vamos para Montevidéu, no Uruguai, participar do Sul-Americano, que contempla as idades de 12 a 14 anos – com atletas selecionados nas Olimpíadas Escolares.

Portanto, a CBDE tem sido parceira do Ministério do Esporte não somente nessas ações, mas em outras também, como nos Jogos dos Países de Língua Portuguesa, recentemente.

Precisamos discutir isso, porque, na fase de 15 a 17 anos, as nossas representações internacionais... Todos os anos temos 15 mundiais pela federação internacional, e temos a Ginasiade, que é a olimpíada mundial escolar que acontece de 4 em 4 anos. É como o ciclo olímpico. Então no próximo ano vamos ter esses jogos em Doha, no Catar; é uma olimpíada mundial.

A forma de financiamento ainda é muito dependente porque não temos recursos próprios; dependemos de ações governamentais, de decisões políticas. Volto a agradecer porque, dentro das possibilidades, temos sido atendidos pelo Ministério do Esporte,

mas lembro que os atletas não têm aquela garantia de que irão participar dos eventos internacionais. Então, como fazemos? Como o Luciano colocou aqui, todo ano vamos ao Ministério, apresentamos o calendário e as prioridades. De 15 mundiais, destacamos 3 como prioridade, e para os demais não mandamos representação.

Com relação à Ginasiade, ela acontece de 4 em 4 anos, como falei, e a gente tem participado também com delegações, embora aquém das possibilidades do nosso País, e com poucas condições, também.

Todos nós, todos os entes participantes do sistema federativo do desporto escolar sabemos da necessidade da readequação dessa participação. Temos de colaborar com esses eventos nacionais, principalmente as olimpíadas que são hoje organizadas pelo COB.

A CBDE, no período desses entendimentos que foram feitos – isso não foi na minha gestão – não participou desse formato, como é hoje o universitário. Então, hoje, todos os recursos da Confederação Brasileira de Desporto Escolar são, pura e simplesmente, advindos do Ministério do Esporte para financiar as competições. Muitas vezes, a gente até vê a solicitação dos Secretários com relação aos recursos para a fase nacional, mas...

Vejam, do que precisamos? Precisamos unificar; contar com todos os atores envolvidos. Aliás, estamos aqui para garantir a participação de cada um. E também saber de que forma cada um pode colaborar. Porque, de 12 a 14, nós não realizamos competições porque utilizamos as Olimpíadas Escolares. Não temos uma participação efetiva dentro desse contexto, mas levamos as delegações do Brasil para os Sul-Americanos. Na faixa de 15 a 17 anos, já temos as nossas seletivas, e muitas vezes com recurso público. São poucos; são 15 e só fazemos 2 ou 3, porque a condição é essa.

Poderíamos mais o quê? Dessas representações internacionais a gente poderia participar, de alguma forma, porque acredito que não tem ninguém tão grande que não precise de ajuda nem ninguém tão pequeno que não possa colaborar. Sempre uso essa expressão. Que a gente unificasse as representações, discutisse... Aqui eu falo não só do Ministério da Educação, que a gente sabe que não se faz tão presente na área... Mas acho que atender

50 milhões de jovens em idade escolar é difícil. Qualquer entidade, para ter condições suficientes para cobrir isso... A gente sabe que o Governo tem ações como o Segundo Tempo, mas temos, segundo dados do INEP, mais de 50 milhões em idade de participar de eventos escolares. Aí, meus amigos, não existe a possibilidade de um setor, um segmento só atender a tudo isso. Mesmo juntando todos, ainda teremos dificuldades.

Então, aqui nos colocamos para colaborar, ao mesmo tempo em que solicitamos a participação efetiva do Ministério do Esporte na condução desse trabalho, juntamente com esta Casa, que deu a partida para discutirmos esse formato. Vamos ver, com as políticas públicas do Ministério, de que forma isso tem que ser conduzido, para que a gente possa, cada vez mais, ter um bom aproveitamento dos recursos públicos, uma boa representação do Brasil, e dar oportunidade aos jovens do País de participar desses eventos desde a etapa dos jogos interclasse. Porque tudo começa nos Jogos Escolares, no chamado interclasse; depois faz-se a seleção da escola; depois, a seleção do Município, a fase estadual, a fase nacional, o Sul-Americano, o mundial... Se a gente analisar esse mundo de possibilidades de participação de atletas, vamos ter o maior segmento de participação. Acredito que talvez percamos da China, mas em número de participantes, acho que talvez venhamos a atender 10 milhões de pessoas em eventos desse tipo, cada um fazendo a sua parte e trabalhando em suas esferas – escolar, municipal, estadual, nacional e internacional.

Volto a parabenizar esta Casa pela iniciativa. Nós, da Confederação Brasileira do Desporto Escolar, nos colocamos à disposição desta Comissão para contribuir da melhor maneira possível para esse debate, esperando que dias melhores possam vir para o desporto escolar, base do desporto nacional, de onde podem sair nossos futuros campeões.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Agradeço ao Sr. Carlos Sérgio Rufino, Presidente da CBDE, a oportuna participação e principalmente sua disposição em colaborar, a fim de que haja maior integração e mais ação da parte do Governo e parcerias para a valorização do esporte escolar.

Dando continuidade à audiência, vou passar a palavra ao Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Dr. Carlos Arthur Nuzman, que disporá de 10 minutos.

Convido todos os componentes desta Mesa a irmos à bancada para assistirmos a um vídeo trazido pelo Dr. Nuzman.

O SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – Obrigado. Caro Presidente, Exmo. Deputado Albano Franco; Deputado Gilmar Machado, demais Parlamentares, demais representantes das áreas escolar e universitária, vamos, primeiro, apresentar este vídeo que é um resumo das atividades escolares. Ele foi apresentado no Congresso do Comitê Olímpico Internacional de Esporte para Todos, onde o Brasil talvez tenha sido reconhecido como o melhor trabalho na área estudantil em todo o mundo.

O nosso gerente da área de eventos, Edgar Hubner, compareceu àquela Conferência. Em seguida, faremos a nossa apresentação, que, acho, irá surpreender todos. Nós não estamos apenas falando; vamos comprovar o sucesso do processo.

O SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – Antes de começar a apresentação, Sr. Presidente, e se V.Exa. me permitir, quero fazer um pequeno histórico do que aconteceu para chegarmos a esse processo.

Quando da discussão da Lei Agnelo/Piva, o Relator, Deputado Gilmar Machado, apresentou a proposta de haver percentuais de recursos para o esporte escolar e universitário.

Naquela oportunidade, dissemos que os recursos que viriam não seriam suficientes para o pagamento de todas as despesas. Segundo, que o Comitê se dispunha a assumir... Rogério, com a sua permissão, vou ter de mostrar coisas que V.Sa. abordou aqui, mas que não correspondem à realidade; para não ser indelicado depois, prefiro ser antes. Teriam que ser modificados os conceitos dos antigos JEBs e JUBs, que eram seleções de Estados.

A nossa proposta é que fossem feitos em escolas e universidades, como é feito no mundo inteiro, e isso iria contra o interesse político das áreas estaduais e municipais, porque desapareceriam as seleções estaduais, escolhidas pelas secretarias estaduais. Valorizaríamos o trabalho das escolas e das universidades.

Esse foi o início do conceito. Para isso, oferecíamos não só a participação do Ministério do Esporte, como das Organizações

Globo. A participação das Organizações Globo levou a uma apresentação pública de que as afiliadas da Globo em todo o País estavam disponíveis para os acordos com as secretarias estaduais e municipais. Além disso, elas poderiam ter o patrocínio das escolas em seus uniformes, que os governos estaduais e municipais e as secretarias iriam conseguir.

Então, esse foi o conceito inicial, mudança completa do que eram os JEBs e os JUBs, e cada um teria que responder.

Vou dar minha opinião pessoal. Inclusive, já havia dito ao Deputado Gilmar Machado e disse na época ao então Ministro Agnelo Queiroz.

Durante todo o processo histórico dessas competições, o Governo Federal pagou a conta sozinho. Quando alguém paga a conta sozinho, o que se vê é as pessoas deixarem de lutar para valorizar os recursos que elas têm de gastar para terem as melhores equipes.

Não estou aqui para defender o Ministério do Esporte ou o Governo Federal. Apenas acho que um só não deve pagar a conta. Acho que deve ser distribuído, e aqueles que podem vão participar, como ocorre com o esporte de maneira geral – badminton, natação, atletismo, basquetebol.

Gostaria de deixar registrados esses conceitos iniciais. Vou pedir ao Edgar Hubner que faça a apresentação dos números de um trabalho que já foi feito. Gostaria de mostrar que para uma cidade ser sede ela precisa candidatar-se como uma cidade se candidata a ser sede dos Jogos Olímpicos. E hoje existem cidades no Brasil candidatas para 2010 e para 2011, mostrando um trabalho profissional e o interesse das prefeituras.

Então, Edgar, o microfone é seu, para fazer essa apresentação.

O SR. EDGAR HUBNER – Bom dia.

Primeiramente, saúdo o Deputado Albano Franco. Tive a honra de chefiar a delegação brasileira no campeonato mundial em Aracaju. Saúdo também o Deputado Gilmar Machado, a quem, em 2006, em Uberlândia, tive a oportunidade de apresentar esse projeto na sua fase inicial.

Sou profissional de Educação Física e faço parte do CONFEF. Sou oriundo do handebol, esporte do qual fui técnico. Passei por todos os segmentos desse esporte, incluindo a Presidência da Federação, e desde 2004 até hoje tenho a honra de dirigir esse projeto.

O lugar do esporte é na escola. É o tema que vimos abordando e temos ouvido desde ontem cada um dos Srs. Parlamentares reforçando essa importância. E é exatamente uma imagem que mostramos de um de nossos eventos com um campeão olímpico presente e sendo apresentado como um ídolo para as futuras gerações.

Dentro dessa parte das Olimpíadas Estudantis, fica muito clara a missão do COB de estimular a prática do esporte. Todo esse material será distribuído a V.Exa. Como foi feita a análise dos projetos e dos modelos anteriores, para construirmos esse novo formato de evento a partir do que havia sido estudado anteriormente; a fonte de recursos já foi debatida aqui plenamente, originada da Lei Agnelo/Piva; todos os percentuais foram estabelecidos de acordo com as leis, dentro do CPB e do COB; os percentuais do COB que competem ao desporto escolar e ao desporto universitário. Toda a descrição da lei está aqui. Voltamos a inserir todos esses percentuais, com um descritivo mais amplo e mais claro.

Embora tenhamos iniciado a captação em agosto de 2001, nós passamos a utilizá-la plenamente com esse novo formato a partir de 2005. De 2001 a 2004, valores foram aplicados na Caixa Econômica Federal, sendo corrigidos e novamente aplicados em algumas ações que iremos mostrar mais adiante, até por solicitação do próprio Ministério. Esses valores foram fiscalizados pelo TCU e pela CGU, com auditoria externa. Vale dizer que esses valores oriundos de receitas de 2001 a 2004 foram aplicados em eventos por solicitação do Ministério do Esporte, tanto em eventos nacionais quanto internacionais.

Quais eram os nossos objetivos? Fomentar a participação das entidades e instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, em todo o Brasil; estimular a prática esportiva nas escolas, ou seja, valorização do profissional de Educação Física, da escola e do esporte dentro da escola; e, principalmente, a ampliação do desenvolvimento de talentos esportivos.

Buscávamos dentro de um mesmo projeto alguns objetivos de melhoria do esporte educacional em nosso País. A longo prazo, evidentemente, elevar o nível técnico das representações esportivas nacionais.

Se somos candidatos ao Jogos Olímpicos de 2016, daqui a 8 anos, os garotos que têm 12, 14, 15 e até 17 anos neste ano de 2008 estarão na faixa de 20 a 25 anos, ou seja, em condições de representar o Brasil também nesse jogos.

Então, os atletas que hoje participam das Olimpíadas Escolares são os futuros representantes do Brasil nas próximas competições internacionais, como os Jogos Olímpicos, que pleiteamos para o Rio de Janeiro.

Quais são as premissas técnicas realizadas anualmente? Participação de alunos matriculados e efetivamente cursando, desde que sejam escolas reconhecidas pelo Ministério da Educação; os professores, como mencionado aqui pelo Luciano, tanto para o escolar quanto para o universitário, só retiram as suas credenciais de participação se forem registrados junto ao Conselho Federal de Educação Física – há uma exceção aqui em relação aos técnicos de xadrez, que, em alguns casos, são professores de Matemática, e aí é autorizada a participação –, sempre nas categorias masculina e feminina, com duas faixas etárias.

A representatividade foi agora reforçada pelo Secretário Rogério Romero, que deve permanecer individualmente, por escolas, ou seja, é consenso que a representação seja por escola, não por seleção, até pela própria apresentação do Presidente Nuzman.

O formato. Passa a haver uma seletiva municipal, intermunicipal, estadual e a fase nacional. Todas as seletivas respeitam os mesmos preceitos, as mesmas condições. É no que temos trabalhado. Passam a participar da etapa nacional as instituições que, representando as suas cidades ou as suas escolas, venceram nas etapas regionais.

Nos anos de 2005, 2006 e 2007, no Brasil, quase 5 milhões de alunos foram atingidos pelo projeto dentro das escolas, nas faixas etárias de 12 a 14 anos, de 15 a 17 anos e universitários.

No ano de 2008, na faixa etária dos 12 a 14 anos, segundo dados fornecidos pelas secretarias estaduais, que são parceiras nos

eventos – falou-se ontem em interiorização, Deputado, e hoje podemos mostrar aqui –, 33% dos municípios brasileiros realizaram alguma etapa da fase municipal, intermunicipal ou regional das olimpíadas escolares. Dos 5.564 municípios brasileiros, tivemos 1.869 municípios com alguma das fases sendo realizada.

Outro dado surpreendente para essa faixa etária de 12 a 14 anos é que das 18.650 escolas envolvidas no ano de 2008, aproximadamente 14 mil eram escolas públicas.

Falou-se da infraestrutura, falou-se da necessidade de regulamentação da prática de educação física nas escolas, e isso vem-se reforçando, haja vista os números. Participaram 4.800 escolas privadas e quase 14 mil escolas públicas. Se somarmos esses números, relativos apenas à categoria de 12 a 14 anos, atingimos quase 1 milhão de alunos nessa faixa etária, em 2008.

Aqui nós temos os números desde 2005, com a representação dos Estados, e o número de instituições. Isso para a fase final. Realizamos em Brasília e Poços de Caldas na categoria 12 a 14. Porque Poços de Caldas? Por uma vontade política.

Aqui queria destacar que Poços de Caldas acaba de receber prêmio do Comitê Olímpico Internacional em reconhecimento pelo trabalho que a cidade faz pelo desenvolvimento do esporte escolar no Brasil. Vai ser entregue o Prêmio Brasil Olímpico no dia 16 de dezembro, no Rio de Janeiro. O Prefeito foi comunicado ontem. Poços de Caldas foi eleita. É um prêmio anual que o Comitê Olímpico Internacional dedica a instituições, pessoas ou cidades que efetivamente contribuíram para o desenvolvimento do esporte no mundo. Poços de Caldas é a primeira cidade brasileira a ter esse reconhecimento.

Então, vimos o crescimento e vimos o número de alunos participantes na fase nacional final. Aqui temos também a fase de 15 a 17 anos. Há duas semanas concluímos essa fase na cidade de João Pessoa. Temos também um crescimento no número de escolas participantes nessa fase. Temos o número de Estados que participaram de todo o movimento nessa fase final.

Realizamos a fase universitária também em Recife, Brasília, Blumenau e Maceió. Temos procurado fazer com que todo o Brasil receba o evento, através de candidaturas. Trouxe aqui todo

o material, cadernos e encartes, para mostrar como a cidade se candidata e como ela pode concorrer a sede do evento.

Aqui é uma demonstração de como se iniciou a parceria das olimpíadas estudantis. Um convênio entre o Comitê Olímpico Brasileiro e o Ministério do Esporte. Ao estabelecer-se esse convênio, foram fixadas todas as responsabilidades de cada um dos parceiros, desde acompanhar, supervisionar, promover, divulgar e valorizar as olimpíadas.

Responsabilidades do COB. No tocante à fase nacional final, 100% das despesas referentes a equipamento, hospedagem e alimentação das delegações nas cidades sede, arbitragem, pagamento de arbitragem, seguro de todo o evento, toda a parte de assessoria de imprensa e credenciamento, merchandising e toda a parte de premiação são as nossas responsabilidades.

As responsabilidades do Ministério do Esporte estabelecida no convênio são apoiar a realização do evento; fazer contato com outros entes públicos e privados responsáveis por várias áreas, uma vez que hoje nós temos não só o esporte envolvido nesse processo, mas todo o segmento de saúde, cultura, meio ambiente e turismo; e estimular principalmente a participação do maior número de estudantes e de instituições do Brasil.

Dentro desse projeto, estabeleceu-se convênio com o Ministério e o COB; progressivamente, entre os governos estaduais e com os comitês organizadores das fases municipais e estaduais.

As responsabilidades das Organizações Globo eram exatamente promoção e divulgação de todas as fases das olimpíadas em todo o território nacional. É um dado importante: é o maior convênio estabelecido para o esporte brasileiro. O evento tem 2 ciclos olímpicos e há possibilidade de renovação por mais 2 ciclos. Estamos falando de um projeto até 2020 assinado entre os parceiros.

Aqui é o modelo de como estabelecemos, no final, esses convênios. Ministério, COB e Organizações Globo. As Organizações Globo dialogando com as afiliadas da TV Globo em vários Estados; essas afiliadas com os comitês organizadores locais; e os governos estaduais dentro do processo. Então, ficamos com esse formato final.

Para universitários o modelo também é o mesmo, acrescido da CBDU, que passa a ser o parceiro integrante do convênio maior.

Responsabilidades da CBDU. Ela também faz toda a parte técnica das olimpíadas universitárias.

Queria fazer um destaque. Ontem estivemos com 4 presidentes das maiores confederações brasileiras. São elas que fazem todo o controle e toda a coordenação técnica das olimpíadas escolares, levando os principais técnicos brasileiros de formação, os técnicos de base, para dentro das olimpíadas escolares, para fazerem o levantamento dos atletas que futuramente poderão representar o País em seleções nacionais.

Quando, a partir de 2005, estabelecemos o formato desse novo projeto, houve necessidade de avaliar o equilíbrio entre receitas e despesas. Foi quando iniciamos o processo de avaliação da necessidade de uma nova estruturação. A partir dessa avaliação, estabeleceu-se um novo modelo de transporte interestadual. Procurou-se estabelecer um caderno de encargos e responsabilidades para as cidades que quisessem e tivessem condição de sediar as olimpíadas escolares.

E aqui, Deputado, chamo atenção para o fato de que temos tido dificuldade em encontrar cidades exatamente em razão da infraestrutura. Temos problemas fundamentalmente com piscinas e pistas de atletismo no Brasil. Além de problemas com a infraestrutura esportiva – Capitais do Brasil não dispõem desse equipamento –, também temos o problema da rede hoteleira. Apesar disso, como o Presidente Nuzman citou, para 2010 temos mais de 6 Estados pleiteando sediar o evento, tanto na faixa de 12 a 14 anos, como na faixa de 15 a 17 anos e no nível universitário.

Os recursos provenientes da Lei Agnelo/Piva cobrem os demais custos envolvidos.

Foi discutida a questão do transporte interestadual. Em 23 de agosto de 2005, numa reunião com os gestores estaduais, foi apresentado um novo formato que nos permitisse dar equilíbrio econômico e viabilidade de sustentação ao projeto. Nesse modelo passamos, em 2005, a ter uma delegação estadual com 123 componentes. Assumimos 100% do transporte interestadual com verba da Lei Agnelo/Piva. Progressivamente, fomos aumentando as

delegações ou completando o número mínimo de atletas para a disputa e reduzindo o subsídio ao transporte interestadual. Esse foi o acordo estabelecido em agosto de 2005, no início do projeto.

Para que essa viabilidade fosse efetivada, as cidades sede passaram a assumir algumas responsabilidades, desde transporte interno até atendimento médico. Esse valor hoje está em torno de 500 a 600 mil reais. É o valor da aplicação, em termos de custo, que uma cidade sede hoje tem que fazer para receber o evento. Evidentemente, é preciso haver uma solicitação oficial do Prefeito ou do Governador e depois alguns requisitos mínimos estabelecidos no caderno de encargos – os senhores receberão cópia.

Queria citar o exemplo de Blumenau. Conforme dados cedidos pelo Convention & Visitors Bureau de Blumenau, que realizou as Olimpíadas Universitárias 2006, ocupamos 4.200 leitos da rede hoteleira, com 95% de ocupação; 17.400 diárias foram geradas, resultando em 1 milhão, 470 mil reais de faturamento; mais 450 mil reais de faturamento gerados em alimentação; foram estimados 300 mil reais de faturamento do comércio, num total de 4,5 milhões de negócios gerados em função da realização do evento na cidade.

Aqui vem a parte de aplicação. Desde 2001, tínhamos uma arrecadação. A partir de 2004 a relação entre o valor arrecadado e o valor gasto era de ordem negativa. Passamos por uma mudança no processo para podermos nos equilibrar.

E aqui vem o quadro demonstrativo do valor arrecadado entre 2001 e 2008 com as variações, que se tornam negativas, até chegamos em 2008. Temos hoje um saldo bancário de 2 milhões, 322 mil reais, já incluídas as correções de todas as aplicações no decorrer do período. Ainda não conseguimos equilibrar totalmente a despesa e os gastos efetuados para efeito de esporte escolar.

Para as Olimpíadas Universitárias foi o mesmo processo. Fomos utilizando essa mesma medida, com uma diferença: nas Olimpíadas Universitárias, o transporte interestadual sempre ficou por conta das delegações, desde que os jogos existem. Hoje temos um saldo de 8 milhões e 400 mil reais. Trata-se de uma reserva técnica. Temos que considerar, quando estamos fazendo a programação do evento, que teremos 27 Estados com delegação completa

participando. Para que não fiquemos a descoberto na questão financeira, temos que ter sempre uma previsão orçamentária no sentido de que todos estarão 100% presentes no evento.

Além de todas as modalidades nas quais temos possibilidade de participar, passamos a desenvolver todo um projeto alinhado com o Comitê Olímpico Internacional na área de meio ambiente e prevenção de AIDS, com cartilhas educacionais – os senhores também receberão –, educação antidoping e olimpismo. Ou seja, além da competição, desenvolveu-se um programa alternativo, alinhado ao novo conceito do COI em respeito a juventude, educação, cultura, meio ambiente e todos os demais valores olímpicos.

Passamos a fazer campanha de doação de livros, teatro, exposição de fotos, apresentação de vídeos para as crianças que estão no evento e para as cidades sede do evento também. Toda a parte de cerimônias, passeios turísticos, festas, confraternização, xadrez gigante, ou seja, criamos um ambiente nos moldes dos próximos Jogos Olímpicos da Juventude, em 2010, em Cingapura.

Temos levado técnicos de seleções brasileiras de todas as modalidades para formarem as clínicas esportivas. Estou falando na formação e capacitação dos profissionais de todo o Brasil. Temos levado ídolos e embaixadores. Agora, em João Pessoa, tivemos 14 atletas olímpicos presentes. Eles participaram do evento junto com os garotos.

Um outro dado importante de responsabilidade social e legado: mobilizamos e capacitamos mais de 1.600 voluntários em todo o Brasil. Foi feito um trabalho junto às universidades em cada cidade. Cada vez que vamos a uma cidade realizar um evento precisamos de no mínimo 200 voluntários. Lá nós fazemos a seleção e a capacitação das pessoas, que poderão atuar em qualquer evento. É o legado que deixamos para as cidades sede.

Há também cursos e palestras para todas as crianças das escolas públicas e privadas que recebem o evento, com a presença de atletas olímpicos.

Em Poços de Caldas, tivemos a construção de uma nova pista e a reforma de uma piscina para a cidade poder receber o evento. Dessa forma, conseguimos capacitar e aparelhar as cidades que estão disputando para tornarem-se sede do evento.

Queria dar um exemplo de repercussão nacional e internacional. Desde 2007, o Comitê Olímpico Brasileiro premia os melhores universitários e os melhores escolares com o Prêmio Brasil Olímpico. No ano passado, em Poços de Caldas, contamos com a presença de 9 países da Europa, América e África, que mandaram representantes para observarem esse modelo. Destaco: não existe no mundo nenhum modelo igual ao brasileiro, em que existe um Comitê Olímpico Brasileiro, uma Confederação Brasileira de Desporto Universitário, um Ministério do Esporte e uma tevê como a TV Globo.

Acabo de apresentar esse projeto em um congresso na Malásia. Ele foi definido como modelo para outros países. Não existe modelo igual ao brasileiro, que tem uma lei específica para isso e com parceiros envolvidos.

Como citei, a cidade de Poços de Caldas receberá uma premiação, em dezembro, em função do Esporte e Juventude.

Em resumo, não se trata somente de mais uma competição esportiva entre escolas, mas de um projeto alinhado com os mais atuais conceitos do Comitê Olímpico Internacional que desempenha papel importante no desenvolvimento do ambiente esportivo nacional – não existe melhor local para que as informações sejam disseminadas do que o ambiente escolar – e promove a inclusão e a transformação social do esporte em todo o País.

Agradeço o tempo que me foi concedido.

Passo a palavra ao Presidente Nuzman, para o encerramento da apresentação.

O SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – Acho que não tenho muito mais a dizer sobre o que já foi apresentado. Os números do relatório e o reconhecimento mundial do trabalho realizado falam por si só. Hoje o Comitê Olímpico Internacional tem preocupação com toda essa área de competições.

Portanto, da nossa parte, agradecemos a oportunidade.

Claro que podemos aprofundar ainda mais o assunto e para isso temos todo esse material que será disponibilizado a todos os Deputados membros da Comissão e aos demais participantes.

Deputado, enquanto V.Exa. toma seu assento, quero deixar registrado nossos agradecimentos ao Ministério do Esporte e às Organizações Globo pela integração neste trabalho que está sendo feito em todo o País. Gostaria também de agradecer ao Deputado Gilmar Machado pela enorme sensibilidade. No dia em que conversei comigo e procurei idealizar algo para o esporte estudantil no Brasil, não sei se algum de nós poderia imaginar que em tão pouco tempo chegaríamos onde chegamos. Mas se uma fada madrinha tinha uma varinha, essa fada madrinha foi o Deputado Gilmar Machado, que pôde abrir essa oportunidade a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito bem, Presidente Nuzman. V.Sa. faz justiça ao trabalho, à dedicação e ao espírito público do Deputado Gilmar Machado nessa área que S.Exa. tão bem representa, não apenas nesta Comissão, mas no Congresso Nacional.

Claro que tivemos de dar um tempo maior para que fosse demonstrado aqui tudo o que está relacionado aos Jogos Escolares e aos Jogos Universitários, inclusive todas as parcerias existentes, como a da Rede Globo.

Dando continuidade aos trabalhos, passamos a palavra ao Sr. João Ghizoni, representante do Ministério do Esporte que dispõe de até 10 minutos.

O SR. JOÃO GHIZONI – Gostaria de saudar o Deputado, Senador e Governador Albano Franco, os demais Deputados presentes e sobretudo o Deputado Gilmar Machado pela iniciativa.

Mais uma vez, o Poder Legislativo está de parabéns. Ontem fez um balanço da participação do Brasil nas Olimpíadas e hoje discute a realização dos Jogos Escolares, numa demonstração da importância que o tema vem tomando na Casa, pois vem crescendo cada vez mais.

Quero também saudar o Presidente Nuzman e toda a equipe do COB presente; o Luciano Cabral, o Rogério Romero e o Sérgio Rufino. Saúdo todos os presentes.

Em primeiro lugar, quero fazer aqui algumas afirmações, algumas premissas e, depois, alguns questionamentos, com o objetivo de aperfeiçoar o processo apresentado.

Antes, Deputado, quero passar a suas mãos cópia do ofício que está sendo encaminhado pelo Ministério respondendo ao questionamento feito pelo Deputado Gilmar Machado, em audiência que tivemos anteriormente, sobre o repasse dos recursos da Timemania. Até o mês de setembro foram repassados aos Estados 2 milhões, 203 mil, sendo 54 mil para cada um deles, uma vez que o repasse é igualitário. E temos aqui também o que foi repassado aos comitês.

Quem sabe depois V.Exa. possa distribuir cópia aos demais Deputados.

Gostaria de dizer que esse processo novo das Olimpíadas Escolares é diferenciado. Até 2004 eram organizados os Jogos Escolares, e não havia garantia de realização. Num ano, quando havia recursos, eram organizados; no outro, quando não era possível viabilizá-los financeiramente, acabavam não sendo organizados. Evidentemente, essa situação causava grande instabilidade do ponto de vista dos Estados para organizar seus calendários, porque eles são organizados a partir de um calendário nacional, que deve ser estruturado.

É claro que entra em questão a disponibilidade orçamentária para realização desses eventos. Com o advento da Lei Agnelo/Piva, passamos a ter recurso disponível, destinado à realização das competições escolares. A partir de 2005 foi formalizado esse termo de parceria entre o Ministério, o COB e a CBDU, no caso do esporte universitário, para viabilizar a organização desses eventos.

É bom que se diga que esses recursos são públicos, arrecadados de loterias, repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro, por força da lei, e destinados à organização desses eventos nas etapas nacionais.

O sucesso da competição, até o presente momento, deve-se sobretudo a sua estabilidade. Quando se estabiliza, crescem as competições estaduais; à medida que elas crescem, aumenta-se a demanda de recursos das secretarias estaduais também para organizar as etapas anteriores, o que vem, evidentemente, com a redução do pagamento das despesas de transportes, e no ano de 2008 passou a ser 100% dos Estados participantes.

Neste ano, instalou-se uma polêmica em relação ao transporte da etapa estadual para a etapa nacional. Esse foi um problema

básico. Chegamos a um impasse: no final, 14 Estados não haviam aderido à participação da etapa nacional, mesmo tendo realizado na sua totalidade as etapas estaduais. O Ministério acabou intervindo, envolvendo-se no processo e, no acordo feito, foi reaberto o prazo para as inscrições, para garantir a viabilidade de participação também desses Estados, sob pena de comprometer inclusive esse projeto que vem sendo realizado, como foi muito bem demonstrado pelo Comitê Olímpico Brasileiro.

Qual o entendimento do Ministério? Em primeiro lugar, o órgão está à disposição para fazer uma avaliação aprofundada desse modelo que aí está de modo a que atenda a demanda dos Estados e também a necessidade de participação de cada um deles. Então, precisamos repactuar esse modelo de competição da forma como está. O Ministério entende, ainda, que a participação dos Estados nesse processo é fundamental para garantir o sucesso do evento.

Se o Estado, por intermédio da Secretaria de Esportes, com a participação da Secretaria de Educação, não contar com uma participação efetiva na organização das etapas anteriores, como serão selecionadas as escolas que participarão da etapa nacional? Acho que a inclusão do Estado como elemento importante nesse processo também é uma necessidade objetiva.

A ausência de um representante do Ministério da Educação neste evento é ruim, porque precisamos contar com o envolvimento desse órgão.

Quando estive na Secretaria de Esporte Educacional tratei algumas vezes da participação do Ministério da Educação nesse processo. E eles têm certa resistência. Está aqui o André Coutinho, que era meu Diretor de Esporte Universitário e que acompanhou esse processo. Eles têm certa resistência porque, no entendimento deles, o esporte educacional não pode ser organizado pelo Comitê Olímpico Brasileiro. Eles acham que o COB visa rendimento e na concepção desses setores do Ministério o esporte escolar, educacional, não pode ter o caráter de rendimento.

Essa questão precisa ser debatida e aprofundada. Esses detalhes precisam ser acertados para que possamos envolver também nesse processo o Ministério da Educação, que, do meu ponto de

vista, é fundamental para garantir que o crescimento da competição de fato chegue à maioria das escolas.

Foi dito aqui que temos um quadro ainda bastante precário de infraestrutura nas escolas do País – cerca de 80 mil não dispõem de quadra para realizar qualquer tipo de atividade esportiva –, talvez aí resida um dos maiores problemas para o desenvolvimento do esporte. Como a escola vai se organizar, montar sua equipe, desenvolver a atividade esportiva se nela não existe sequer uma quadra?

Esses são alguns problemas que enfrentamos e, evidentemente, precisamos debatê-los. Acho que a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, cumpre papel decisivo nesse processo de chamar à responsabilidade todos os setores para que tenhamos de fato uma solução objetiva.

Fica aqui registrada a posição do Ministério do Esporte. Estamos à disposição para fazer um balanço, envolvendo todos os atores envolvidos no processo, da competição até aqui, porque já passamos o primeiro ciclo olímpico de 4 anos. Então, temos a possibilidade de repactuar, aperfeiçoando, levando em consideração as demandas dos secretários de esporte de todo o Brasil, para que possamos encontrar uma solução que de fato fortaleça cada vez mais a competição.

Foi dito aqui pelo representante da CBDU que hoje acontecem cerca de 20 mundiais anualmente. A CBDE diz acontecer cerca de 15 competições. De onde saem os recursos para participação do Brasil nessas competições?

Claro que se o Ministério do Esporte disponibilizasse de um orçamento bem maior, que desse para atender a demanda para participação do nosso País em todas as competições, nós teríamos disposição para apoiar. Mas os recursos são escassos. Vocês conhecem bem a nossa luta todos os anos para tentar ampliar também o recurso orçamentário do Ministério do Esporte para viabilizar as ações permanentes e não apenas a realização de eventos esportivos.

Acho que tem de ficar claro que o papel do Ministério do Esporte é desenvolver uma política permanente de esportes no País e não apenas investir recursos na realização de eventos esportivos.

O nosso esforço é no sentido de viabilizar o crescimento orçamentário para garantir ações permanentes e apoio para realização desses eventos e sobretudo para ampliar a infraestrutura esportiva do País, que é um elemento fundamental. Sem local adequado, sem quadra esportiva, sem piscina, sem pista, como os alunos, nossos atletas, vão poder fazer seu treinamento?

São essas as questões que tinha a apresentar.

Estive em João Pessoa e fiz uma apresentação sobre a Lei de Incentivo ao Esporte para os chefes das delegações que estavam participando daquela competição. Essa é mais uma alternativa que se apresenta para que haja viabilidade de arcar com o custo desse transporte.

O Ministério está aberto para fazer esse debate e para encontrar uma solução que de fato torne permanente a realização dessas competições fundamentais, como foi dito, visto que elas selecionam os alunos que passam a ter direito à bolsa-atleta. Os alunos que participam da etapa nacional são selecionados para receber a bolsa-atleta. E a competição, sobretudo de 12 a 14 anos, seleciona a Delegação Brasileira que participa dos Jogos Sul-Americanos.

Trata-se de competição fundamental, que cresceu. As apresentações aqui feitas pelo Dr. Nuzman e pelo Edgar demonstram claramente o crescimento e a consolidação dessa competição. De fato, ela precisa ser aperfeiçoada, a fim de que possamos levar oportunidades para a nossa juventude e trazer cada vez mais a nossa juventude para participar das atividades esportivas.

Todos nós sabemos das dificuldades do Brasil, pelas suas dimensões. É evidente que para o Estado do Acre ou para o Estado de Roraima participar de uma competição nacional, que vai depender de transporte – acabamos falando dos mais distantes, que são os que têm mais dificuldades financeiras –, o custo é muito mais elevado. O Estado do Acre, para participar de qualquer etapa nacional, tem custo de 500 a 600 mil reais só em transporte. Portanto, precisamos encontrar uma solução equânime que garanta a possibilidade e a representatividade de todos os Estados nas competições.

Era o que eu queria dizer. Coloco o Ministério do Esporte à disposição. As demandas apresentadas pelo Rogério Romero e pelos demais serão analisadas. Já estamos estudando isso. Evidentemente, na medida do possível, vamos buscar atendê-las na sua maioria ou na sua totalidade.

Sr. Presidente, Deputado Albano Franco, mais uma vez gostaria de agradecer a V.Exa. e aos Srs. Deputados a oportunidade de estar aqui. Considero fundamental este debate, para que possamos fazer com que o esporte no País cresça cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado, Dr. João Ghizoni, Assessor Especial do Ministro do Esporte, sempre presente quando convidado a participar de nossas reuniões e audiências públicas. O Ministério do Esporte, através do Ministro e da sua equipe, tem sido um parceiro desta Comissão e do Congresso Nacional, esclarecendo e atendendo nossos pleitos no que é possível.

Aproveitamos a oportunidade para lamentar a ausência – havia sido confirmada a presença – do representante do Ministério da Educação. Todos aqui comentaram a questão do Ministério da Educação na área escolar, tanto no nível universitário quanto nos outros níveis educacionais.

Quando fui Presidente da Confederação Nacional da Indústria, tivemos a oportunidade de criar – hoje é um sucesso – a Olimpíada do Trabalhador, do Serviço Social da Indústria.

Quando Governador, tivemos a oportunidade de construir 22 ginásios de esporte no Estado. Isso é muito importante para a infraestrutura. Não se pode oferecer educação escolar sem a infraestrutura necessária. Por isso é importante a parceria do Ministério da Educação.

O SR. ROGÉRIO ROMERO – Sr. Presidente, peço um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Com muito prazer. Minas se entende.

O SR. ROGÉRIO ROMERO – Quero fazer justiça ao trabalho do COB. Ninguém aqui está discutindo a excelência do serviço que o COB faz. Isso é indiscutível.

Ontem, o Presidente Nuzman comentou: “Ninguém me pergunta como fizemos na CBV para organizar uma entidade esportiva”.

Na verdade, eu sempre cito a CBV como um *benchmarking* de organização de entidade esportiva. Estamos trabalhando isso nas federações mineiras esportivas, sempre procurando uma melhor articulação com essas entidades.

É notório o que foi feito na CBV. E o senhor está fazendo também dentro do COB, e, para dizer a verdade, eu sinto inveja do corpo técnico de que o COB se cerca. Quem dera eu tivesse um corpo técnico desses na Secretaria de Esportes da Juventude de Minas Gerais. Infelizmente, não temos, mas podemos nos espelhar em vocês.

Cabe aqui citar mais alguns fatos. Primeiro, não entendi qual foi a discordância da minha primeira fala com o que foi apresentado. Segundo, como o Edgar disse, em 2005, foi apresentado, não foi acordado. Foi apresentado o novo modelo aos Estados. Foram feitos alguns ajustes, até por conta de alguns pleitos dos Estados, tais como a questão do número de equipes. Isso ocorreu, exatamente. Terceiro, o recurso é fiscalizado pelo TCU, pelo Ministério Público e pela Controladoria-Geral da União, mas, até onde eu saiba, não há participação efetiva do Ministério do Esporte na concepção. Reafirmo que não há, assim como não há do Fórum.

Nosso pleito é no sentido de que participemos do novo ciclo que se vai iniciar, de quais serão as prioridades de acordo com o recurso disponível e quais serão as disponibilidades.

Outra questão ainda não citada é a dos patrocinadores. Na hora em que se assina o termo de adesão, Deputado Valadares, impossibilita-se qualquer outro tipo de patrocinador estadual conflitante com o patrocinador nacional.

A partir do momento em que se assina o termo de adesão – corrijam-me, por favor, se estiver incorreto –, impossibilita-se qualquer outro patrocinador conflitante com o patrocinador nacional. Correto? Não?

O Leonardo pode responder.

O SR. LEONARDO – É um pouquinho mais complicado do que isso. Por exemplo, o patrocínio das escolas pode ser conflitante com os patrocinadores da competição. Não tem nenhum

problema. O que não permitimos são casuísmos. Por exemplo, vamos supor que a Caixa Econômica Federal – esperamos – seja nossa parceira no próximo ciclo e um banco queira patrocinar uma escola somente na etapa nacional. Isso nós não aceitamos. Se está patrocinando a escola desde a etapa municipal, portanto é uma associação legítima, um interesse legítimo do desenvolvimento do esporte escolar, não tem nenhum problema. No entanto, se nós identificamos apenas um oportunismo para provocar, no nível de marketing, o patrocinador nacional, isso não é permitido.

Nas etapas das finais estaduais, sim, não pode haver conflito com os patrocinadores. Enfim, depende de cada etapa, há uma estrutura de patrocínio bastante complexa, o que está explicado no regulamento da competição.

O SR. ROGÉRIO ROMERO – Exatamente por isso gostaríamos de participar...

O SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – Era isso que eu queria perguntar. Eu entendi a colocação do Rogério. Sei que as Organizações Globo estabelecem alguns limites. É possível rever ou rediscutir isso?

O SR. LEONARDO – Dá. No caso do estadual, já foi revisto neste ano. Já pode utilizar desde que não use associação com a nossa marca. Só pode usar a nossa marca...

O SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – É o caso da Olimpíada.

O SR. LEONARDO – Exatamente.

O SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – É bom explicar. No caso dos patrocinadores do Comitê Olímpico Internacional, se nós organizarmos a Olimpíada, podemos ter o nosso patrocinador, mas não podemos associar a logomarca do Comitê Olímpico Internacional. Existe uma separação.

O SR. LEONARDO – As etapas estaduais podem ter patrocínio conflitante com o nacional, desde que não se conceda a esses patrocinadores o direito de uso da marca da Olimpíada.

Há uma série de questões que foram aprimoradas ao longo do processo. O que você disse era verdade quando foi implementado o programa inicial. Mas, ao longo do processo, à medida que

verificamos as reais necessidades, introduzimos aperfeiçoamentos na regulamentação.

O SR. EDGAR HUBNER – Quero fazer uma complementação, se o Rogério me permitir.

O SR. ROGÉRIO ROMERO – Pois não.

O SR. EDGAR HUBNER – Vou citar o exemplo específico do caso de Sergipe. O BANESE é o patrocinador dos Jogos Escolares do Sergipe. Ele pode ser patrocinador, já consta no regulamento essa mudança ocorreu o ano passado –, desde que não associe a marca BANESE ao nome Olimpíadas Escolares. Continua a ser seletiva para a etapa nacional, com o nome de Jogos Escolares de Sergipe, patrocinado pelo BANESE, conflitante com a Caixa Econômica.

O SR. ROGÉRIO ROMERO – Perfeitamente. Nesse sentido, fica a pergunta: com que os patrocinadores colaboram? Talvez deva haver um ajuste com as Organizações Globo. Efetivamente, pelo que vocês nos apresentaram, recursos não entram. Então, fica esse registro.

Por último, em sua apresentação, o Edgar disse que as Olimpíadas Escolares movimentam cerca de 4 milhões e 600 mil alunos. Nas etapas nacionais, são 6 mil.

O SR. EDGAR HUBNER – São 4 milhões no período de 2005 a 2007. Em 2008, de 12 a 14, 953 mil alunos, quase 1 milhão.

O SR. ROGÉRIO ROMERO – Então, são cerca de 6 mil atletas.

O SR. EDGAR HUBNER – Na fase nacional, 6 mil.

O SR. ROGÉRIO ROMERO – Na fase nacional, que é responsabilidade do Comitê Olímpico Brasileiro. Os outros 994 mil são de responsabilidade dos Estados, ou seja, noventa e tantos por cento são de responsabilidade das Secretarias Estaduais.

São fatos. Vocês colocam os limites das equipes, e isso tem que ser feito. Na fase estadual, também temos limites, até por restrições, como foi dito aqui, dificuldade de sedes em termos de equipamento esportivo para comportar competição como essa. Mas acontece que, no início, ela é aberta.

Da mesma forma que vocês prevêm a participação dos 26 Estados mais o Distrito Federal, temos de prever, no Estado de

Minas Gerais, a participação dos 853 Municípios. Vejam a dificuldade de planejamento.

Se os 853 Municípios quiserem participar, para nós isso é prioridade. Vamos dar algum jeito de incluí-los no orçamento, para que eles participem. Eles têm de participar.

Este é o pequeno aparte que faço, exatamente para demonstrar a dificuldade dos Estados. Um evento com a participação dos embaixadores do esporte é uma iniciativa fantástica, é o máximo para os atletas, eles têm oportunidade de ficar pertinho dos seus ídolos. A experiência das Olimpíadas Escolares é um crédito exclusivo do COB, vocês criaram realmente uma aura. A pessoa que vai lá volta animada, mas numa realidade muito distante da Olimpíada Escolar. Alerto novamente que o alojamento e a alimentação não condizem com a realidade do esporte nacional. E o que acontece? Cria-se uma demanda maior ainda para os Estados, que podem conseguir, a partir das suas seletivas, participar de um Olimpíada Escolar. Esse é um dos objetivos aqui explanados. Excelente, mas quem vai arcar com esse custo adicional?

São esses os fatos que queria expor para futura discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Dando continuidade, concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, devo dizer que fiquei feliz de ver que criamos uma questão. Quando conversei com o Presidente Nuzman, não tínhamos idéia de qual seria o resultado. Ao mesmo tempo em que se criam coisas boas, criam-se problemas.

Exatamente por isso o mundo é assim. Nós, seres humanos, somos assim. E o Brasil realmente precisa crescer.

Por que estamos discutindo hoje preparação de atletas? Porque, como bem disse o João, podemos planejar, existe uma lei e dispomos de recursos. Antes de 2001, discutíamos como iríamos trabalhar nesse processo.

Como professor de História, considero importante entendê-la. As demandas aqui apresentadas só foram possíveis porque agora vivemos outra realidade. E devemos aprender com o que foi aqui exposto.

Sr. Presidente, temos de chamar o MEC para participar desse processo. Não vejo outra saída. Senão, fica um de um lado e o outro do outro. O Governo é o mesmo, as pessoas são as mesmas, e temos de conversar.

Ouvimos a CBDE dizer que faz seletiva, mas a Secretaria também faz. Quer dizer, estão sendo feitas 2 seletivas para escolher os mesmos meninos para irem para o mesmo lugar, com recursos diferenciados. Por que não juntar isso para inclusive resolver o problema do transporte? Vamos tentar.

Particularmente, sempre uso as audiências para colher alguns subsídios para melhorar o trabalho que estamos fazendo.

Criamos um processo e devemos cuidar da questão pública. Se o MEC vem mais forte, se o Ministério do Esporte vai alocar mais recursos, temos um problema. Fizemos um debate sobre a tevê pública, que certamente vai ter de entrar nesse processo. Como ela fará para cobrir o evento se já existe acerto com uma rede privada? Vejam que novas questões surgem, bons motivos para debate.

Outras redes de tevê participaram do debate e demonstraram interesse na questão escolar. A Olimpíada Escolar é do Comitê Olímpico, ele pode fazer convênio com uma rede, mas o MEC e o Ministério do Esporte não podem. E aí, como fica? Há problemas para discutirmos, e, nós, Parlamentares, fomos eleitos para achar soluções e tentar mediar conflitos. Esse é o nosso papel.

Quero agradecer aos convidados. Podem estar certos de que as propostas trazidas por vocês serão por nós agilizadas. Vamos ver como fazer para o MEC e a tevê pública entrarem nesse processo.

Criamos no Brasil uma tevê pública, que deveria ser o principal agente de divulgação do que estamos fazendo. Só que ela não cobre. Fica até meio difícil explicar. Todas as universidades têm tevê, que não cobre os jogos. Não dá para entender. Se contarmos isso em outro lugar, as pessoas vão nos dizer: "Vocês estão malucos". Infelizmente, essa é a realidade.

Por que agora a tevê tem interesse em cobrir a Olimpíada Universitária? Porque agora ela tem atletas de renome, preparações. Agora, todo o mundo quer. Antes, ninguém queria. É bom refletirmos sobre esse processo.

Quero, portanto, agradecer a vocês, que estão nos ajudando a pensar.

Sr. Presidente, como Parlamentar, pode contar comigo para dar seguimento ao trabalho brilhante feito pelo Comitê. A parceria com o Ministério do Esporte é de significativa importância. Hoje, há um Ministério específico para tratar do esporte, o qual tem trabalhado, melhorado o seu desempenho e o seu orçamento.

Peço desculpas pois tive de sair por uns instantes para ir à Comissão de Orçamento, uma vez que estamos votando lá algumas matérias.

Mais uma vez, agradeço aos convidados a colaboração. O nosso objetivo é ajudar. Rogério, pode ter certeza de que vamos trabalhar muito para encontrar uma solução para esse impasse. Como costumamos dizer em Minas Gerais, é exatamente nos impasses que buscamos as soluções. Não existe confronto com mineiro. Não tentem fazer confronto, porque não vamos aceitar. Estamos sempre na busca do consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Deputado Gilmar Machado, veja como realmente valeu o requerimento de realização desta audiência pública. As informações e os esclarecimentos prestados por todos mostram inclusive que, muitas vezes, há investimentos nas mesmas áreas para serem diversificados. É o que chamamos de economia de escala, na relação custo/benefício.

Também considero fundamental a integração do Ministério da Educação. Lamentamos muito a ausência. Aliás, todos comentaram sobre a importância do Ministério.

Eu tenho certeza, Deputado Gilmar Machado, e V.Exa. vai acompanhar de perto, que tudo que foi dito aqui servirá de orientação para a Câmara procurar colaborar com essa integração. E faço justiça: hoje, com o Ministério, há foco muito mais objetivo e intenso.

Com a palavra o Dr. Nuzman, para suas considerações finais, tendo em vista que já se iniciou a Ordem do Dia.

O SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – Eu só queria, Governador, fazer 2 ou 3 comentários.

Um deles é sobre educação física. Como já havia dito ontem, quero deixar registrado na ata que as aulas de educação física nas escolas e a infraestrutura são o início de tudo. Sem isso, por melhor entendimento que tenhamos, nada funcionará, porque o aluno atleta não terá oportunidade. Isso é fundamental.

Educação física, controle e fiscalização são o ponto número um da ordem do dia, e o ponto número 2 é a infraestrutura das escolas, como elas vão fazer.

O Ghizoni falou muito bem do incentivo fiscal. Eu vou rememorar: não podemos ficar sentados esperando que caia do céu. O Presidente Lula assinou uma lei que o esporte clamava há 25 anos. Estive nesta Casa em 1983, quando fiz um discurso sobre a matéria. O Presidente Lula encaminhou ao Congresso, que houve por bem aprovar.

Então, temos de ser gratos e trabalhar: COB, confederações, federações, clubes, Secretarias Estaduais, escolas e universidades.

Queria também dizer que todos os interlocutores dos Estados nessas participações e fóruns são indicados pelos Governadores. Nós não indicamos ninguém. E desses indicados muitos não são do esporte. Além disso, sofrem um processo de mudança, seja no período de 4 anos, do Governador, seja de ano a ano, em períodos de Secretários Estaduais, que logicamente mudam de opinião.

Outra questão fundamental é o Ministério da Educação estar presente. Não vou me estender, porque aqui já foi brilhantemente analisado.

Quanto à tevê pública, estou plenamente de acordo, Deputado Gilmar Machado. Lembro-me de que quando comecei no voleibol, em 1975, quando fui ser Presidente, fui à TVE, TV Educativa, e disse: “Vocês têm que transmitir o meu esporte”. E eles me responderam: “Mas o seu esporte é o 13º do mundo”. Eu disse: “Não faz mal. Façam um pouquinho”. E desse pouquinho fomos campeões olímpicos. Foi através dela. Estou recordando um episódio de 1975. V.Exa. tem toda a razão. Não importa a TV Globo estar nessa parte. A tevê pública não possui interesse comercial, mas o de dar cidadania à comunidade, ao povo, ao País.

Queria agradecer ao Rogério as palavras. E a sua contribuição, não só como Secretário, mas principalmente como brilhante

atleta que participou de 5 olimpíadas. Você conhece. Você viveu em vilas olímpicas e sabe que não podemos oferecer o que as vilas oferecem, é igual ao alojamento. Dos 205 comitês olímpicos, talvez 10% possam manter esse nível para os seus atletas. Os demais, 200, não têm, porque não têm dinheiro para oferecer hotéis com qualidade.

Para encerrar, digo que estamos abertos para a discussão, tanto que fiz um aparte no que se refere à questão da propaganda, do uso de publicidade. Trata-se de uma questão que sempre está em discussão em todos os níveis, seja do nosso lado, seja no da televisão.

O mais importante é que temos de tentar afinar isso, Leonardo, temos de buscar o entendimento da área comercial também, assim como de todos os que participam, para podermos facilitar a arrecadação de recursos.

Nosso objetivo final é no sentido de que as competições sejam subsidiadas sem que precisemos de dinheiro público. E vamos chegar lá. O dia de hoje vai ser lembrado. Nós estamos dizendo isso. Vamos lutar com as armas e os instrumentos que temos para conseguir patrocinadores para viabilizar todo o movimento estudantil no País.

Vou contar algo que ainda não contei, Deputado Gilmar Machado. A Lei Agnelo/Piva foi aprovada numa velocidade ímpar, com os acertos feitos numa proposta de um Senador do PSDB com um Deputado Federal do PCdoB e um Relator do PT. Eles se sentaram à mesa conosco e construíram isso. Se naquela oportunidade, no Governo passado, que era do PSDB, foi possível, o restante torna-se viável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito bem lembrado o episódio da Lei Agnelo/Piva.

Não havendo quem queira usar a palavra, agradeço a todos os que atenderam o convite para esta Comissão. Parabênzimo mais uma vez o autor do requerimento de realização desta reunião. Agradeço aos Deputados, aos convidados e a todos os que participaram.

Antes de encerrar os trabalhos, comunico aos Srs. Parlamentares que esta Comissão, conjuntamente com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, realizará, no dia 1º de dezembro, o Fórum Legislativo para o Desenvolvi-

mento Sustentável do Turismo Brasileiro, com o tema O Turismo Respondendo aos Desafios da Crise Internacional, no auditório do Starfish, em Aracaju, Ilha de Santa Luzia, na Praia da Costa, Barra dos Coqueiros.

Está encerrada a presente reunião.

Audiência Pública para o balanço da loteria denominada Timemania



José Luiz Spigolon, Luiz Fernando Silva, James Lewis, Deputado Albano Franco, Wellington Moreira Franco e Dagoberto dos Santos

Debate para a avaliação do funcionamento da loteria Time-mania, para verificar o alcance de sua atuação e se atende às expectativas pretendidas.

Convidados:

Wellington Moreira Franco – Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal.

Luiz Fernando Silva – Superintendente da Federação Brasileira de Hospitais – FBH.

José Luiz Spigolon – Superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia e Entidades Filantrópicas.

Dagoberto dos Santos – Secretário-Executivo do Clube dos Treze.

Roberto Derzié de Santanna – Superintendente Nacional de Loterias e Jogos da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Srs. Parlamentares, na qualidade de Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, declaro aberta a presente reunião de audiência pública, que tem por finalidade fazer um balanço da loteria denominada Timemania, atendendo ao Requerimento nº 132, de 2008, do sempre atuante Deputado Silvio Torres.

Gostaria inicialmente de agradecer a presença a todos e convidar para compor a Mesa o Dr. Moreira Franco, nosso conhecido, que nos honrou com sua presença nesta Casa e em todos os cargos públicos que exerceu no Brasil, em especial no Estado do Rio de Janeiro – hoje S.Sa. é o atual Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal –; o Dr. Luiz Fernando, Superintendente da Federação Brasileira de Hospitais, a FBH; o Dr. José Luiz Spigolon, Superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas; e o Dr. Dagoberto dos Santos, Secretário-Executivo do Clube dos 13.

Informo que a lista de inscrição para o debate encontra-se sobre a mesa. Os Deputados que desejarem interpelar os expositores deverão registrar seu nome nessa lista. Só poderão abordar o assunto da exposição pelo prazo máximo de 3 minutos, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, sendo vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Informo ainda que não haverá apartes durante a exposição dos convidados.

Passo a palavra, com muita satisfação, ao Dr. Moreira Franco, que dispõe de 10 minutos.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Sr. Presidente, Deputado Albano Franco, e companheiros de Mesa, para mim, é um enorme privilégio estar nesta Comissão para atender a um requerimento do Deputado Silvio Torres, que, sem sombra de dúvidas, é um dos pais da Timemania, porque teve uma atuação extremamente vigorosa, cricri, atuante, quando da votação do projeto. Digo isso porque tive a honra de ser o Relator e jamais

teria conseguido realizar o trabalho se não fosse pela presença sempre constante ao meu lado do Deputado Silvio Torres.

Sr. Presidente, gostaria de, rapidamente, sem usar os 10 minutos que me cabem, traçar um quadro geral da Timemania. Estou acompanhado de alguns colegas da Caixa, a quem quero saudar na pessoa do Dr. Roberto Derziê, que é Superintendente de Loterias, responsável por essa área e que tem dado tudo de si para o sucesso da Timemania, que é um produto, uma modalidade de jogo lançado no dia 18 de fevereiro de 2008, portanto este ano, que teve o seu primeiro sorteio realizado no dia 1º de março.

Ao longo desse período, tivemos 3 prêmios principais. O primeiro foi de 7 milhões, 818 mil, 108 reais e 56 centavos. O segundo foi de 4 milhões, 479 mil e 711 reais. O terceiro foi de 1 milhão, 774 mil e 256 reais. Esses 3 prêmios foram os primeiros. Agora a Timemania premia em vários outros níveis, em vários outros patamares e vários brasileiros ganharam também.

Até o concurso n.º 40, realizado no dia 30 de novembro, foram arrecadados 106 milhões de reais, tendo sido repassados aos clubes de futebol 23 milhões, 359 mil e 714 reais; à FUNPEN, 3 milhões, 185 mil e 415 reais; ao Ministério dos Esportes, 3 milhões, 185 mil e 415 reais; ao Fundo Nacional de Saúde, também 3 milhões, 185 mil e 415 reais; ao COB e ao Comitê Paraolímpico, 2 milhões, 123 mil e 610 reais; à Seguridade Social, 1 milhão, 61 mil e 805 reais; e, em prêmios e custeios, 70 milhões, 79 mil e 140 reais.

Os clubes arrecadaram, bruto, 23 milhões, 351 mil e 91 reais e, líquido, 19 milhões, 976 mil e 858 reais. Desse total de 23 milhões e 300 mil destinados a entidades esportivas, 18 milhões, 675 mil e 206 reais foram destinados ao pagamento de dívidas e 1 milhão, 300 mil e 623 reais foram destinados à livre movimentação. Foram clubes que, por não deverem, receberam diretamente o dinheiro na sua caixa.

Esses são os números gerais da Timemania, que, como os senhores sabem, foi uma loteria criada para colaborar no pagamento das dívidas dos clubes de futebol com 2 órgãos do Governo Federal e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – o Fundo, a Receita e o INSS. Digo colaborar porque o montante da dívida dos clubes brasileiros é muito significativo e nenhum jogo, nenhum

conjunto de produtos lotéricos teria condições de saldar, no prazo acordado pela lei, a dívida geral que os clubes têm para com esses 3 entes públicos.

Para se ter uma idéia, o clube que mais deve, deve em torno de 200 milhões de reais. Descendo, os maiores clubes estão devendo na escala de 100 milhões a 200 milhões de reais. São dívidas extremamente significativas. Essa modalidade de jogo vinha para ajudar e não pagar a dívida, entendimento que, de alguma maneira, se procurou dar à opinião pública. Ou seja, de que essa dívida seria paga pela loteria. Isso, repito, é absolutamente impossível.

A expectativa que se criou em torno do jogo foi extremamente generosa, não só com relação aos resultados – e aí ela foi baseada em pesquisa qualitativa e quantitativa realizada pelo setor de loterias da Caixa, que previa a possibilidade de haver arrecadação muito maior do que aquela depois concretizada –, como também pela mobilização política feita em cima da possibilidade de se ajudar os clubes de futebol. Criou-se uma expectativa extremamente alta, positiva, como se a partir daquele momento a situação dos clubes caminhasse definitivamente para uma solução, quando isso não ocorreu nem ocorreria.

No meu entendimento, como, aliás, já disse aqui – eu tive o privilégio de relatar nesta Casa o projeto da Timemania – o grande ganho que os clubes tiveram foi quando fizeram a negociação da sua dívida em 240 meses. A negociação foi uma espécie de REFIS para os clubes de futebol.

A ajuda financeira dada pelo jogo seria uma contribuição a mais. Essa contribuição se daria em um cronograma extremamente limitado, porque o próprio projeto, se não me engano, diz que até março do ano que vem os clubes pagarão no máximo 50 mil reais; e, a partir de março, os clubes começarão a pagar não só a parcela que devem como a que vence no mês, o que representa substancial aumento de despesa para os clubes de futebol, sobretudo para os maiores.

Esse é o quadro geral do jogo.

Eu gostaria de acrescentar duas observações de natureza pessoal. A primeira é a de que a Timemania, com relação a futebol, tem um item que também não é muito compreendido pelo

apostador, ou seja, o time de preferência. Uns chamam time de preferência; outros, time de coração, e isso tem tumultuado o processo de assimilação pelo apostador.

Tirando uma opção, uma cruz que o apostador põe para dizer qual é o seu time de preferência, isso abre a possibilidade, caso seja sorteado aquele time, de o apostador ganhar R\$2,00. Tirando essa referência, o jogo não tem nenhuma outra referência aos clubes; é um jogo de números. Não há, por consequência, nenhuma mobilização do ponto de vista intelectual, afetivo, emocional do apostador com seu time e o jogo, porque ele ali faz um jogo numérico, como o da Mega-Sena.

Segundo ponto: a Timemania leva uma desvantagem brutal em relação à Mega-Sena. A Mega-Sena custava R\$1,50 e a Timemania foi lançada a R\$2,00. A princípio, as pessoas tendem a achar a diferença de R\$0,50 irrelevante, mas para o apostador não é uma diferença irrelevante. E quando se vai à casa lotérica apostar R\$1,50 em um jogo de grande tradição, com grande número de apostadores, de grandes prêmios, de grande apelo emocional e afetivo no imaginário – o jogo trabalha com o que há de mais subjetivo na natureza humana –, está se querendo na realidade realizar um sonho, ser milionário. Essa é a razão. Mesmo se a Timemania tivesse uma vinculação mais nítida com o futebol, o impulso do apostador é a realização do sonho, a vontade de ganhar a bolada, como se deu na semana passada, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, em que um apostador ganhou 32 milhões de reais apostando R\$1,75.

Não conseguimos elevar o preço da Mega-Sena de R\$1,50 para R\$2,00, para pôr os dois jogos no mesmo patamar, e, consequentemente, do ponto de vista meramente financeiro, tornar a Timemania competitiva com a Mega-Sena. O Ministério da Fazenda, que tem a competência de autorizar o aumento no preço das apostas, por força do reflexo que o aumento do preço das apostas de jogos tem na inflação, passou o ano quase inteiro e não permitiu o aumento das 10 modalidades de jogos; só agora, no final do ano, autorizou o aumento do preço da aposta na Mega-Sena para R\$1,75. Mesmo assim, continua a Timemania numa situação de competitividade inferior à da Mega-Sena.

Isso tem enorme reflexo no valor do prêmio, porque o prêmio decorre do número de apostadores. Quanto mais pessoas apostarem, maior é o prêmio; e também quanto mais pessoas apostarem, maior a probabilidade de haver ganhador ou ganhadores.

Então, a Timemania fica numa situação de desvantagem: ela é mais cara que a Mega-Sena; ela não tem um grande número de apostadores para aumentar o seu prêmio; como esse número não é grande, o jogo sai com muita parcimônia, tanto que nesse período só foi sorteado o primeiro prêmio 3 vezes.

Para resolver esse problema, já fizemos uma pesquisa qualitativa e estamos procedendo a uma pesquisa quantitativa para medir como o cliente vê o jogo, qual a relação que ele tem com o jogo, a fim de torná-lo mais próximo do apostador. Tomaremos algumas iniciativas: ao invés de uma apuração por semana, haverá duas. Isso aumentará a arrecadação e a possibilidade de fortalecimento do próprio jogo.

Além disso, a apuração, que hoje é feita no domingo, passará a ser feita na quarta e no sábado. Por que essa mudança? Porque o apostador tende a ir à lotérica o mais próximo da apuração. Sendo a apuração feita no domingo, a Timemania leva outra enorme desvantagem, em que pese, para os clubes de futebol e do ponto de vista de marketing, até haver certo encantamento, porque domingo é o dia de jogo. Só que no domingo a casa lotérica está fechada. Quer dizer, os apostadores que se dispõem a jogar na Timemania lamentavelmente terão que fazê-lo no máximo até sábado, enquanto o apostador da Mega-Sena faz até o último minuto do dia da apuração, na quarta-feira e no sábado. Consequentemente, também faremos duas apurações por semana – uma na quarta e outra sábado –, para criar condições de aumentar a competitividade do produto.

Também aumentaremos o valor do prêmio principal, para que, mesmo com um número não tão significativo de apostadores, o prêmio principal seja mais robusto, e, com isso, se criar a possibilidade de adesão mais forte ao produto.

Isso tudo decorre de uma curva que a Timemania vem demonstrando ao longo da apuração. Houve arrecadação acima de 4 milhões de reais até o primeiro prêmio, o que se deu na décima

quinta semana. Quando saiu o primeiro prêmio, a apuração caiu para a faixa de 2 milhões e meio; quando saiu o terceiro primeiro prêmio, a apuração caiu para a faixa de 1 milhão e 500 mil e 1 milhão e 700 mil. Estamos vendo que precisamos fazer mudanças técnicas no produto, para que ele possa ser mais competitivo, e isso nós já estamos fazendo.

Por outro lado – e quero aproveitar a presença do Secretário do Clube dos Treze para revelar o que até já comentei com o Ministro dos Esportes –, é necessário que se refaça o cronograma, o que terá que ser feito por projeto de lei. O ideal é que já tivesse sido feito neste ano Legislativo, para evitar que se tenha de correr, porque o prazo se encerra em março. Como não foi feito, esta Casa e o Senado terão de votar um projeto com um cronograma mais palatável para os clubes, porque, independentemente da boa ou má-vontade que as pessoas venham a ter com os dirigentes dos clubes, o impacto financeiro que os clubes terão a partir de março será muito grande.

Lidando diariamente com esses números, vejo com profunda preocupação a possibilidade de chegar em março e um time do tamanho do Flamengo, por exemplo, não ter condições de cumprir seus compromissos. E, aí, todo o esforço feito de renegociação em 24 meses, todo o trabalho feito para revitalizar o futebol no Brasil irá por água abaixo, porque os clubes voltarão à estaca zero, voltarão a ser devedores. Pura e simplesmente.

E aqui eu concluo minha primeira intervenção: isso é muito ruim, porque o objetivo de todos nós é que haja um futebol mais profissional no Brasil do ponto de vista de gestão financeira. Nisso a Caixa tem muita experiência e se dispõe a ajudar os clubes a promoverem os respectivos saneamentos financeiros. É fundamental que isso seja feito. Os clubes de futebol brasileiros não estão tendo vitalidade financeira para manter nossos jogadores no País; não estão tendo vitalidade financeira para manter nossos técnicos do País; não estão tendo vitalidade financeira para, como no passado, no conjunto todo esparramado pelo Brasil inteiro, formar seus craques no próprio clube, num processo cultural extremamente importante e de incorporação fundamental

para a estabilidade social do País, como houve no passado. E isso não acontecerá porque eles não terão dinheiro para tanto.

Esse é um grande desafio. Desafio que não é só dos clubes. Não se pode cobrar do Dagoberto dos Santos, por exemplo, o quadro que estamos vivendo. Esse é um desafio que diz respeito a todos nós. Os clubes não só são importantes como também são algo que nos conforta e nos aquece subjetivamente, porque são uma paixão.

Os clubes de futebol, pela oportunidade que dão a milhares de crianças e jovens que no Brasil, lamentavelmente, têm muito poucas alternativas de incorporação social, são uma das grandes estradas de incorporação de jovens que vivem na periferia. A não ser o futebol e a música, o caminho mais próximo deles é o tráfico. Essa é a realidade.

Então, temos de fazer um grande esforço no sentido de que os nossos clubes de futebol voltem a ter as condições financeiras, materiais, objetivas e subjetivas para exercer o papel social que todos esperamos deles. E eles têm todas as condições de exercê-lo, porque já o fizeram no passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Agradeço ao Dr. Moreira Franco a sua lúcida, competente e objetiva participação e também os seus esclarecimentos.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Silva, que dispõe de 10 minutos.

O SR. LUIZ FERNANDO SILVA – Sr. Presidente da Comissão, Deputado Albano Franco, e demais membros da Mesa, agradeço o convite para estar aqui em nome do Presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Eduardo de Oliveira, que não pôde comparecer.

Quero apenas fazer um comentário nesta audiência. A Federação não tem muita participação nas minúcias da Timemania, uma vez que a Timemania não atinge os hospitais vinculados à Federação Brasileira de Hospitais.

Realmente, esse é um esforço que atende às Santas Casas e entidades filantrópicas. É um esforço muito positivo, porque, por exemplo, o critério de remuneração dos hospitais filantrópicos é o mesmo dos hospitais não filantrópicos.

Os benefícios concedidos, como a Timemania e a INTEGRASUS, vêm apoiar, de certa forma, o setor de saúde do País, o qual tem sido prejudicado, principalmente no Sistema Único de Saúde. A comprovação disso é justamente a forma como vem sendo acompanhado pelas Santas Casas, que têm sentido essa dificuldade.

Os hospitais privados, que, até 10 anos atrás, representavam 30% do Sistema Único de Saúde, hoje não chegam a 14%. Existe uma redução significativa – e num período muito curto deverá ser ainda mais expressiva – da participação do setor não filantrópico no Sistema Único de Saúde.

É o que a Federação tem a dizer. Infelizmente, não podemos contribuir muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado, Sr. Luiz Fernando. O senhor falou bem: está à disposição, sem poder adiantar muita coisa por enquanto. Muito obrigado pela presença e pelos esclarecimentos prestados.

Passo a palavra agora ao Sr. José Luiz Spigolon, que dispõe de 10 minutos.

O SR. JOSÉ LUIZ SPIGOLON – Exmo. Presidente desta Comissão, Deputado Albano Franco; Deputado Silvio Torres, autor do requerimento que propôs esta audiência pública, em nome da Confederação, faço um destaque do grande empenho e do trabalho que V.Exa. tem dedicado às Santas Casas e aos hospitais sem fins lucrativos, e publicamente lhe agradeço por isso.

Cumprimento os demais Deputados presentes, que também sempre têm apoiado nossos projetos. Cumprimento o Dr. Moreira Franco, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, e os servidores da Caixa Econômica presentes. Essa instituição tem sido uma grande parceira das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos. Temos alguns programas em comum. Portanto, honra-nos muito a parceria que mantemos com a Caixa Econômica.

Vou pedir licença para projetar alguns dados a respeito dessa matéria.

Destaco, inicialmente, que a abordagem que farei sobre a Timemania se restringe àquilo que diz respeito às Santas Casas, às entidades hospitalares sem fins econômicos e às entidades de saúde de reabilitação física de portadores de deficiência física.

Lembro que, do total dos recursos, 3% serão encaminhados ao Fundo Nacional de Saúde, como já destacou o Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, exclusivamente para ações das Santas Casas, dos hospitais sem fins lucrativos e das entidades de reabilitação física.

Tanto a lei como o regulamento falam em ações, sem definir quais são elas. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que as Santas Casas, as entidades hospitalares e as entidades de reabilitação física têm de ter convênio com o sistema público de saúde há pelo menos 10 anos. Por que determinam isso? Porque depois há um número de entidades beneficiadas em razão dessa restrição da lei.

As entidades de reabilitação são aquelas que atuam na prestação de serviços de atendimento aos assistidos, mas com ações combinadas de profissionais de nível superior, o que também limita muitas delas.

Outro ponto fundamental é que a lei e o regulamento estabeleceram que, no caso das Santas Casas de misericórdia, a entidade de classe de representação nacional delas informará ao Fundo Nacional aquelas que deverão receber prioritariamente os recursos.

Por que destaquei as Santas Casas? A Confederação representa não só as Santas Casas de misericórdia, mas também as entidades hospitalares sem fins lucrativos, como está na lei e no regulamento, e cerca de 150 entidades de reabilitação referidas. A lei e o regulamento falam que a Confederação indicará as Santas Casas, e não dá destaque nem oportunidade para que ela possa indicar as outras instituições.

O art. 4º da lei fixa que, assim como os clubes de futebol, que poderão parcelar os débitos vencidos até a aprovação da lei, será concedido o benefício das 240 prestações mensais com redução de 50% das multas para as entidades filantrópicas.

As demais entidades sem fins econômicos também poderão se beneficiar do parcelamento. Que entidades são essas? São aquelas entidades de educação e de assistência social que tenham o certificado de entidade beneficente expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Também elas puderam se beneficiar do parcelamento, no prazo legal.

O pedido de parcelamento deveria ser feito no prazo de 60 dias, contados da publicação do regulamento, o que foi feito em 14 de agosto de 2007.

Um ano antes desse parcelamento, em 20 de agosto de 2006, o Ministros da Saúde e o da Previdência Social convocaram a Confederação para uma audiência conjunta, logo depois da aprovação da lei, para discutir as bases da regulamentação da participação das Santas Casas e entidades hospitalares sem fins econômicos na arrecadação da Timemania. Participaram dessa reunião vários outros membros das equipes dos Ministérios da Saúde e da Previdência Social.

Depois, em dezembro de 2006, o então Ministro da Saúde, Agenor Álvares, convocou a Confederação para um evento no Ministério, já assinando um Termo de Cooperação para que a Confederação pudesse se responsabilizar pela indicação das entidades que seriam beneficiadas com o repasse de 3% da arrecadação da Timemania. Esse Termo de Cooperação foi publicado no Diário Oficial, e nele ficou definido que todo recurso será dirigido para capacitação de gestores, de provedores, de técnicos e de trabalhadores das Santas Casas e das demais entidades beneficiadas com o recurso.

Mas aí veio um problema na outra área. Em 13 de setembro de 2007, a Confederação se reuniu com o ex-Ministro da Previdência, que tinha participado daquela audiência conjunta inicial, agora já na condição de Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda. Na oportunidade, levamos a reclamação – destacada nesse boletim que publicamos – quanto ao fato de que os hospitais sem fins lucrativos vinham encontrando sérias dificuldades com a Receita Federal para formalizar os pedidos de parcelamento.

Houve notória indisposição das agências da Receita Federal para receber os pedidos de parcelamento dessas instituições. Na audiência, levamos ao Secretário – Executivo do Ministério da Fazenda a solicitação de que fossem agilizados os processos, porque estávamos em 15 de outubro, já vencendo o prazo. Ele chamou a Assessoria Jurídica, analisou o assunto e colocou na rua um informe em que a Secretaria pedia às unidades da Receita Federal que

recebessem os pedidos. As unidades alegavam que não tinham instruções sobre o recebimento dos pedidos.

Por conta disso, conseguimos agilizar parte das soluções de parcelamento, mas um grande número de hospitais, os quais têm inclusive procurado o Deputado Silvio Torres, não conseguiram viabilizar seus parcelamentos. E aqueles que parcelaram até hoje não tiveram as suas dívidas consolidadas e não receberam nenhuma resposta das unidades da Secretaria da Receita Federal. Assim, não conseguem informações e não sabem como estão. E a lei permanece letra morta, porque a maioria não pôde desfrutar do benefício estabelecido.

Finalizo, Sr. Presidente. Outro problema surgiu em face de o Ministério da Saúde não ter previsto, tanto no Orçamento de 2008 como no de 2009, uma rubrica orçamentária que pudesse recepcionar esses recursos e, evidentemente, permitir a aplicação daquilo que manda a lei.

No final de setembro, o Ministério da Saúde e o Fundo Nacional de Saúde nos informaram que haviam recebido 4 milhões e 192 mil reais de transferências da Caixa Econômica Federal, por conta dos 3% da arrecadação.

A previsão era de uma arrecadação em torno de 5 milhões e 600 mil reais para este ano. Conforme foi dito aqui, essa previsão foi menor em virtude da queda dos últimos concursos da Time-mania. Inicialmente, esse valor estava previsto em 15 milhões/ano, porque havia a previsão da Caixa Econômica Federal de 500 milhões de arrecadação/ano para os clubes de futebol. Logo, devemos estar chegando, no máximo, em 2008, a 5 milhões.

Se observarmos as entidades beneficiadas – e chamei a atenção para o fato de elas têm de ter 10 anos, pelo menos, de SUS –, teríamos em torno de 1.800 a 1.850 instituições. Se ratear o total arrecadado, caberia anualmente a cada entidade R\$3.027,00. Se transformássemos isso para mês, elas teriam R\$252,00.

Como foi destacado no tocante aos clubes de futebol, a arrecadação em relação à dívida que essas instituições têm ou as ações que poderiam ser feitas para elas se tornam muito militar. Qualquer ação que se estabeleça dentro do que a lei fixou fica

extremamente limitada, porque se teria para capacitação, treinamento etc. 3 mil reais, no máximo, em média, por ano.

Há também a questão do parcelamento da dívida. Refiro-me exclusivamente aos segmentos filantrópicos de saúde. Não estão incluídas aqui as entidades de saúde, de educação que, tendo certificado, poderiam evidentemente parcelar.

A dívida estimada de 2.100 estabelecimentos de saúde está em torno de 5 bilhões e 800 milhões a 6 bilhões de reais, mas teríamos hoje apenas cerca de 1.550 devedores desse volume. Se dividirmos 6 bilhões por 240 parcelas mensais representaria o pagamento mensal da ordem de 25 milhões de reais por 1.550 instituições. Evidentemente, o parcelamento mensal, cabendo, em média, 16 mil de recolhimento para cada instituição, chega a quase 200 mil reais.

Essa é a situação, no que diz respeito à Timemania, das Santas Casas, dos hospitais sem fins lucrativos e das instituições de reabilitação física beneficiadas, com maior gravidade no que se refere ao parcelamento da dívida, porque muitas instituições, repito, não conseguiram ter acesso, mesmo diante do mandamento legal.

Fico à disposição para qualquer outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Dr. José Luiz Spigolon, muito obrigado. As informações de V.Sa. foram importantes. Reconhecemos o mérito do trabalho das Santas Casas. Acompanhamos, em Sergipe, as atividades desenvolvidas pelo Hospital das Clínicas Dr. Augusto Leite, fundado pelo meu avô, Dr. Augusto Leite, e pelo Hospital Santa Isabel. O digno representante da Caixa Econômica está vendo que é precisa realmente arranjar recursos.

Registro a presença do Sr. Delair Dumbrowski, Vice-Presidente do meu clube de coração, o Clube de Regatas Flamengo.

Concedo a palavra ao Sr. Dagoberto dos Santos, por 10 minutos.

O SR. DAGOBERTO DOS SANTOS – Inicialmente, Sr. Deputado, agradeço o convite para participar desta audiência pública a fim de expor a posição dos clubes com relação à Timemania.

Concordo com o Vice-Presidente da Caixa Econômica, Dr. Moreira Franco, quando ressalta a importância social dos clubes nesse segmento chamado futebol.

Início minha fala resgatando um pouco a origem da Timemania.

A Timemania foi criada por uma comissão, constituída no âmbito do Ministério dos Esportes, com o objetivo de propor soluções para o futebol brasileiro. De lá saíram 2 projetos importantes: primeiro, a Timemania, um programa de saneamento fiscal, porque não existe futuro para clube de futebol sem se resolver o passado. Era importante buscar, com criatividade, uma receita alternativa que liquidasse compulsoriamente as dívidas fiscais dos clubes, considerando que elas eram a maior conta do passivo dos clubes de futebol. Não se pensava em perdão de dívida, não se pensava em anistia, mas, sim, com criatividade, com os clubes licenciando suas marcas e com a competência da Caixa Econômica Federal, encontrar uma solução que liquidasse compulsoriamente – o recurso que está sendo arrecadado não tramita no caixa do clube – esses passivos. Os dirigentes não têm acesso a esses valores. Eles liquidam diretamente essas dívidas com os órgãos arrecadadores.

Há outro projeto muito importante. Aliás, fiquei feliz em participar, hoje, de reunião na qual foi apresentado substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.186, que busca, de certa forma, modernizar, atualizar e aperfeiçoar a Lei Pelé, resgatando um pouco a importância do clube formador e criando condições para que os atletas não saiam do Brasil tão prematuramente, como acontece hoje.

Com relação à Timemania, o projeto que saiu da comissão não tinha prazo, ou seja, enquanto houvesse a dívida, todo recurso que fosse captado seria compulsoriamente destinado para os órgãos arrecadadores.

Ao tramitar esse projeto na Câmara, estipulou-se o prazo de 240 meses. A partir do momento em que houve a fixação de prazo, a arrecadação, uma variável que não estava sendo contemplada como importante no processo, passou a ser importante. De certa forma, os clubes tinham, em tese, um, duzentos e quarenta avos da sua parcela a ser paga, uma dívida conhecida, contra uma receita desconhecida, portanto, incerta. Como os

clubes poderiam administrar seu fluxo de caixa se não saberiam exatamente qual o valor que teriam de pagar a cada mês? Então, criou-se, na lei, a possibilidade de, no primeiro ano, se liquidar isso com 50 mil reais, prestação que vence agora em março.

A arrecadação não atingiu o esperado. E foi nesse cenário da previsão que os clubes tomaram a decisão de aderir ou não ao Timemania, porque a adesão era facultativa. Havia uma previsão, e todos os clubes começaram a fazer suas contas. Chegou-se a conclusão de que o ponto de equilíbrio para um clube de futebol girava em torno de 70 milhões de reais. O que isso significa? Que o clube que devesse acima de 70 milhões de reais teria de complementar sua parcela com recursos da caixa do clube; o clube que devesse menos, o valor da arrecadação projetada seria suficiente para liquidar o seu passivo sem precisar dispor de recursos do caixa.

Acho a Timemania um sucesso, do ponto de vista dos clubes de futebol, na medida em que quebrou um ciclo vicioso da inadimplência. Todos os clubes de futebol, hoje, estão adimplentes com seus compromissos fiscais.

Entendo também, na mesma linha do Dr. Moreira Franco, que há necessidade de se rever o produto – e a Caixa Econômica já está fazendo isso – e há necessidade imperiosa de se rever o cronograma dos 50 mil reais. Caso contrário, todo o esforço, todo o trabalho realizado cairá por terra a partir de março do próximo ano.

Essa é questão importante. Os clubes estão dispostos a colaborar nesse esforço de marketing, no sentido de cada vez mais colocar o produto a seus torcedores. Essas ações conjuntas farão com que a arrecadação aumente. É essa a expectativa. Então, temos de ajustar esse cronograma dos 50 mil.

Os clubes solicitam aos Parlamentares e ao Ministério dos Esportes uma solução para resolver politicamente essa questão; senão, todo esse esforço, repito, cairá por terra.

É uma pena deixarmos uma solução importante, criativa, não ter o sucesso que imaginamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado, Dr. Dagoberto dos Santos, pelos esclarecimentos prestados.

Agradeço ao Vice-Presidente do Flamengo e à sua assessoria a presença.

O Presidente Márcio Braga, por motivo de falecimento de uma remadora do clube, não pôde estar presente. Mas ele informou que procurou entrar contato com o Dr. Moreira Franco, na Caixa Econômica, a fim de achar uma maneira de divulgar mais a Timemania. Inclusive, o nosso clube, o Flamengo, é o maior devedor. Então, ele tem o maior interesse no crescimento e na melhoria de recursos da Timemania.

Encerradas as exposições, passaremos aos debates.

Os Deputados inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica. É vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres, autor do requerimento, e que acompanha na área dos esportes todos os assuntos importantes para o País.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço os convidados por atenderam ao nosso requerimento.

Essa questão é muito importante para o esporte brasileiro, especialmente para o futebol. E esta Comissão e o Congresso Nacional, sobretudo a Câmara dos Deputados, no caso, são os locais corretos para discutirmos esses assuntos relacionadas ao esporte brasileiro em geral, porque é aqui que podem ser encontradas soluções concretas para a situação do esporte, a situação do futebol, a situação das Santas Casas, enfim, a situação de qualquer setor.

Então, foi na expectativa do papel a ser desempenhado por desta Comissão e pelo Congresso Nacional que fizemos o convite. Não há outro objetivo senão o de colaborar para a solução dos problemas.

Também não foi outro motivo que nos levou a participar intensamente da discussão da Lei Timemania, referida pelo Deputado Moreira Franco, Relator do projeto nesta Casa e que buscou, durante um bom tempo, a melhor maneira de se encaminhar uma lei que atendesse às expectativas dos clubes – e foi lembrada aqui pelo

Dagoberto dos Santos que a matéria teve origem no âmbito do Ministério do Esporte – e às expectativas da sociedade brasileira.

Esse foi o maior desafio que tivemos quando da discussão da Timemania.

Discordo, em parte, do Deputado Moreira Franco. Não me considero, de forma alguma, pai da Timemania, um pouco padrastrado talvez, pelo fato de ter exercido um papel crítico, que considere importante e necessário, para que não fizéssemos da Timemania a panaceia que se imaginava seria feita quando da votação a lei.

O Deputado Moreira Franco lembra que as expectativas foram superiores à própria condição da Timemania de dar respostas à crise do futebol brasileiro. Não foi o Deputado Moreira Franco nem um de nós do Congresso Nacional que criamos essa expectativa. Na verdade, a expectativa veio do próprio Governo, que transformou a Timemania numa solução quase que mágica, tratada como tal, quando finalmente foi aprovada depois de 2 anos de tramitação. Infelizmente, a nossa contribuição foi insuficiente e limitada.

Lembro que o Deputado Moreira Franco tentou, até o último momento, fazer com que os clubes envolvidos na Timemania dessem como contrapartida a esse benefício, que é inequívoco, um novo modelo na gestão do futebol brasileiro, um modelo empresarial, um modelo profissional, mais transparente e moderno, que responsabilizasse os maus administradores, os maus gestores, especialmente as pessoas que se aproveitam, como ocorre em vários setores, da sua posição para interesse próprio. Junto com isso, vários Deputados fizeram outras propostas por meio de emendas. Não foi possível.

Infelizmente, mesmo que tenhamos ao final do projeto aprovado algo semelhante à adesão dos clubes ao modelo empresarial, isso não foi suficiente para que a cultura do futebol brasileiro se alterasse minimamente.

Falo isso com o maior despojamento. Não se trata de uma crítica gratuita. Acho que o futebol brasileiro tem na sua raiz a dificuldade de gestão.

O Deputado Moreira Franco lembrou que a Caixa se dispôs – se dispõe, acredito – a ajudar os clubes a buscarem soluções para os problemas financeiros, para tentarem se viabilizar e apontar caminhos, que ainda não seja imediato, mas de médio prazo, a fim de que possamos, daqui a algum tempo, discutir novas soluções para o futebol brasileiro.

Quando a Timemania foi apresentada, a crítica de muitas áreas da imprensa e da própria sociedade é que seria mais um remendo, que, infelizmente, ainda que tivesse o objetivo de resolver os problemas fiscais, não se resolveria.

Lembro-me de que, na época, o Deputado Márcio Braga e o Presidente do Botafogo Bebeto de Freitas – talvez tenham sido os que mais lutaram para acelerar o processo de votação da Timemania – diziam que, com o prazo que o Governo estava dando, não iam conseguir pagar as dívidas. Hoje isso está aprovado e reconhecido pelo Clube dos 13. O prazo inicial do Governo era de apenas 10 anos, ou seja, 120 meses, e não os 240 meses conseguidos.

Na nossa opinião, perdeu-se uma excelente oportunidade de fazer uma remodelação do futebol brasileiro e acabamos votando apenas um remendo, que se mostrou insuficiente e que terá de ser remendado novamente, porque em março estaremos na mesma situação anterior à Timemania, ou seja, os clubes estarão inadimplentes novamente.

A grande conquista que foi a adimplência estará fadada ao fracasso porque, de acordo com a lei, se deixar de pagar o atual e o atrasado o clube já não pode mais receber os benefícios da Timemania. Coloca-se para nós todos no Congresso uma nova tarefa. Dentro dessa perspectiva, poderíamos aproveitar os encaminhamentos desta audiência, e de outras posteriores, para realizar um debate mais amplo e completo sobre como buscar soluções permanentes para a crise do futebol e do esporte brasileiros.

Como foi dito pelo representante do Clube dos 13, tivemos hoje a entrega do relatório elaborado pelo Deputado José Rocha, conclusão do trabalho de uma Comissão Especial criada na Casa para discutir alterações na Lei Pelé. Essas modificações, que estavam no mesmo projeto da Timemania, em 2005, atendem às insistentes demandas dos clubes. Os clubes, aliás, creditam a essas

mudanças a possibilidade de melhorar a sua situação financeira, o que considero uma expectativa acima da realidade.

Feitas essas considerações, passo às perguntas.

Diante do fato de a dívida ser impossível de ser paga – e ela é efetivamente impossível de ser paga – e do fato de março ser a data limite para a solução do problema, como a Caixa Econômica agirá? Pergunto isso porque é praticamente impossível mudarmos a legislação até março. Mesmo que o Governo envie para cá o projeto com pedido de urgência urgentíssima, esse assunto será debatido novamente.

A Caixa tem sido interlocutora dos clubes ou do próprio Ministério para dar uma solução ao impasse já criado?

As mudanças que a Caixa prevê para a Timemania nos remetem a qual expectativa de arrecadação? Hoje comprovadamente a arrecadação não passa de 30% da previsão.

Em quanto isso melhoraria? Em mais 20%, 30%?

Que mudanças na área de marketing poderiam alavancar a Timemania? Mesmo com todo o gasto feito, inclusive com a contratação do Pelé e de emissoras de tevê, não se conseguiu resultado significativo.

A perspectiva de uma crise mais aprofundada da economia brasileira não vai frustrar também as receitas das loterias de uma forma geral e da Timemania em particular?

Além disso, o modelo da Timemania segue algum exemplo estrangeiro? Sei que na Espanha, diante de uma situação semelhante, foi criada uma loteria e, além disso, o Governo anunciou uma série de outras medidas, inclusive a obrigatoriedade de transformar os clubes em empresas.

O modelo de loteria é semelhante? Sinceramente, não conheço o modelo espanhol ou de outro país.

Encaminho também algumas perguntas aos demais convidados.

Ao representante do Clube dos 13 pergunto se o Governo encaminha alguma solução para o impasse anunciado. O Ministro do Esporte esteve aqui numa das nossas audiências públicas e disse que estava sendo procurado.

Qual a proposta que o Clube dos 13 está fazendo? É uma Timemania 2, com extensão do prazo por tempo ilimitado, uma espécie de novo REFIS?

Qual a proposta que os clubes têm levado ao Governo? Essa seria a proposta a ser encaminhada a esta Casa?

Como a federação do Sr. Luiz Fernando não tem muito a ver com a Timemania, especificamente, registro que a sua abordagem é legítima. Sabemos das dificuldades na área da saúde em virtude dos problemas de arrecadação, de compensação do SUS.

Ao Sr. José Luiz Spigolon, da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, pergunto se a confederação tem uma ideia de quantas Santas Casas ou entidades deixaram de unir-se à Timemania, à renegociação, por falta de tempo ou de condições.

Não apenas as Santas Casas, mas também alguns clubes não conseguiram aderir-se à renegociação. O Corinthians é um deles. Não se viabilizou, estava envolvido naqueles problemas todos. É um grande clube e tem uma dívida significativa, mas não conseguiu se incluir. Há uma proposta de reinclusão dos clubes que não foram incluídos?

Finalizando, Sr. Presidente, informo que inúmeras Santas Casas e entidades não conseguiram renegociar suas dívidas e, portanto, permaneceram numa situação gravíssima, com bens penhorados, tanto de diretores como das próprias entidades, impedidas de terem acesso a emendas e recursos públicos de forma geral. Nessa perspectiva apresentei uma emenda à MP nº 449, que trata das questões das filantrópicas. Ao mesmo tempo, há um projeto de lei em tramitação que trata da mesma questão, para que, por meio dessa minha emenda, seja reaberto o prazo para que as Santas Casas e entidades possam renegociar suas dívidas.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

Agradeço a atenção a V.Exa. e aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Tendo em vista a necessidade inadiável do Presidente Moreira Franco se ausentar, vou passar a palavra ao ex-Deputado, ex-Governador Moreira Franco

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ – Sr. Presidente, só queria expressar, já que ele vai responder agora, uma preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Pois não, Deputado Jurandil.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ – Gostaria de uma explicação sobre essa tabela. São valores paritários, pequenos, distribuídos aos Estados.

A tabela diz: “Transferências aos Estados, Distrito Federal, Confederação Brasileira de Clubes, Timemania, exercício de 2008”.

Há uma tabela que dá os valores de março até setembro.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Sr. Presidente, só para dar uma sugestão. Se não for possível contarmos com a presença do ex-Deputado Moreira Franco até o final, que ele seja substituído pelo Superintendente, para dar as explicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Mas isso ocorrerá.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Sr. Presidente, poderíamos ouvir mais Parlamentares, e ele responderia em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Aí é um problema de horário do Dr. Moreira Franco.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA – A minha sugestão é que fossem ouvidos mais 2 Parlamentares, num bloco de 3 ou 4.

Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Albano Franco, e dizer sobre esse parentesco importante com o Vice-Presidente de Fundos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Quem sou eu.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – É uma honra para mim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA – Cumprimento também os membros desta ilustre Mesa, composta para debater o balanço da loteria Timemania.

Entre essas alternativas e criatividade para que possamos melhorar a arrecadação da Timemania, não seria importante que em cada estádio, nos hospitais filantrópicos, nas Santas Casas, fosse instalada uma loja lotérica, principalmente aberta nos dias dos jogos, quando se tem um fluxo bem maior de pessoas, a fim

de que a base de apostadores seja ampliada, motivado, incentivado pelo evento.

Queria também saber do ilustre ex-Governador e Vice-Presidente de Fundos, Moreira Franco, quais são as mudanças técnicas para aumentar a competitividade que estaria sendo implementadas pela Caixa. Se a Caixa for atender equitativamente todas as entidades filantrópicas, o valor será de 200 e poucos reais/mês. Certamente que há entidades diferenciadas.

Tanto o Sarah Kubitschek como outros hospitais de atendimento – na Bahia, por exemplo, temos o Hospital do Câncer, Hospital Maltez, Irmã Dulce – não devem ser nivelados a entidades que prestam serviços menores. Teria de haver escalonamento e recursos maiores para algumas entidades.

Não sei se isso vai atender, mas apresentei emenda à medida provisória que o Deputado Silvio Torres acabou de anunciar, de nº 449, sobre prorrogação do prazo de carência das entidades por mais 3 anos, para que possam cumprir com essas obrigações. Seriam 4 anos, já estão cumprindo 1 ano e faltam 3 anos de carência. Elas estão pagando os 50 mil reais que consta nesse período de carência. Talvez seja preciso realmente mais 3 anos para se encontrar soluções definitivas que venham atender as necessidades dessas entidades.

Eram essas as considerações.

Muito obrigado pela atenção, caro ex-Governador e ex-Deputado Moreira Franco e meu caro Presidente Albano Franco.

O SR. DEPUTADO EUGÊNIO RABELO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Deputado Eugênio.

O SR. DEPUTADO EUGÊNIO RABELO – Esse debate sobre a Timemania é muito importante.

Demos um grande passo com a aprovação da lei, agora com o Projeto de Lei nº 8.156, cujo relatório foi apresentado hoje, sobre mudança na Lei Pelé, na Lei de Incentivo ao Esporte e na lei sobre a Timemania. De certa forma, como o Sr. Dagoberto disse, tem sido um sucesso, poderemos também parar em março.

A primeira sugestão é sobre a prorrogação do prazo por mais 6 meses, até setembro. Depois, seria prorrogado por mais 6 meses, aumentando para 60, para 80, para 100, até atingir o prazo de 2 anos, aumentando de pouco em pouco, a fim de que realmente pudessem sanar a dívida.

Outra sugestão refere-se à arrecadação de 22% distribuídos para os clubes – 65% para o clube da série A, 25% para o da série B. Dos 65%, 13% seriam de repasse; os 25% da série B representariam 5%. E os 40 clubes, que trocariam 8%, ficariam com 2%. Eu tinha feito mais ou menos o cálculo.

Estou elaborando um projeto de lei que dispõe sobre incentivo aos clubes. No caso do Flamengo, que deve muito, qual é o estímulo que tem para pagar suas dívidas?

Se há um total e o número de apostas é de 6 milhões e 500 e poucos mil reais, o Flamengo teria apenas 1 mil e 600 para saldar a dívida. No Brasil, não há incentivo para aumentar o número de apostas. Acho que podemos mudar essa situação, aumentando o número de apostas.

A minha proposta seria, por exemplo, independente de clube A ou B, criar um mecanismo de um time de opção. Em São Paulo, por exemplo, aposta-se no Corinthians, no Rio de Janeiro, no Flamengo. Quantos cearenses moram em São Paulo que apostam no Corinthians, mas têm o Ceará ou o Fortaleza como time de opção? No Ceará, quantos corinthianos ou flamenguistas apostam nos seus clubes, mas têm como time de coração o Ceará, o Fortaleza ou o Ferroviário?

Nesse contexto, acho que seria interessante para o Flamengo, até em termos de pesquisa nacional, saber qual o time que tem maior torcida. Dos 85% arrecadados, 19% ficariam para o clube, seriam repassados. O restante, 3%, seria para os times de opção.

Somente nesse contexto, o senhor que é o vice-presidente, se fizermos a conta, resolveremos o problema da Timemania. Estive estudando, vendo como é que faz. Também fui presidente de clube.

Quando vamos pagar essa dívida? Nunca. Mas se se der incentivo ao Flamengo... A torcida do Flamengo é monstruosa. As pessoas querem apostar. Qual o incentivo que o Flamengo tem de

participar desse número de aposta se só vai contribuir com 1.660 mil reais? Para ele, tanto faz ter 1.660 apostadores ou 8 milhões. Para ele não é interessante, porque vai receber a mesma quantia. Mas se der o repasse de 19% para o Flamengo, para o Corinthians, para os maiores clubes que arrecadam, e o restante de 3%...

Estou pedindo ao senhor que examine essa questão, porque vou entrar com esse projeto. Podemos estudar a situação com o Ministério do Esporte.

Estamos aqui discutindo a fim de encontrar uma solução para o problema da Timemania, que foi um assunto polêmico no Brasil. Aliás, é um assunto que realmente requer grande atenção. Não podemos deixar de resolvê-lo.

Sei que o senhor já falou sobre as mudanças técnicas. Com certeza já tem um parâmetro para resolver o problema.

Quanto à prorrogação, até março, vamos reunir a Comissão e levar o problema ao Congresso. Há uma nova discussão que tem o objetivo de resolver a questão definitivamente.

Foi dado o primeiro passo? Foi. Foi importante? Foi. Eu acho que vai resolver o problema definitivamente, inclusive em relação às instituições filantrópicas sem fins lucrativos. Por quê? Porque ele falou num contexto. Por que só recebe 250 reais? Porque a arrecadação é pouca. Se realmente tivéssemos conseguido a arrecadação prevista, mais de 5 milhões de reais, com certeza não estaríamos com esse problema.

Seria essa a minha indagação ao presidente e às associações filantrópicas.

Queremos aprofundar essa discussão a fim de resolver o problema. Há muitas discussões sem solução. Vamos encontrar uma solução definitiva, concreta, que realmente resolva o problema.

A Timemania foi importante, é importante e precisa ser aperfeiçoada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado Deputado Eugênio Rabelo pela objetiva pergunta e ponderação e também pelo projeto que V.Exa. apresentará no sentido de realmente melhorar e aperfeiçoar a Timemania.

Com a palavra o Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – Sr. Presidente, minha intervenção será rápida.

V.Exa. me designou Relator de um projeto de lei. Estamos aqui tratando de lençol curto: se puxa para a cabeça, descobre os pés; se puxa para os pés, descobre a cabeça.

Há um pleito de Parlamentares no sentido de aumentar o número dos participantes, meu caro Dagoberto, do Timemania.

Quero ouvir a posição da Caixa Econômica sobre essa questão.

O SR. DELAIR DRUMBROSCK – Sr. Presidente, é possível alguma consideração dos clubes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Se o Dr. Moreira Franco permitir, não há problema algum, Dr. Dagoberto.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – E se eu não permitisse? Não é que eu seja Flamengo; sou Botafogo. Ele é meu amigo há muitos anos.

O SR. DELAIR DRUMBROSCK – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Mas como sou Flamengo e tenho o maior prazer em ouvi-lo.

O SR. DELAIR DRUMBROSCK – Quero fazer uma ponderação de quem está um pouco de fora dessa história toda da discussão do Timemania e olhando mais as consequências de tudo isso.

Tenho afirmado sempre que, nos anos 70 e 80, os clubes de futebol tinham um esporte olímpico, que não era olímpico, mas amador. Hoje é olímpico e profissional. Para manter esse esporte é necessário, cada vez mais, recursos para preparar esses atletas que, em última análise, vão para as olimpíadas.

Na história do País, o Flamengo e o Fluminense foram os clubes que cederam uma delegação maior para as olimpíadas.

Isso tem um custo muito grande. Às vezes afirmamos que a gestão dos clubes foi temerária, foi ruim. Não! Nós tivemos sempre esse tipo de problema. Uma vez que resolvêssemos hoje ou a Timemania conseguisse liquidar a dívida que temos... Se não encontrarmos uma solução de incentivo ao esporte olímpico para os clubes, acabaremos construindo uma nova dívida para uma nova Timemania.

Não concordo com o Dagoberto quando afirma que a Time-mania alcançou sucesso. Ela alcançou um objetivo, Dagoberto. O sucesso ainda não foi alcançado.

Hoje, se olharmos para a arrecadação da Timemania, veremos o quanto o clube foi buscar, ao longo destes 10 ou 11 meses. Esse valor não entrou no caixa do Governo, porque os clubes não tinham dinheiro para empregar.

Também quando o nosso querido Moreira Franco, o nosso Deputado, diz da vitalidade que os clubes precisam, volto a afirmar que se não adotarmos uma reformulação e uma nova estruturação da legislação brasileira para ajudar os clubes a manter os seus craques aqui e ter uma política nacional de esporte voltada para o esporte olímpico, não vamos ter vitalidade nunca dentro dos clubes.

Os clubes são administrados também com paixão. Não vamos deixar de ter um Diego Hypólito, uma Jade, uma Daniele Hypólito participando do clube. Queremos ter esses atletas no nosso clube e ter os títulos que temos, porque a nossa atividade-fim é ter títulos.

Logo, a meu ver, junto com tudo isso, precisa ser repensada uma maneira de o Governo oferecer aos clubes uma parceria, uma ajuda, para que atinjam a responsabilidade social que cada um precisa ter neste País.

É a minha consideração sobre o que foi dito.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Agradeço a oportunidade que tenho, mais uma vez, de comparecer a esta Casa, a minha Casa, onde atuei durante muitos anos.

Responderei aos colegas, informando que, lamentavelmente, não poderei ficar porque tenho que fazer uma viagem. Enfim, tenho compromissos que me impedem de continuar até o término da reunião.

Responderei, primeiro, ao Deputado Silvio Torres.

Com relação à dívida. Na realidade, a dívida não pode ser paga com o jogo. Mesmo que pudéssemos usar as 10 modalidades de jogos da Caixa, não teríamos condições de pagar o conjunto das dívidas que os times de futebol têm com o Governo Federal: o FGTS e os 2 órgãos do Governo Federal, a Receita e o INSS.

Segunda questão. A respeito dessas modificações, nós, da Caixa, somos o órgão técnico. Recebemos a delegação do Governo Federal para operar as loterias.

Dispomos de 10 produtos. A nossa função é fazer com que esses produtos sejam bem-sucedidos. Que possamos atender às expectativas do cidadão brasileiro, do nosso cliente, do apostador e obter bons resultados.

A Caixa está tecnicamente preparada para qualquer tipo de delegação, nessa área de loterias, que o Governo Federal fizer.

A parte de articulação, de decisão, de movimentação e negociação política, do ponto de vista de projeto, de orientação, de prioridades, é uma função do Governo.

Ela se expressa, no caso das loterias voltadas para o esporte, que é especificamente a Timemania, por meio do Ministério do Esporte e da Casa Civil. Essa articulação é responsabilidade do Governo. Ou seja, no caso de aumentarmos para 6 meses, para 3 anos, ou um cronograma de médio e longo prazos que permita fazer um reescalamento da dívida é uma decisão do Governo. Não é uma decisão da Caixa, que não tem atribuição de participação nisso.

Trata-se de uma relação exclusiva dos Deputados, das bancadas partidárias nas Casas e dos órgãos responsáveis pela política de esporte do Governo Federal.

Com relação à expectativa a essas modificações que estamos fazendo, certamente outras modificações virão porque estamos ainda com uma pesquisa quantitativa em andamento e essas pesquisas nos trazem muitas informações que permitem aplicar toda a tecnologia do jogo para melhorar. Mas, agora, a expectativa é de ter um crescimento em torno de 15%. Creio ser mais conservador. E, no caso, pelo fato de ser conservador, mais sensato.

Quanto à crise das loterias, curiosamente, no Brasil, pela experiência que se tem, em um momento de crise, a tendência do apostador é jogar mais.

Então, se por uma infelicidade as repercussões desta crise global que estamos vivendo se fizer sentir no Brasil com mais intensidade, a expectativa é que aumente os resultados não só da Timemania, mas das loterias de modo geral.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Historicamente, isso já está comprovado?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Exatamente. Não só aqui. Isso é geral.

Aproveito esse tópico para colocar um ponto. Todos os 10 jogos foram objeto de aprovação de projeto de lei. Somente o Congresso Nacional tem autorização legal para criar um jogo e definir o payout, a parte destinada ao pagamento, e as transferências feitas e os percentuais dessas transferências. São decisões tomadas no Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Uma coisa que observo agora, estou tendo a oportunidade de lidar com as loterias na Caixa, é que o payout no Brasil é muito baixo. Eu tinha, inclusive, a ilusão de que se trabalharmos com payout baixo para aumentar a distribuição, o resultado final das transferências seria positivo.

Ou seja, transferiríamos mais dinheiro, quando na realidade não ocorre isso. Caso tenhamos um payout mais alto, obteremos prêmios maiores. À proporção em que se têm prêmios maiores, a quantidade de jogadores é muito maior; o número de apostas aumenta substancialmente.

Assim, acabamos transferindo mais recursos para a cultura, para o esporte, para a seguridade social, do que trabalhando com um payout mais baixo, com prêmios mais baixos.

Agora, por exemplo, teremos uma Mega-Sena de fim de ano. Como o prêmio será, no mínimo, em torno de 40 milhões, a expectativa é de que se tenha um número de apostas muito mais alto do que se o prêmio fosse menor.

As transferências que serão feitas, quando da apuração da Mega-Sena de fim de ano, da Super Mega, serão maiores do que as que se dão rotineiramente, em função do número de apostadores e pelo fato de o prêmio ser mais alto.

O prêmio é mais alto, não porque foi aumentado o payout, mas porque se procedeu, ao longo de um período de 6 meses, tecnicamente, de tal forma que fosse acumulando dinheiro para se colocar todo nesse superprêmio.

Quero alertar os meus colegas para o fato de que, quando houver novas oportunidades de votar um novo jogo ou alguma modificação nos jogos já existentes, reflitam sobre a necessidade de nós, no Brasil, aumentarmos o nosso payout, muito baixo em relação ao de outros países.

Basicamente, no mundo, os jogos são iguais. Não há uma diferença tecnológica, não há uma diferença técnica, substancial entre os jogos que temos no Brasil, na Espanha, em Portugal.

Algumas sociedades jogam mais. A sociedade inglesa joga mais, aposta tudo. O nível de aposta chega até à privacidade das personalidades mais conhecidas: apostam-se sobre elas. Enfim, outras sociedades apostam menos. Do ponto de vista do mundo dos jogos, do universo dos jogos, basicamente, é o mesmo.

No que diz respeito à instalação que o Deputado José Rocha mencionou, temos uma experiência, se não me engano, no Flamengo, da instalação de uma lotérica. O resultado é bom.

Temos tentado fazer isso em outros clubes. Mas o problema não reside aí. Trata-se de um problema de escala. Chega-se a um volume. Ao pegarmos o volume do que é arrecadado, não é um volume pequeno. Ele é pequeno porque a escala poderia ser muito maior. Então, temos de pensar o jogo numa visão de escala, de conjunto e não com iniciativas pontuais. Não vamos aumentar substancialmente a arrecadação com iniciativas pontuais. Só vamos aumentar com modificações estruturais que deem ganhos de escala.

As mudanças na Timemania, citadas pelos Deputados Eugênio Rabelo e José Rocha, poderão e deverão ser feitas nesta Casa. São objeto de projeto de lei. No caso de os Deputados entenderem que essas mudanças devem se dar, eles, enfim, têm a independência, a autonomia, o poder de iniciativa para propor isso. É evidente que nós, da Caixa, poderemos opinar tecnicamente.

Por exemplo, do ponto de vista técnico, achamos que deve haver uma solução para o problema de pagamento desse prazo de março, porque, visivelmente, vai criar um grande trauma para o universo de times de futebol no Brasil, principalmente para os grandes, os maiores.

Então, acho que se deva dar uma solução para esse problema, porque não há outra maneira para isso.

O SR. DEPUTADO EUGÊNIO RABELO – E se não houver um projeto de lei até março? Cria-se esse trauma ou pode-se fazer esse projeto em abril?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Caso seja feito em abril, não terá validade, porque em março a lei será cumprida.

O SR. DEPUTADO EUGÊNIO RABELO – Nós entraremos em recesso e voltaremos em fevereiro. Como vamos nos reunir, apresentar o projeto e colocá-lo em votação? Não há tempo hábil.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Eu sei. Mas, nesse caso, a lei terá de ser cumprida.

Tenho certeza de que a sensibilidade e a sensatez dos dirigentes públicos no Brasil farão com que se trabalhe no sentido de encontrar uma alternativa que, a tempo, resolva esse impasse.

Espero que o Deputado Jurandil Juarez já tenha visto com o Dr. Roberto Derziê a tabela feita pelo Ministério do Esporte.

Sr. Presidente, meus colegas, meu caro Deputado Silvio...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Antes de sua saída, eu queria apenas fazer uma menção à sua fala. Sobre a minha pergunta da expectativa de aumento da arrecadação...

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Ah, desculpa.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Não, não, ela foi respondida. Eu só queria, então, confirmar que, hoje, temos uma arrecadação que está em torno de um quarto daquilo que estava previsto. Nós deveremos fechar 12 meses com uma arrecadação em torno de um quarto. Então, o que o senhor está dizendo é que as mudanças que serão efetuadas poderão aumentar em 15% a 20%. Então, nós passaríamos ainda a ter um déficit, uma frustração enorme. E é o máximo que a Caixa poderia fazer. É isso?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – É o máximo que a Caixa pode fazer. Mas a estimativa é, de modo geral, sempre frustrante. Dificilmente, se consegue. O grande esforço que todos temos é definir uma meta e cumpri-la. Cumprir a meta é o ápice. Normalmente, não é fácil. Nesse caso, a expectativa feita foi uma estimativa extremamente excitada. A realidade é esta que está aqui.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Desculpa, mas, na época, eu tive uma conversa com alguém da área da loteria da Caixa, alguém qualificado, que me disse que aquela estimativa de 500 milhões poderia ser dobrada.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – E será.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Poderia chegar a 1 bilhão.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Mas será, será. As modificações que nós iremos fazer certamente nos permitirão comemorar a alegria de ter a Timemania com uma arrecadação muito maior. Mas eu insisto que, mesmo maior, ela não será suficiente para pagar as dívidas dos clubes de futebol. É fundamental que esse processo...

Na realidade, para os clubes de futebol, a Timemania não é o jogo. A Timemania foi o início do processo de recuperação financeira dos times de futebol. O grande ganho que os times de futebol tiveram foi a adimplência. Eles eram inadimplentes e passaram a ser adimplentes. A vida deles, do ponto de vista financeiro, no relacionamento legal, na sua presença no universo fiscal, mudou da água para o vinho. Agora, com essa mudança, precisamos fazer as transformações de natureza de gestão para que haja melhoria na arrecadação, nos seus resultados, de curto e médio prazo. Do ponto de vista do ganho, a adimplência foi o grande ganho que a Timemania garantiu aos times de futebol.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. o privilégio deste convite e também ao colega e Deputado Silvio Torres. S.Exa. insiste em dizer que foi padrao, mas, na realidade, é um dos pais da Time-mania, deu intensa colaboração. Se não tivesse participado com tanta intensidade, o projeto poderia ter saído muito pior. Eu, como Relator, tive o privilégio de tê-lo ao meu lado permanentemente, para que esta Casa aprovasse o projeto.

Aprendi aqui que projeto bom é aquele que consegue ser aprovado. O projeto não aprovado não passa de uma obra de biblioteca. Por isso, o esforço da Caixa Econômica é o de melhorar cada vez mais a Timemania.

Sr. Presidente, solicito-lhe autorização para chamar o Dr. Roberto Derziê, Superintendente Nacional de Loterias e Jogos da Caixa, para que assumo o meu lugar. Tenho certeza de que ele

tem talento, inteligência e conhecimento suficientes – é um padrão extremamente alto, como é o padrão dos gestores da Caixa – para responder às indagações dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Agradecemos ao Dr. Moreira Franco pela visão e lucidez na abordagem do assunto Timemania, por falar sobretudo das perspectivas e possibilidades de melhoria, no futuro, principalmente para os nossos clubes. Eu quero, infelizmente, lamentar a ausência do Dr. Moreira Franco.

Convidamos o Dr. Roberto Derziê, que é o Superintendente...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ – Sr. Presidente, o Deputado Silvio Torres está desconfiado com esse negócio de ser pai, mãe, porque S.Exa. é do PSDB, e é mania do PT que tem de colocar mãe, pai, nessas coisas. Não é Silvio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Encerrado o debate, os expositores poderão fazer as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ LUIZ SPIGOLON – O Deputado Silvio Torres me perguntou, se me permite, Sr. Presidente, quantas entidades não teriam sido recepcionadas no parcelamento. No levantamento que nós fizemos, chegamos a cerca de 220 instituições. Só as Santas Casas. Como a Confederação sugeriu que muitas ingressassem na Justiça, solicitando o direito de fazê-lo, porque elas tinham recepcionado algumas informações, documentos da Receita Federal, algumas já conseguiram na Justiça um ato que mantenha a possibilidade do parcelamento. Então, são cerca de 220.

V.Exa. disse bem que elas têm sido muito prejudicadas com relação ao acesso a emendas parlamentares e outros itens, por não terem a Certidão Negativa de Débito etc., porque, se tivessem parcelado, evidentemente teriam essa condição. Evidente que agora, muito recente, o Supremo Tribunal Federal decidiu no sentido da não-obrigatoriedade. Quer dizer, a Receita, os órgãos públicos não podem mais exigir. Então, essa questão está resolvida. Essa questão vinha afetando inclusive os próprios repasses do Sistema Único de Saúde para as entidades.

Há uma outra questão. Vou aproveitar a oportunidade para poder esclarecer. A imprensa me perguntou por que as Santas Caixas devem cerca de 6 bilhões. Acho que essa é uma questão fundamental a ser discutida. Não se trata, evidentemente, de

uma gestão temerária. Não se trata. Evidente que temos umas ou outras que podem estar numa situação e se desviando do caminho. Mas eu quero só trazer à discussão um número, para que os senhores entendam. No ano passado, as Santas Casas faturaram no Sistema Único de Saúde (SUS) 3 bilhões e 700 milhões. O Ministro da Saúde disse recentemente, numa audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família, que, na melhor das hipóteses, hoje o SUS remunera 60 reais de cada 100 reais gastos pelas instituições. Usando essa condição – realmente são os dados que nós temos –, as Santas Casas tiveram um custo de 5 bilhões e 900 milhões para prestar o serviço ao SUS no ano passado e foram remuneradas em 3 bilhões e 700 milhões. Então, só no ano passado, com essa diferença, acumulamos 2 bilhões e 200 milhões de dívida.

Evidentemente a persistência dessa situação ao longo dos anos tem levado as instituições a esse endividamento. Quer dizer, é com passivo trabalhista, com impostos e contribuições etc. Então, é essa situação, Deputado Silvio Torres, que tem levado as Santas Casas a essa condição.

O Deputado José Rocha mencionou que a divisão de 250 reais, mais ou menos, de uma para outra, das instituições, não seria a realidade em função do seu porte. S.Exa. tem razão. Mas eu destaquei que a lei e o regulamento da lei estabeleceram que os recursos arrecadados pela Timemania têm que ser aplicados em ações e não define qual a participação de cada entidade nessa ação. Então, nós temos, por exemplo, hospitais com 1.300, 1.400 leitos, e hospitais com 30 leitos. Quer dizer, que tipo de ação nós vamos ter que fazer para contemplar o que a lei estabelece? Daí a razão de termos assinado com o Ministério da Saúde um protocolo de intenções para aplicar os recursos em capacitação. Nós podemos capacitar um conjunto de diretores de hospitais; todos têm a oportunidade da mesma formação para melhorar o nível de gestão.

Agradeço a tolerância comigo, Sr. Presidente, o convite que nos foi feito e a todos os senhores que nos ouviram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Com a palavra o Dr. Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO SILVA – Mais uma vez, só quero agradecer pela participação ao Deputado Albano Franco, Presidente da Comissão, e que realmente as Santas Casas consigam um número maior, porque, se o privado, não-filantrópico, não consegue nada, um pouquinho que se consegue – demonstrou agora – vai ser fácil para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado, Dr. Luiz Fernando.

Com a palavra o Dr. Dagoberto dos Santos.

O SR. DAGOBERTO DOS SANTOS – Eu gostaria de renovar os meus agradecimentos pelo convite para participar desta audiência.

Respondendo ao Deputado Silvio Torres, o que nós levamos ao Ministério dos Esportes foi uma preocupação com a proximidade de março com relação aos problemas que poderão advir se não for tomada nenhuma ação no sentido de prorrogar os 50 mil reais. Não temos uma posição definida. Pensamos, inicialmente, em 5 anos, porque se nós projetarmos 30% de aumento da Timemania em relação ao ano anterior, nós precisaríamos de 5 anos para atingir aquela previsão inicial de 500 milhões. Então, esse foi o encaminhamento que nós demos.

Com relação ao sucesso da Timemania, eu insisto que é realmente um produto que atingiu os seus objetivos, atingiu os objetivos na medida em que colocou todos os clubes de futebol em regularidade com os seus compromissos fiscais, atingiu os seus objetivos, porque impediu que se criasse um novo buraco. E facilitaria, caso houvesse a necessidade de, a partir daí, de se renovar uma outra Timemania, na medida em que obriga os clubes a ficarem adimplentes com os seus compromissos fiscais correntes. Foi um sucesso na medida em que todos os clubes conseguiram uma Certidão Negativa de Débito, algo inimaginável da maneira como estava. Com essa Certidão Negativa de Débito, é também um sucesso, porque os clubes se tornaram elegíveis à Lei de Incentivo ao Esporte. Enfim, o contexto é um sucesso. O que nós precisamos agora é de ajustar alguns pontos para que todo esse sucesso não se perca.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Sr. Presidente, posso fazer uma réplica? O senhor insiste que foi um sucesso e nós compre-

endemos, na medida em que foi devolvida a adimplência, só que nós temos uma data certa para acabar essa inadimplência. Então, a partir de março, vai ser um fracasso, digamos assim.

A segunda questão é que não teremos tempo regimental, acredito, de trabalho parlamentar para mudar a legislação antes de março. É praticamente impossível, dadas as circunstâncias: nós vamos retomar os trabalhos em fevereiro, as Comissões ainda serão formadas, enfim, há o Carnaval. Então, antes de março, não vai acontecer. O Clube dos 13 chegou a propor ao Governo, por meio do Ministério dos Esportes, uma medida provisória?

O SR. DAGOBERTO DOS SANTOS – Não. Essa foi uma decisão do Governo, do Ministério dos Esportes.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Não. Chegou a sugerir ou ouviu uma sugestão dessa natureza?

O SR. DAGOBERTO DOS SANTOS – Não. O que nós colocamos foi a nossa preocupação com a proximidade de março e não termos uma solução até lá. Com isso nós estamos preocupados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado, Dr. Dagoberto, pela presença nas informações, principalmente porque V.Sa. representa o Clube dos 13.

Com a palavra o Dr. Roberto Derziê, Superintendente Nacional da Caixa, na área de loterias.

O SR. ROBERTO DERZIÊ DE SANT'ANNA – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade que a Caixa teve de se manifestar sobre o desempenho da Timemania, destacar também o grande entusiasmo e a dedicação com que o nosso Vice-Presidente, Dr. Moreira Franco vem dando à Time-mania. A partir do momento em que assumimos essa missão, a Caixa não tem medido esforços para desenvolver e melhorar constantemente o produto. Temos algumas ações de curto prazo, mas não vamos parar por aí, a nossa intenção é fazer com que ela se consolide como uma loteria que vai contribuir para a melhoria do saneamento financeiro dos clubes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Muito obrigado, Dr. Roberto, e parabéns aos que fazem a Caixa e área de loterias.

Deputado Sílvio, V.Exa. ainda deseja falar?

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Não, Sr. Presidente. Eu só queria mais uma vez agradecer a presença dos nossos convidados e acredito que essa audiência pública tenha contribuído para darmos o primeiro encaminhamento a esse impasse anunciado, que é a fixação de receita da Timemania e a dificuldade que os clubes terão a partir de março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Albano Franco) – Mais uma vez me congratulo com V.Exa., Deputado, pela válida e oportuna sugestão de fazer esta audiência pública hoje.

Agradeço a todos os convidados que atenderam com presteza ao convite desta Comissão, pelos esclarecimentos aqui prestados, que serão de grande importância para as nossas atividades.

Agradeço a presença das Sras. e dos Srs. Deputados e dos demais presentes que contribuíram para o êxito dessa reunião.

Comunico às senhoras e aos senhores que está encerrada esta audiência pública.

Siglário

A

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

B

BANESE Banco do Estado de Sergipe

C

CBDE Confederação Brasileira do Desporto Escolar
 CBDU Confederação Brasileira do Desporto Universitário
 CBF Confederação Brasileira de Futebol
 CBRATUR Congresso Brasileiro de Atividade Turística
 CBV Confederação Brasileira de Vôlei
 CCJ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
 CGU Controladoria Geral da União
 CNI Confederação Nacional da Indústria
 COB Comitê Olímpico Brasileiro
 COI Comitê Olímpico Internacional
 CONFEF Conselho Federal de Educação Física
 CPB Comitê Paraolímpico Brasileiro
 CREF Conselho Regional de Educação Física

E

EBC Empresa Brasil de Comunicação

F

FIFA Federação Internacional de Futebol
 FBH Federação Brasileira dos Hospitais
 FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
 FUNPEN Fundo Penitenciário Nacional

I

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”
 INSS Instituto Nacional de Seguridade Social

INTEGRASUS Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde
ISF Federação Internacional de Esporte Escolar

J

JEBs Jogos Escolares Brasileiros
JUBs Jogos Universitários Brasileiros

M

MEC Ministério da Educação

O

ODEPA Organização Desportiva Pan-Americana

P

PAC Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB Partido Comunista do Brasil
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
PT Partido dos Trabalhadores

R

REFIS Programa de Recuperação Fiscal

S

SUS Sistema Único de Saúde

T

TCU Tribunal de Contas da União

U

UEFA União das Associações Europeias de Futebol (Liga dos Campeões)



.....